

Maria Cristina Colnaghi

## COLONOS E PODER

A LUTA PELA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ

**UFPR** UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS



00190911

Dissertação de Mestrado



Curitiba  
1984

MARIA CRISTINA COLNAGHI

COLONOS E PODER

A LUTA PELA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, concentração História Social. Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1984

A Luiz Felipe pelo apoio e compreensão.

A Mariana, Maria Carolina e Marina para que no futuro entendam a importância de se levar a cabo os projetos pessoais.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| AGRADECIMENTOS .....                              | iii |
| LISTA DE MAPAS .....                              | iv  |
| LISTA DE FIGURAS .....                            | v   |
| LISTA DE QUADROS .....                            | vi  |
| LISTA DE ANEXOS .....                             | vii |
| INTRODUÇÃO .....                                  | 2   |
| A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....             | 6   |
| ARQUIVOS E FONTES .....                           | 12  |
| 1. IMPRENSA PERIÓDICA .....                       | 13  |
| 2. FONTES OFICIAIS .....                          | 16  |
| 3. FONTES DE HISTÓRIA ORAL .....                  | 18  |
| CAPÍTULO I - CAMPESinATO E ESTADO .....           | 21  |
| 1. COLONIZAÇÃO E ESTADO .....                     | 26  |
| 2. CAMPESinATO E POLÍTICA .....                   | 30  |
| CAPÍTULO II - SUDOESTE: A OCUPAÇÃO DA TERRA ..... | 41  |
| 1. A OCUPAÇÃO "LEGAL" DA TERRA .....              | 45  |
| 1.1 SURGIMENTO DA CITLA .....                     | 56  |
| 2. A OCUPAÇÃO EFETIVA DA TERRA .....              | 66  |
| 2.1 ESTRUTURA DEMOGRÁFICA .....                   | 68  |
| 2.2 ESTRUTURA PRODUTIVA .....                     | 75  |
| CAPÍTULO III - PODER E DOMINAÇÃO .....            | 85  |
| 1. MOYSÉS LUPION E A CITLA .....                  | 96  |
| 2. A AÇÃO DO APARELHO REPRESSIVO DE ESTADO .....  | 102 |
| CAPÍTULO IV - O COTIDIANO DA VIOLÊNCIA .....      | 107 |
| 1. CAMPONESES X COMPANHIAS .....                  | 109 |

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 2. AS ESTRATÉGIAS CAMPONESAS ..... | 116 |
| 2.1 A TRÉGUA .....                 | 129 |
| 2.2 O CONFRONTO DECISIVO .....     | 132 |
| CONCLUSÕES .....                   | 159 |
| REFERÊNCIAS .....                  | 163 |
| 1. LIVROS E ARTIGOS .....          | 164 |
| 2. PERIÓDICOS .....                | 168 |
| 3. REVISTAS .....                  | 168 |
| 4. PUBLICAÇÕES OFICIAIS .....      | 168 |
| 5. ARQUIVOS .....                  | 169 |
| 6. ENTREVISTAS .....               | 170 |
| ANEXOS .....                       | 171 |

## AGRADECIMENTOS

Prof. Carlos Roberto A. dos Santos - orientação  
Profa. Márcia Andrade Kersten - leitura e discussão dos originais  
Profa. Sílvia Maria P. de Araújo - leitura e discussão dos originais  
Dr. Rubens da Silva Martins - acesso ao arquivo e longas discussões  
Osvaldo Jansen - fotografias  
Dirceu Romani - edição de fotos e montagem

## LISTA DE MAPAS

|          |  |    |
|----------|--|----|
| MAPA I   | - REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ .....  | 4  |
| MAPA II  | - LOCALIZAÇÃO DAS GLEBAS MISSÕES E CHOPIM .....                              | 5  |
| MAPA III | - CONCESSÕES DE TERRAS À COMPANHIA SÃO PAULO - RIO<br>GRANDE .....           | 46 |
| MAPA IV  | - LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL "GENERAL<br>OSÓRIO" (CANGO) ..... | 66 |

## LISTA DE FIGURAS

|            |                          |    |
|------------|--------------------------|----|
| FIGURA I   | - DISPUTA JUDICIAL ..... | 53 |
| FIGURA II  | - DISPUTA JUDICIAL ..... | 54 |
| FIGURA III | - DISPUTA DIRETA .....   | 56 |



## LISTA DE QUADROS

|           |  |    |
|-----------|--|----|
| QUADRO I  | - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ .....      | 69 |
| QUADRO II | - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E DA REGIÃO SUDOESTE ..... | 71 |

## LISTA DE ANEXOS

|  |     |
|--|-----|
| ANEXO 1 - ROL COTIDIANO POR ASSUNTO DA IMPRENSA PERIÓDICA:<br>SETEMBRO A OUTUBRO DE 1957 ..... | 172 |
| ANEXO 2 - CALENDÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA: SETEMBRO E OUTU-<br>BRO DE 1957 .....              | 177 |
| ANEXO 3 - BOLETIM DA VIOLÊNCIA: ACONTECIMENTOS PRINCIPAIS QUE<br>MARCARAM O FATO .....         | 203 |
| ANEXO 4 - HISTÓRIA ORAL .....  | 211 |

## INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

A questão agrária é bastante ampla. A luta pela terra constitui-se num aspecto do problema. Entretanto, pode ser considerada como um dos aspectos mais importantes por historicamente engendrar grandes tensões sociais na sociedade brasileira.

O interesse central dessa Dissertação de Mestrado, da área de História Social, é conhecer a amplitude do processo social que culminou no movimento camponês do Sudoeste do Paraná, no ano de 1957. Perseguindo esse objetivo analisa-se as conjunturas de curto e médio prazo compreendidas no período de 1930 a 1960.

Trata-se de um movimento regional de dimensões consideráveis que reuniu milhares de camponeses e subverteu a ordem estabelecida, através da tomada de várias cidades do Sudoeste do Paraná - Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão- e da destituição temporária das autoridades públicas.

Pretende-se com o desenvolvimento desse estudo, acima de tudo, produzir uma história social da terra e da luta pela terra no Sudoeste do Paraná. Para tanto, procura-se sair do âmbito das teorias sociológicas de movimentos sociais para enfocar o problema social do Sudoeste do Paraná numa perspectiva teórica mais abrangente, expressa no processo de luta pela terra. Esse enfoque permite situar o estudo da luta pela terra

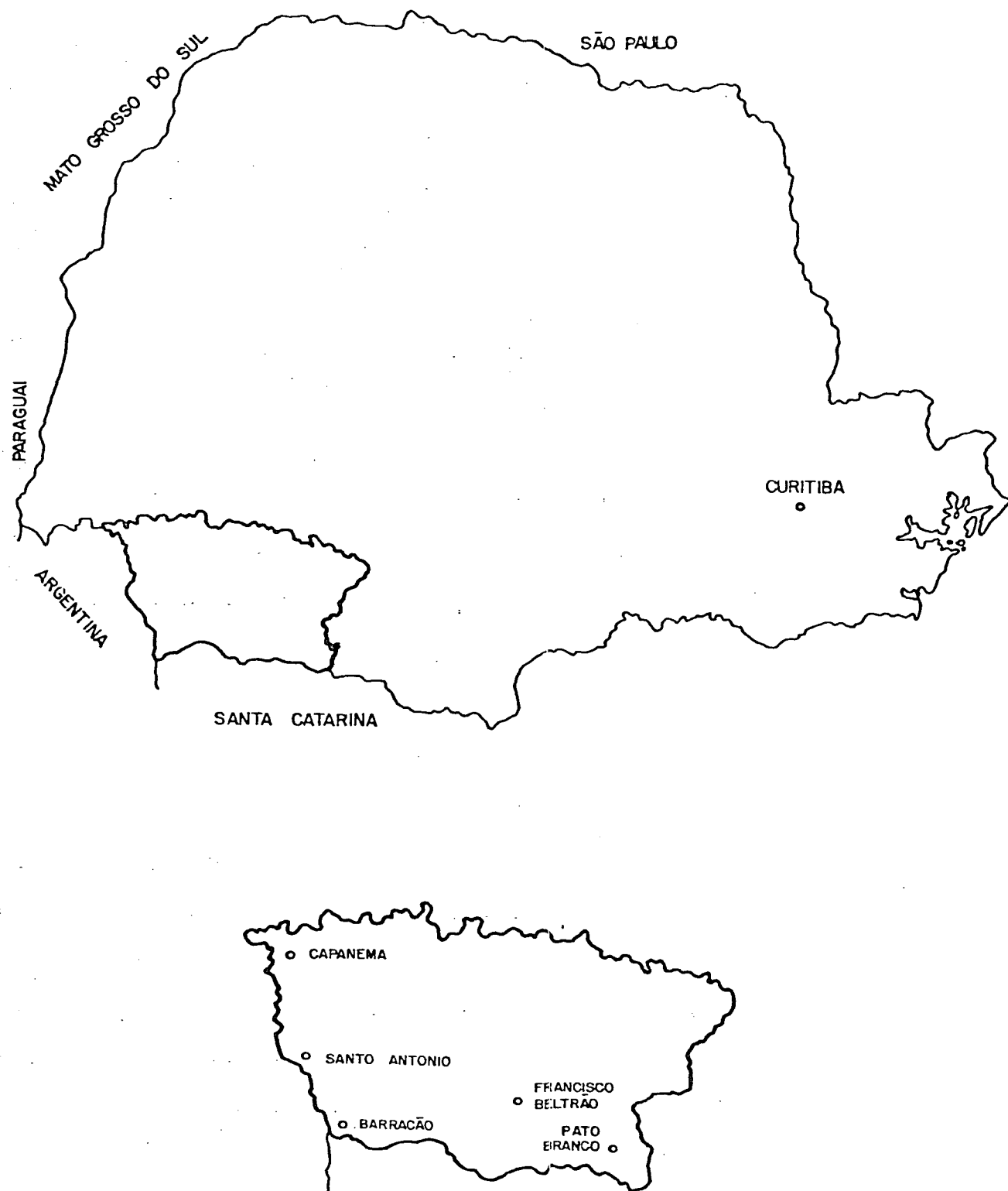
no plano econômico, social e política das relações sociais. Com isso procura-se fugir de esquemas fechados que implicam na construção de tipologias e classificações para os movimentos sociais.

Como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, os problemas agrários são antes de tudo humanos. Assim sendo, procura-se enfocar o trabalhador da terra não apenas como mão-de-obra, mas como homem responsável por sua ação, lúcido quanto ao sentido de suas reivindicações. O que interessa, pois, é a leitura dos problemas mais importantes dessa população camponesa, a natureza desse trabalhador da terra, o seu comportamento, o seu conflito com quem desfrutava dos resultados do seu trabalho.

A escolha do tema justifica-se, por um lado, pelo potencial latente da questão em termos de análise que permite recorrer às contribuições pluridisciplinares da História, da Economia, da Sociologia, da Política, da Demografia e do Direito. E, por outro, pelo caráter inédito das manifestações e consequências deste movimento camponês. Pela primeira vez no Brasil um movimento camponês extrapola a comunidade e torna-se regional -tomando cidades, destituindo autoridades de seus cargos, "nomeando" outras, e elegendo junta deliberativa- contando com a garantia do Exército Nacional. Este não cumpriu no Sudoeste do Paraná a tradição de confronto direto e de acomodação dos movimentos camponeses -a exemplo de Canudos, Contestado, Araguaia, Tocantins e outros-, muito pelo contrário, esteve ao lado dos camponeses, dando-lhes garantias. Pela primeira vez também, no Brasil concedeu-se anistia para crimes comuns e declarou-se uma área de conflito como de utilidade pública para fins de desapropriação.

Como eixo de análise, tem-se duas pressuposições básicas: uma é que a ligação entre o Governo Estadual e o grupo e-

# MAPA I - REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ



FONTE : ITC

conômico receptor das terras de Missões e parte de chopim compõem um conjunto de interesses contrários às reivindicações da massa campesina. A outra é que a ação do aparelho repressivo do Estado (Judiciário e policial) garantiu tanto pela morosidade e inércia como pela parcialidade e omissão o surgimento e manutenção de um espaço de violência e exploração camponesa na região.

Tendo em vista desenvolver essas pressuposições, o presente trabalho conta com três capítulos empíricos: a história "legal" da terra, através da qual tem-se conhecimento da origem da disputa judicial pelas terras, paralelamente ao movimento de ocupação da região (Cap. II); a detecção dos mecanismos políticos de mediação entre os camponeses e o Estado (Cap. III); e, por fim, a reconstituição do cotidiano de violência, privilegiando as condições históricas concretas em que os camponeses elaboraram sua identidade ideológica e inseriram-se na estrutura de poder (Cap. IV).

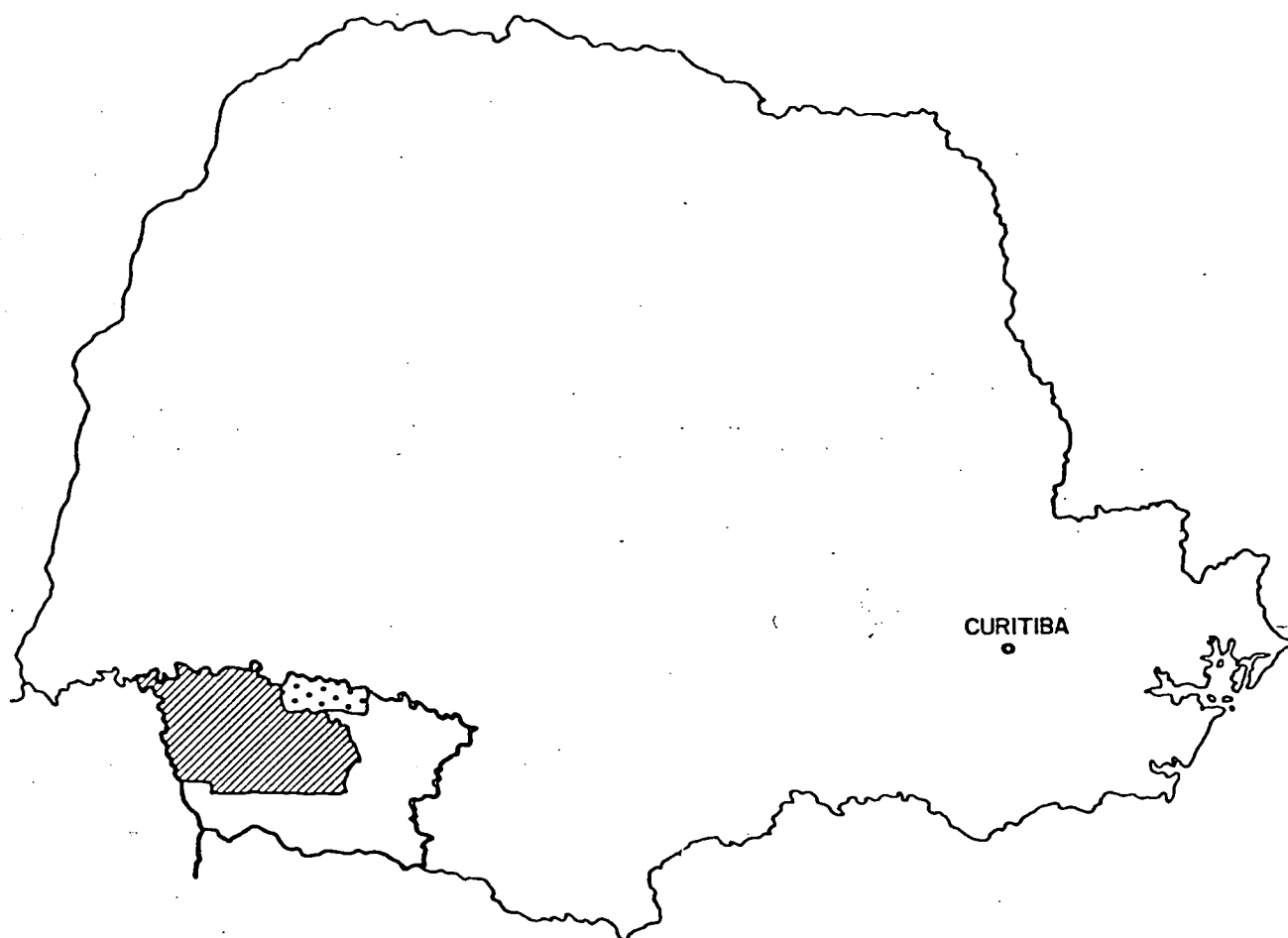
## ANÁLISE DA PROBLEMATICA

A região Sudoeste do Paraná<sup>1</sup> foi alvo de disputas mesmo antes do seu povoamento efetivo. Foi a causa do litígio entre o Brasil e a Argentina, tendo o árbitro americano, Presidente Cleveland, decidido a favor do Brasil, em 1895. Foi também a região que no início do século gerou, por motivos de limites territoriais, a **Questão do Contestado**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>A relação dos municípios que compõem a região está na pág. 70.

<sup>2</sup>Ver VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. Messianismo e conflito social; A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro, Edit. Civilização Brasileira, 1966; PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Izaura. La "Guerre Sainte" au Brésil: le mouvement messianique du "Contestado". São Paulo, FFCL da USP, 1957. (Boletim n.187).

## MAPA II - LOCALIZAÇÃO DAS GLEBAS MISSÕES E CHOPIM



 GLEBA MISSÕES

 GLEBA CHOPIM

FONTE : INCRA



Trata-se das melhores terras do Estado, em região fronteiriça à Argentina, entre os vales dos rios Piquiri, Iguaçu e Paraná. Possuía na época a maior reserva de pinheiros do Brasil e uma das maiores do mundo.

As Glebas Missões e parte de Chopim -delimitação espacial desta pesquisa- perfazem uma área de aproximadamente 480.000 hectares (198.347 alqueires), mais da metade do território do Sudoeste do Paraná (v. Mapa II). Englobam Chopinzinho e parte de Mangueirinha, pela Gleba Chopim e Capanema, Santo Antonio, Barracão, Francisco Beltrão e Pato Branco, pela Gleba Missões<sup>3</sup>.

As condições iniciais da ocupação da região Sudoeste do Paraná eram extremamente favoráveis: disponibilidade de terras férteis, com rica reserva florestal e regime de pequena propriedade com obtenção de domínio sem ônus para o camponês.

Em vista disso, a região foi ocupada velozmente por migrantes oriundos de zonas de ocupação antiga (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Porém, no momento em que esses colonos chegavam, em grande parte como resultado da orientação da política de ocupação das terras do Oeste brasileiro, ocorreu largamente a violência da grilagem e a chegada das empresas privadas de colonização.

O contrato que as companhias imobiliárias queriam impor ao camponês do Sudoeste do Paraná, tirava-lhe o direito sobre a exploração da reserva florestal da terra, notadamente o pinheiro que era sua principal riqueza.

A noção de propriedade da terra, essencial na reprodu-

<sup>3</sup>Com a reorganização administrativa do Estado; novos municípios foram criados na área. Mas o que interessa para os objetivos desta pesquisa é a configuração administrativa existente na década de 50, ou ainda, o espaço físico em que se desenvolverá a ação.

ção do camponês, fez com que ele, na categoria de pequeno proprietário ou mesmo de posseiro, assumisse uma posição de defesa da terra que cultivava, na medida em que as companhias imobiliárias avançavam sobre ela, transformando-a em mercadorias.

O referencial empírico revela que à medida em que os camponeses lutavam para ter suas reivindicações atendidas, desenvolviam-se os antagonismos, as tensões e os conflitos, tanto entre eles próprios como entre os seus representantes políticos. Nesse processo entram em ação agentes intermediários urbanos, tais como comerciantes, advogados, políticos e policiais. Diluem-se, assim, as fronteiras entre o campo e a cidade, emergindo daí, o campesinato como categoria política nova.

A questão da terra assumia seu caráter político essencial que é o confronto entre camponeses e capital. Esse confronto evidenciava-se nos múltiplos aspectos que envolviam a questão da terra: a estrutura agrária, a política agrária, o aparelho judicial e policial do Estado voltado para o campo, entre outros.

A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

## A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A trama em que se envolveram os camponeses, de um lado, os agentes das companhias colonizadoras, de outro, não pode ser explicada em si mesma, mas pelo conjunto de condições e contradições que se desenvolveu.

A construção do objeto se deu em função de uma problemática teórica que permitiu submeter a exame sistemático inúmeros aspectos da realidade. É preciso não esquecer, no entanto, que a realidade não toma nunca a iniciativa, visto que só responde quando questionada pelo sujeito. A realidade, portanto, é uma relação dinâmica entre objetividade e subjetividade.

Estas premissas não querem outra coisa senão lembrar que é baseado em uma teoria preliminar que o historiador deve **selecionar** os acontecimentos que eleva à categoria de **fatos históricos**. Isto porque não há fatos brutos que falem por si só, mas sim, fatos que trazem a marca do sujeito<sup>1</sup>. A história, muito mais que seleção e descrição dos fatos, é fundamentalmente interpretação. É neste sentido que Lucien Febvre diz *"a história é uma escolha. Arbitrária não. Preconcebida, sim."*<sup>2</sup>

A partir daí, buscou-se na literatura especializada subsídios para a definição da problemática de estudo e para

<sup>1</sup>SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1978. p.228.

<sup>2</sup>FEBVRE, Lucien. Combats pour L'histoire. Paris, 1953, p. 116.

a determinação das fontes. Os diversos esforços de compreensão somados permitiram uma visão mais ampla do problema, além de terem sugerido novas pistas de interpretação.

O tema, no entanto, não é inédito. Como contribuição aos estudos já existentes desenvolve-se fundamentalmente dois pontos: metodologicamente, através de reinterpretação e busca de novas fontes, pretende-se uma reconstituição da luta cotidiana dos camponeses, visando desenvolver um esforço de recuperação da memória social, evidenciando não só os momentos mais agudos mas fundamentalmente o período que os precede. Assim, esse trabalho resgata para a história regional um dado novo: a participação direta do Exército na tomada da cidade de Francisco Beltrão pelos camponeses revoltados, em outubro de 1957. Teoricamente a contribuição básica desse estudo é a preocupação em demonstrar os mecanismos de dominação/subordinação que inseriram a terra na trama das classes sociais.

Para tanto, elabora-se uma recontextualização do conceito de dominação de classe, através da junção da noção de Marx -subordinada à exploração econômica- e de Gramsci -subordinada a coerção manifesta na detenção do aparelho de Estado. Entende-se, assim, por mecanismos de dominação / subordinação de classe aqueles que dizem respeito à submissão no plano social e político dada pela exploração econômica. Ou ainda, aqueles que legitimam e sustentam através da coerção as desigualdades sociais.

O presente estudo teve sempre como objeto o processo histórico na sua totalidade. Mas em que consiste efetivamente esse conceito?

Em primeiro lugar, não se tem a pretensão, de antemão impossível, de dizer tudo sobre tudo. O que se busca na reali-

dade é a possibilidade factível de "*dizer aquilo de que a totalidade depende e aquilo que depende da totalidade.*"<sup>3</sup> Em outras palavras, busca-se as articulações e os nexos da realidade, vendo-a como totalidade. Com isso acredita-se concretizar um encontro da História com outras ciências do homem, notadamente a Economia, a Sociologia, a Política e a Demografia.

Os riscos teórico-metodológicos, contudo, não são poucos. O maior deles está na possibilidade de se isolar o fenômeno de crise aberta da totalidade na qual se insere. Procurou-se não perder de vista o contexto no qual o fenômeno está inserido, as suas relações com uma certa totalidade, ou então, o sistema de referência em que está expresso.

Tendo em vista estes pressupostos, estudou-se o processo de luta pela terra numa dupla especificidade que é dada pelas dimensões histórico-estrutural e histórico-conjuntural. Essas dimensões do tempo não são excludentes, muito pelo contrário, é o entrecruzamento, sua interação e seus pontos de ruptura que possibilitam conhecer a densidade desses movimentos e as condições em que eles assumem um caráter permanente e de continuidade<sup>4</sup>.

A análise histórico-estrutural, embora permitindo explicações mais profundas, foi completada com análises de casos concretos, específicos. Na realidade uma completou a outra, dando-lhe sentido. Certos problemas não podem ser estudados a não ser nos seus momentos de erupção, que revelam e ampliam os seus caracteres latentes.

A análise histórico-conjuntural permitiu, assim, avaliar, as relações sociais como produtos de certas determinações es-

<sup>3</sup>VILAR, Pierre apud CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1978. p.14.

<sup>4</sup>BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História. São Paulo, Perspectiva, 1978. p.73.

estruturais e perceber porque os fenômenos emergiram em circunstâncias determinadas e específicas.

Mesmo ao nível de História Regional como é o caso, as relações sociais, econômicas e políticas têm implicações estruturais cuja análise conduz necessariamente à sociedade global. As pequenas comunidades rurais não são somente o reflexo passivo das transformações advindas dos centros urbanos. Afinal, *"o enfoque regional não é um método, e sim uma opção quanto à delimitação do universo de análise."*<sup>5</sup>

Através da reconstituição conjuntural do movimento camponês do Sudoeste do Paraná, buscou-se portanto a percepção dos mecanismos de transição global e das respostas dadas aos problemas regionais que afligiam de imediato os camponeses envolvidos.

O ponto de partida para tanto, foi buscar os condicionamentos e articulações dessa situação histórico-concreta, por um lado, no desenvolvimento do capitalismo brasileiro e, por outro, na estrutura política que marcou a década de 50 nesse país. Essa via, acredita-se, possibilita enfocar o conflito não de uma forma isolada, mas ao mesmo tempo, com grandes limitações e ricas possibilidades.

A metodologia de pesquisa perseguindo esses objetivos, busca captar as relações sociais como produto de certas determinações estruturais. Só assim foi possível detectar os mecanismos de dominação/subordinação de classe que legitimavam as desigualdades sociais no Sudoeste do Paraná. Na consecução desse objetivo, seguiu-se quatro linhas de preocupações:

<sup>5</sup>CARDOSO, p.78.

- a definição do papel dos agentes sociais envolvidos no movimento camponês. Para tanto, foi necessário detectar os mecanismos de dominação/subordinação de classe que permeavam as relações sociais;
- o conhecimento da origem, desenvolvimento e implicações da luta pela terra no processo de ocupação da região;
- o conhecimento da problemática da organização que emerge da luta que os camponeses do Sudoeste do Paraná travaram com as classes dominantes e com o Estado. Em outras palavras, procura-se dar conta do modo como eles elaboraram e exprimiram seus interesses coletivos, do modo como lutaram para fazer valer esses interesses e de como integraram-se no processo político e na correlação de forças sociais;
- a eficácia do movimento em relação aos objetivos e reivindicações dos camponeses.

Por outro lado, embora se reconheça o avanço que os termos camponês e campesinato trouxeram ao debate teórico e político da questão agrária no Brasil, eles não serão utilizados no decorrer da análise empírica, pelo fato de que não correspondem à representação que a sociedade sudoestina tinha de si própria. Essa sociedade, a exemplo do que ocorre em todo o sul do país, define o trabalhador da terra como **colono**. Assim, ao se falar em colono, fala-se de um determinado homem que trabalha a terra sob determinadas condições. Não se trata, portanto, de uma exploração familiar que se organiza no interior do latifúndio, mas da recriação de uma economia camponesa expressa por uma força de trabalho não proletarizada que, mesmo mantendo a subsistência na base da produção fa-



miliar, produz mercadorias em pequenas parcelas de terra, as chamadas **colônias**.

Seria um erro de análise ignorar essa especificidade que se traduz tanto em diferentes linguagens e interesses de classe como em formas particulares de luta contra a dominação do capital e contra a estrutura de poder que ele engendra.

#### ARQUIVOS E FONTES

O estudo das fontes é indispensável na reflexão histórica, mas não liberta o historiador da necessidade de interpretá-las. Pelo contrário, o estudo das fontes implica na interpretação das mesmas. Mas a interpretação constitui-se sempre numa relação subjetivo-objetiva, isto é, traz o cunho da individualidade do historiador. Sendo inevitável, este cunho individual, antes de ser a negação da objetividade do conhecimento histórico, implica na consciência dos limites dessa objetividade<sup>6</sup>.

O tema é contemporâneo, portanto tem a seu favor algumas facilidades advindas dos meios de comunicações modernos, notadamente a imprensa periódica. Essa, dada a intensa cobertura jornalística dispensada ao tema, vai influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, gerar novas fontes importantes, como os discursos parlamentares, os relatórios oficiais, etc.

A pesquisa, em virtude da diversificação e da multiplicidade dos dados, foi exaustiva, o que acabou por não definir

<sup>6</sup> SCHAFF, p.260.

os mesmos a partir de uma ficha única.

A seleção dos dados seguiu, portanto, um critério essencialmente qualitativo, preso aos objetivos da análise; o que não permitiu auxiliares na seleção e coleta dos mesmos. A sistemática empregada foi a leitura exaustiva de tudo o que se tinha acesso, fazendo uma triagem e posterior cópia xerox. Naturalmente, xerocou-se apenas as partes que haviam sido selecionadas, tomando o cuidado de referenciá-las com o nome da publicação de onde foram extraídas e datando-as.

Como recurso de análise e manuseio das fontes construiu-se um arquivo composto por três partes distintas: a imprensa periódica, os documentos oficiais e os depoimentos de história oral.

## 1. IMPRENSA PERIÓDICA

Sendo a imprensa periódica a principal fonte de dados para os debates parlamentares, uma cuidadosa crítica fez-se necessário realizar. Para tanto, adotou-se as seguintes técnicas: estabelecimento da origem e autenticidade da fonte, através da análise da publicação (crítica externa) e comparação das informações e sua verificação na base dos dados conhecidos e verificados por outros meios ou de outras asserções dessas mesmas informações (crítica interna). Procedeu-se, portanto, uma confrontação e generalização das fontes relativas a um mesmo acontecimento, provenientes de representantes das diversas partes presentes. Regra geral, essas fontes divergem, contradizendo-se mesmo, não apenas na avaliação mas até na descrição dos fatos, como por exemplo o caso do número das vítimas e da intensidade.

da violência desferida contra os camponeses.

Para se entender o sentido dessas divergências, foi fundamental captar a coloração política que a publicação assume, o seu comprometimento com este ou aquele grupo econômico e político. Caracteriza-se assim a publicação como de *oposição* ou de *situação* em relação ao governo vigente. Toda a imprensa que reconhecia e defendia a legitimidade das reivindicações dos camponeses era identificada como de oposição.

No Paraná a imprensa situacionista na época, era capitaneada pelo jornal "Gazeta do Povo", cujo diretor era o próprio Chefe de Polícia, Sr. Pinheiro Jr. Caracterizavam-se também como jornais de situação, o "Diário do Paraná" e o "Diário da Tarde".

Os jornais de oposição, mais expressivos eram "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná" que realizaram uma série de reportagens cujos dados e denúncias foram colhidas no contato direto com os atores envolvidos na disputa. Nas reportagens do primeiro destaca-se todo um cuidado de reflexão, na tentativa de extrapolar a visão factual dos acontecimentos.

Fora das fronteiras do Estado, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, a grande maioria dos jornais e revistas fazia, em termos bastante sensacionalistas, oposição ao governo do Paraná, apoiando os camponeses e denunciando as arbitrariedades das quais esses eram vítimas. Dentre essas publicações destacam-se, no Rio de Janeiro, o jornal "Ultima Hora" e as revistas "O Cruzeiro" e "Manchete"; em São Paulo, "O Estado de São Paulo", o "Correio Paulistano" e a "Fôlha da Tarde".

A seleção das publicações partiu, em primeiro lugar, de um levantamento preliminar das publicações de maior circulação

no Paraná na época e, em segundo, das publicações do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, essas últimas não foram encontradas através de um levantamento exaustivo -como ocorreu com as publicações paranaenses- mas seguiram um critério de seleção específico, ou seja, eram procuradas sempre que havia uma ocorrência específica e amplamente divulgada. Por isso, elas têm um caráter complementar de sustentação às publicações paranaenses.

Há ainda que acrescentar o manuseio de publicações não contemporâneas aos acontecimentos. Essas, embora reduzidas, também seguiram um critério específico, sendo procuradas sempre que eram citadas em outras publicações e revelavam interesse para a compreensão da problemática.

O critério de busca e seleção dos dados seguiu uma ordem cronológica partindo da conjuntura da eclosão do movimento até o tema não ser mais veiculado na imprensa.

Como recurso de análise desse material construiu-se um arquivo, cujo arranjo atendeu aos interesses da problemática de estudo. Desta forma criou-se três guias de localização das fontes: o arrolamento, o calendário e o boletim de ocorrências.

Através do arrolamento construiu-se o esquema do conteúdo do arquivo, isto é, o levantamento do conteúdo do mesmo por assunto (v. Anexo 1). O calendário permitiu uma descrição ordenada, minuciosa e cronológica de todos os documentos que fazem parte do arquivo referente à imprensa periódica. Nesse calendário tem-se primeiro a data em ordem cronológica, depois o nome da publicação e, por último, a descrição do conteúdo da mesma. Assim, para cada dia, tem-se a descrição de todas as publicações que trataram do tema, seguidas da súmula do que disseram (v. Anexo 2). E, por fim, o boletim de ocorrências,

reunindo às fontes da imprensa periódica as oficiais e as da história oral. Trata-se de uma descrição resumida dos acontecimentos mais significativos que marcaram o fato, cuja finalidade foi ordenar os acontecimentos de forma a construir o fato histórico: o levante dos colonos do Sudoeste do Paraná.

Na construção do arquivo utilizou-se tantas pastas quantos foram os dias em que o tema apareceu na imprensa. O arquivo conta, assim, com quarenta e sete pastas datadas, contendo tudo o que a imprensa publicou naquele determinado dia sobre o tema.

O manuseio do arquivo, diante desses critérios, ficou muito simples, permitindo localizar os assuntos tanto pela data, como pelo assunto propriamente dito.

As fontes da imprensa periódica foram encontradas na coleção da Biblioteca Pública do Paraná.

## 2. FONTES OFICIAIS

Os discursos parlamentares, principal fonte oficial, no melhor dos casos, relatam o que seus autores pensam deles próprios e dos acontecimentos; no pior dos casos, transmitem o que eles querem que os outros pensem deles e dos acontecimentos. Entra aí, todo o cuidadoso trabalho de crítica interna que visa a detecção das vantagens práticas que teriam os autores ao formularem tais discursos.

A veiculação político-partidária, no caso dos acontecimentos do Sudoeste do Paraná, é um critério altamente esclarecedor do comprometimento e do *espírito de partido* dos políticos da época, mesmo aqueles que se propunham a ser objetivos.

Os discursos, os relatórios e os decretos parlamentares

foram encontrados nos arquivos da Assembléia Legislativa do Paraná e, na sua grande maioria, na Sub-Secretaria de Análise do Senado Federal e na Sinopse da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Na seleção do material procedeu-se, para os meses de setembro e outubro de 1957, a uma pesquisa exhaustiva. Fora disso, seguiu-se pistas e referências. Todo o material selecionado foi xerocado e distribuído em quatro pastas, referentes a: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Anais da Câmara e do Senado, Diário do Congresso Nacional (Câmara e Senado) e uma ainda referente a relatórios, decretos e Diários Oficiais.

Segue-se a discriminação dessas fontes oficiais:

Diário do Congresso Nacional (DCN)

É uma publicação diária, que traz na íntegra todos os discursos, apartes, relatórios e mensagens das sessões do Congresso Nacional. Divide-se em duas partes: Seção I, Câmara dos Deputados e Seção II, Senado Federal. Não possui índice, nem sumário, o que obrigou a uma pesquisa exhaustiva.

Anais da Câmara dos Deputados e Anais do Senado

Ao contrário dos DCN, consiste em duas publicações distintas e mensais. Além de igualmente reproduzir as sessões diárias do Congresso, tem o cuidado de organizá-las em dois índices: pelo assunto e pelo nome dos parlamentares que ocuparam a tribuna.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná: Anais, Diários e Atas.

Trabalhou-se pouco no Arquivo da Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná pelo fato das coleções dos Anais da Assembléia Legislativa, dos Diários da Assembléia e das Atas da Assembléia Legislativa não estarem completas para o período anterior a 1963. Essa lacuna foi preenchida com a imprensa periódica: na época os jornais publicavam diariamente uma espécie de ata das sessões legislativas, reproduzindo na íntegra os discursos mais contundentes e polêmicos. Como o interesse do presente estudo não se resume ao conhecimento dos dados, mas fundamentalmente às interpretações, implicações e repercussões dos mesmos, optou-se por acompanhar os debates legislativos bem mais pela imprensa que pelas publicações da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### Diário Oficial

Em se tratando de questão litigiosa, a ocupação e disputa das terras do Sudoeste do Paraná exigiram respaldos oficiais, traduzidos nos Diários Oficiais da União e do Estado do Paraná. São nos Diários Oficiais que se comprova a existência dos Decretos-Lei e das Portarias que marcaram a evolução da disputa jurídica das terras. Foram encontrados tanto na coleção da Biblioteca Pública do Paraná como na Sub-Secretaria de Análise do Senado Federal, em Brasília.

O critério de busca e seleção foi sempre dirigido, isto é, seguia-se uma referência anterior.

### 3. FONTES DE HISTÓRIA ORAL

Ao se trabalhar com História Oral é importante, também, não se perder de vista todo um domínio do qualitativo que se deve avançar com cuidado. Há, por um lado, fenômenos de distorções que dizem respeito à subjetividade do testemunho e,

por outro lado, os limites da experiência objetiva do informante na sociedade em que faz parte. O testemunho arrisca-se a dar unicamente uma imagem parcial, incoerente dos acontecimentos. No entanto, mesmos os discursos mais irreais devem ser recolhidos, com a condição de ver neles não a explicação da realidade, ou seja, as racionalizações retrospectivas, mas a explicação das implicações sociais do comportamento.

Não obstante a existência de riscos, os testemunhos têm a sua validade como instrumento de definição da representação que uma dada sociedade tem correntemente de si própria. Isto porque *"o modo de lembrar é individual tanto quanto social"*,<sup>7</sup> isto é, o informante individualiza a memória comunitária, fazendo com que o tempo da memória seja, acima de tudo, social.

O manuseio de fontes de História Oral teve um caráter complementar às fontes oficiais e da imprensa periódica. A coleta de depoimentos, embora não esgotada, foi de grande importância na elucidação de inúmeras questões surgidas no transcorrer da pesquisa.

A seleção dos informantes seguiu critérios específicos, ou seja, sempre que surgia uma dúvida fazia-se um levantamento das pessoas que melhor poderiam esclarecê-la, haja visto terem vivido e participado do evento objeto de dúvida. Por exemplo, na eclosão do movimento propriamente dito a ação dos camponeses está ricamente documentada nas demais fontes utilizadas nesta pesquisa, mas era necessário melhor levantar a ação de resistência do aparelho repressivo de Estado (policial e judicial). Para tanto, nada melhor que colher o depoimento de delegados e políticos, confrontando-os entre si e com

<sup>7</sup> BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade; lembrança de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. p.15.



as ações e reivindicações camponesas. Ou ainda, para elucidar dúvidas quanto ao número de vítimas e às providências adotadas referentes a determinada emboscada, ouviu-se o médico que fez as autópsias dos cadáveres das vítimas e o delegado que chefiou as diligências policiais.

A técnica de coleta de depoimentos se deu sob a forma de entrevistas dirigidas, partindo da experiência pessoal de cada informante. Foram gravadas sete entrevistas e posteriormente transcritas e datilografadas (Exemplo de uma destas entrevistas consta do Anexo 4).

CAPÍTULO I  
CAMPESINATO E ESTADO

## CAMPESINATO E ESTADO

Em se tratando da "história marginal" dos conflitos sociais é imprescindível introduzir a noção de Estado, poder e dominação. São assim será possível levantar a extrema coerência ideológica das estruturas jurídico-políticas que legitimam as desigualdades sociais no Sudoeste do Paraná.

Na concepção marxista-leninista o Estado capitalista é concebido como Estado de classe, traduzido pelo aparelho que permite às classes dominantes assegurar a sua dominação sobre as classes exploradas. O Estado portanto é o aparelho de Estado que compreende o aparelho especializado da prática jurídica (tribunais, polícia, prisões), o exército e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o governo e a administração.

Por tudo isso, o Estado

*é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes."*<sup>1</sup>

Nesse sentido o Estado arranca das classes oprimidas os meios e processos de luta contra os seus opressores.

Lênin, contudo, atenta para o que chama de "deformação do marxismo" feita pelos ideólogos burgueses que entendem es-

<sup>1</sup> LÊNIN, V. I. O Estado e a Revolução (trad.) São Paulo, HUCITEC, 1979.

sa "ordem" como conciliação de classe e não a submissão de uma classe por outra. Ora, para Marx, precisamente, o Estado é produto e manifestação do antagonismo inconciliável das classes, aparecendo onde e na medida em que esses antagonismos não podem ser conciliados<sup>2</sup>.

Por tudo isso, o Estado para Nicos Poulantzas adquire características de duplo poder: lugar onde se decifra a unidade, a coesão de uma formação social -uma espécie de "representação oficial" da sociedade, com capacidade de produzir uma nova unidade e novas relações de produção- e, igualmente, lugar onde se decifra a situação de ruptura dessa unidade<sup>3</sup>.

O que se está querendo demonstrar é que o Estado, longe de ser algo neutro, é uma derivada do capital por duas razões: garante as relações de produção e participa de modo decisivo na própria instituição dessas relações.

Tendo em vista esses parâmetros, é importante ressaltar no seio da teoria descritiva do Estado a noção de **poder de Estado e hegemonia**.

Toda a luta de classes políticas gira em torno da detenção -tomada e perservação- do poder de Estado. No entanto, é preciso distinguir **poder de Estado** e **aparelho de Estado**.

O Estado não se reduz ao aparelho de Estado, ou se quiser, **sociedade política**, mas compreende também a **sociedade civil** (organizações ditas privadas que são o conteúdo inte-

<sup>2</sup>Ibid., p.9

<sup>3</sup>POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977; pp.42-3.

lectual e moral do Estado<sup>4</sup>. O aparelho de Estado pode permanecer intacto apesar dos acontecimentos políticos que afetam a detenção do poder de Estado, como também pode servir de instrumento tanto para a conquista e perservação como para o enfraquecimento do poder de Estado.

A distinção entre sociedade política e sociedade civil por sua vez, é uma questão essencialmente metodológica, uma vez que são elas dois aspectos da hegemonia da classe fundamental a nível estrutural, isto é, a classe dominante poderá utilizá-las alternativa e harmoniosamente para consolidar sua hegemonia<sup>5</sup>. Ou ainda, como acrescentar Althusser, tanto o **aparelho repressivo de Estado** como os **aparelhos ideológicos de Estado** concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista<sup>6</sup>.

Antonio Gramsci é o pensador marxista que forjou o maior número de instrumentos teóricos para a compreensão das noções de poder e **hegemonia** política. Segundo ele,

*"se a força é necessária para a dominação de uma classe, ela não é suficiente, porque é necessário sobretudo a hegemonia, o consenso, como condição essencial do prosseguimento da obra*

<sup>4</sup>GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura (trad.) São Paulo, Círculo do Livro, 1982, p.13.

<sup>5</sup>PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. São Paulo, Paz e Terra, 1967. pp.35-6.

<sup>6</sup>Louis Althusser distingue no aparelho de Estado dois corpos: o das instituições representadas pelos **aparelhos ideológicos de Estado** (escola, Igreja, imprensa, sindicatos, entre outros) e o das instituições representadas pelo **aparelho repressivo de Estado** (polícia, tribunais, prisões). ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo, Martins Fontes, 1971. pp.51-6.

*empreendida com a conquista do poder..."<sup>7</sup>*

Para Gramsci hegemonia é um poder de direção e dominação que a classe fundamental a nível estrutural exerce em função da possibilidade de assumir a liderança de um sistema de aliança. Ocorre hegemonia quando a sociedade civil prima sobre a sociedade política. A classe fundamental, portanto, é mais dirigente que dominante e utiliza o bloco ideológicos dos intelectuais para controlar grupos auxiliares, procurando levar em consideração os interesses próprios desses grupos, desde que não firam os seus interesses de classe. Se existe aliança, essa não passa de hegemonia econômica, ideológica e política exercida pela classe dirigente-dominante sobre outros grupos<sup>8</sup>.

O regime das relações entre a classe dirigente-dominante -e o seu sistema hegemônico- e as classes subalternas quase sempre é a dominação, isto é, a utilização predominante ou exclusiva da sociedade política.

O campesinato, integrando as classes sociais subalternas, está excluído do sistema hegemônico. É por isso que as lutas camponesas apontam para o reconhecimento de direitos da cidadania e da situação de classe. Através de suas lutas, o campesinato procura provar que sua subalternidade é expressão da dominação do capital e mantida pela estrutura de poder que ele engendra.

<sup>7</sup>MACCIOCHI, Maria Antonieta. A favor de Gramsci. São Paulo, Paz e Terra, 1967. p.178.

<sup>8</sup>**Dirigente** no sentido de organizadora de consenso, através da direção intelectual e moral da sociedade civil. **Dominante** porque utiliza predominantemente ou exclusivamente a sociedade política, isto é, domina a sociedade através da coersão manifesta na detenção do aparelho de Estado. PORTELLI, p.61-81.

## 1. COLONIZAÇÃO E ESTADO

Historicamente os riscos de investimento privado sempre tornaram-se insuportáveis num capitalismo como o brasileiro, dotado, em fins do século XIX e início do século XX, de bases técnicas muito estreitas. Por outro lado, a capacidade de apropriação do Estado era bastante restrita, pois baseava-se num poder financeiro amparado em frágeis alicerces tributários. Assim, os investimentos públicos em infra-estrutura, imprescindíveis à acumulação do capital, atrasaram-se consideravelmente, gerando pontos de estrangulamento em energia e transportes.

No alargamento das bases produtivas do capitalismo brasileiro o Estado optou por buscar respaldo na grande empresa internacional que decidiu aplicar no Brasil.

Surge daí, a política brasileira de concessões de grandes lotes de terras devolutas como complementação de pagamento aos trabalhos realizados por empresas estrangeiras construtoras de ferrovias. Por termos contratuais essas empresas poderiam dispor dessas terras tanto para desenvolver projetos de colonização como explorar as reservas naturais do solo. No entanto, esses contratos não consideravam que nessas terras havia populações já estabelecidas, desenvolvendo a prática secular da posse.

Paralelamente a essa política de concessões de terras, a ampliação e ocupação efetiva da Fronteira converteu-se, no discurso oficial, num objetivo político importante, no senti-

do de consolidação da segurança do território nacional.

Com os anseios reformistas dos anos 30, não há mais como o Estado deixar de encarar a falência da política de concessões de terras a companhias estrangeiras como instrumento de consolidação da ocupação do território nacional. As razões da falência dessa política estão na contradição existente desde o início entre os objetivos e fundamentos da mesma. Detalhando melhor, essa política de concessões, antes de consolidar a ocupação das terras, reafirmou e fortaleceu a grande propriedade fundiária, caracterizando-se como um tipo de ação político-econômica inteiramente solidária a um esquema privado de acumulação baseado na expulsão e expropriação de camponeses. A Guerra do Contestado é um exemplo perfeito dos desdobramentos dessa política.

Os problemas de terras no Paraná decorriam justamente de um tipo de colonização realizado quase que exclusivamente por particulares, visando fins lucrativos. O Estado via-se impossibilitado de exercer a sua ação em extensas áreas que entravavam seu desenvolvimento, devido a falta de recursos e infraestrutura.<sup>9</sup>

No Paraná sempre se permitiu aos camponeses se estabelecerem em terras devolutas como processo barato de colonização. O camponês se estabelecia, abria caminho, construía seu rancho, fazia plantações; tomava posse da terra com o consenso do Estado, sem qualquer oposição. Pacificamente instalava-se, depois requeria ou não sua colônia. O Estado ao ser solicitado, quando muito, titulava a terra, não cuidava de sua valorização, nem dispndia recursos em assistência técnica e financeira. O

<sup>9</sup> ANAIS DO VIII SIMPÓSIO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA. A propriedade da Terra. COSTA, Odah R. Guimarães. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 30, em zonas de povoamento, no Estado do Paraná. São Paulo, 1976. p.817.



camponês ficava entregue à sua própria sorte, com todos os riscos de atividade agrícola.

No decorrer dos anos 30 e início dos anos 40, com efeito, começam a ser desenvolvidos mecanismos eficazes para a ocupação e exploração de novas terras, mais especificamente falando, as terras do Oeste brasileiro. Esse processo adquire conteúdo na chamada política de "*marcha para o Oeste*" que marcou o período do Estado Novo no Brasil (1937-45)<sup>10</sup>.

Os objetivos manifestos nas propostas de colonização oficiais formuladas a partir desse período seguiam duas ordens de preocupação: a primeira consistia na fixação do homem à terra e na absorção produtiva de mão-de-obra; a segunda, na formação de um campesinato próspero<sup>11</sup>. Concretamente, esses objetivos entram em contradição com o fato de que os projetos de colonização particulares -executores e financiadores dos planos oficiais de colonização- seguem, acima de tudo, a lógica da valorização das terras, isto é, da expectativa da **renda fundiária capitalista**<sup>12</sup>. Neste sentido, a ação do Estado tem um sentido claro: garantir a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários.

A forma básica de extração dessa renda é o comércio imobiliário que passa a cobrar um tributo para que terceiros utilizem a terra. Os grupos empresariais, através da obtenção

<sup>10</sup> Ver VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo Autoritário e Campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL, 1976. Cap. X. pp.137-57.

<sup>11</sup> SEMINÁRIO NACIONAL; a questão da terra. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, nov./1981. p.25 (Introdução).

<sup>12</sup> É o capital investido na compra da terra e não deve ser confundido com o capital que será investido na exploração econômica da terra -capital produtivo- gerador de uma remuneração específica, a **renda fundiária**, sob a forma de mais-valia, produto do trabalho excedente não pago.

de terras a baixos custos e em condições vantajosas de pagamento, desenvolvem projetos de colonização com o objetivo primeiro da valorização das terras, via comercialização das mesmas. Na maioria das vezes, utilizam-se de terras já valorizadas pelo trabalho pioneiro dos posseiros.

Assim, sob o ponto de vista do capital, a posse é a negação da propriedade e o posseiro deve ser expulso porque impede a captação da renda fundiária<sup>13</sup>.

Quanto ao sentido e o significado da intervenção do Estado como impulsionador do movimento de expansão da **fronteira agrícola**, pode-se apontar dois aspectos de interesses para o Estado:

a) o crescimento extensivo da produção, na base da exploração da fertilidade natural do solo, sem maiores investimentos de capital no processo produtivo;

b) a continuidade da força de trabalho não proletarizada, que através do trabalho familiar assume total ou parcialmente o custo de sua reprodução e os riscos da atividade agrícola<sup>14</sup>.

Percebe-se que o Estado, ao incentivar a expansão da produção de alimentos para o mercado, está determinando a reprodução de uma agricultura mercantil, mesmo sob a forma de uma produção camponesa. Assim, o movimento de ocupação de novas terras é comandado pela expansão da produção de mercadorias.

A esses dois aspectos importantes levantados, faz-se necessários acrescentar um terceiro: a possibilidade de desfocar os problemas sociais vivenciados pela população rural brasi-

<sup>13</sup> MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981. p.116.

<sup>14</sup> WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Trab. mimeo. Campinas, UNICAMP, 1979. p.60.

leira.

A colonização no Brasil tem sido historicamente manipulada como alternativa às transformações estruturais, servindo como um instrumento estatal para desfocar ou prevenir tensões sociais em contextos onde mais se aguçam as contradições inerentes ao processo de expansão capitalista.

As terras novas que o Estado apresenta como solução aos problemas dos camponeses

*"...são, na realidade, um velho mundo. A fronteira reproduz todas as características da sociedade de ocupação antiga e, pior ainda, vai deteriolá-la. O que se desenvolve na fronteira, menos do que um capitalismo produtivo, configura um capitalismo especulativo, extremamente selvagem, que usa a violência como forma costumeira de acumulação."*<sup>15</sup>

O processo de expansão da fronteira agrícola, que historicamente tem adquirido conteúdo nos projetos de colonização, tem se revelado de pouca eficácia como alternativa de fixação do homem à terra e de criação de um campesinato próspero. A colonização, neste sentido, constitui-se num mito forjado pelo Estado, contra o qual os movimentos camponeses têm se rebelado, revelando a necessidade de soluções estruturais para a questão da terra no Brasil.

## 2.2. CAMPESINATO E POLÍTICA

O período inaugurado com a Grande Depressão Econômica de 1929 e a Revolução de 1930, marca uma nova fase

<sup>15</sup> SEMINÁRIO NACIONAL; a questão da terra. TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Avaliação das experiências atuais de colonização. Porto Alegre, Assembleia Legislativa, nov./1981. p.117.

de transição da economia brasileira. Foi nesse período que se criaram as condições políticas que favoreceram o desenvolvimento do setor industrial sobre o setor agrário-exportador, principalmente a partir da década de 50. Isto é, o setor industrial vai assumindo o comando do processo de acumulação do capital. Assim, as decisões de política econômica passaram a ser tomadas em função dos interesses e consolidação da burguesia industrial emergente<sup>16</sup>.

Em consequência há um agravamento da crise da agricultura brasileira. Como o setor agrário e o setor industrial não são setores estanques, temia-se que a agricultura viesse a constituir obstáculo ao desenvolvimento da industrialização brasileira.

*Isso significa que, de um lado, o setor agrícola não responderia às necessidades crescentes de produzir alimentos e matérias-primas de que a industrialização iria necessitar. De outro, que não se elevariam os níveis de renda da população agrícola e, portanto, não se conseguiria um mercado suficiente para consumir os produtos industrializados que se criaram<sup>17</sup>.*

Já não era apenas o produto do trabalho agrícola que deveria realizar-se como mercadoria no comércio urbano e/ou mundial, mas também o próprio excedente econômico produzido pelo setor agrário que deveria ser apropriado em outras esferas da economia nacional e mundial.

<sup>16</sup> IANNI, Octavio. Relações de produção e proletariado rural. In: Vida rural e mudança social. Org. Oriovaldo Queda. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976. pp.149-50.

<sup>17</sup> SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.100.

Acentua-se, também na década de 50, a divisão inter-regional do trabalho agrícola, na qual a produção camponesa cabe o suprimento de gêneros alimentícios para os centros urbanos e de matérias-primas para as indústrias.

Com a vitória de Juscelino Kubitschek nas eleições presidenciais de 1955, articula-se no pensamento oficial uma nova disposição diante da realidade agrária. Mesmo porque, diz Caio Prado Jr., não havia como ignorar o problema,

*...sobretudo em momentos como o atual, quando precisamente se começa a observar um início de agitação nos meios rurais brasileiros, e em que o trabalhador agrícola, seguindo o exemplo de seus companheiros da cidade, procura também fazer ouvir sua voz<sup>18</sup>.*

Nesse ambiente desenvolvimentista, conjunturalmente de "guerra fria" que marca o período até 1964, toma o corpo e conteúdo definitivos a questão política do campesinato brasileiro.

Através de diferentes aspirações ideológicas e diferentes instituições como a Igreja, as Ligas Camponesas no Nordeste e outros grupos políticos surgiram, então, as primeiras organizações de trabalhadores rurais no Brasil.

O controle dessa nova realidade política, expressa num ambiente de luta e mobilização do campesinato, passa a ser disputado entre os segmentos sociais dominantes. Tem-se, por um lado, os segmentos conservadores, notadamente a burguesia rural e a Igreja, cujo esteio ideológico básico centrava-se na defesa do direito à propriedade privada; por outro, os seg-

<sup>18</sup> PRADO JR, Caio. O sentido da anistia ampla. Revista Brasiliense, Brasília, (4): 11, mar./abr. 1956.

mentos mais progressistas, formados pela esquerda nacionalista (PCB, PC do B. e PTB), pregando a Reforma Agrária, o fim do latifúndio e do imperialismo.

Convém salientar, contudo, que havia um elemento gerador de consenso: a solução da crise da agricultura brasileira dependia da superação das estruturas arcaicas de produção vigentes. Tratava-se de eliminar tanto o latifúndio improdutivo como a improdutividade da pequena produção. Tematizava-se, portanto, uma opção empresarial para solucionar os problemas agrários do país, esquecendo-se de que era justamente o crescente domínio direto ou indireto do capital no campo que estava produzindo as profundas alterações das quais emergia o campesinato como categoria política.

A questão da Reforma Agrária, com efeito, ganha fórum de debate nacional. Nas Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento de Kubitschek, pode-se ler: *"é indispensável promover-se com urgência a reforma agrária, isto é, a mudança da estrutura social e econômica do nosso campo."*<sup>19</sup>

Tratava-se, no entanto, de uma concepção oficial técnica de reforma agrária, baseada em medidas de fomento à produtividade agrícola e de estímulo ao desenvolvimento técnico. Em outras palavras, tratava-se de uma reforma agrária distributiva de terras que, sem afetar o regime de propriedade, aumentasse a produtividade do campo. Assim, propostas e alianças foram definidas por agentes urbanos — burguesia, intelectuais, partidos políticos, Igreja e imprensa — com a escassa participação dos interessados diretos: as populações

<sup>19</sup> Ibid., p.3.

rurais.

Concebia-se a reforma agrária a partir da visão pragmática que a cidade tinha dos problemas do campo. Esta pragmatismo conduzia inevitavelmente a generalizações perigosas que não levavam em conta as diversidades marcantes do campo brasileiro. Esquecia-se, por exemplo, que se no Nordeste e Sudeste do país a questão da Reforma Agrária tinha sua base social em agentes históricos tais como arrendatários, parceiros e foreiros, nas frentes de expansão -caso do Sudoeste do Paraná- baseava-se principalmente no posseiro.

É nesse contexto que as esquerdas introduzem definitivamente no debate político os termos camponês e campesinato, visando, por um lado, dar unidade às situações de classe dos homens do campo e, por outro, enfatizar a tarefa revolucionária destes na luta de classes<sup>20</sup>.

Fica, pois, fácil de se entender a aversão burguesa aos termos camponês e campesinato. Camponês, nesta acepção, passou a ser entendido como um *"neologismo vermelho"*. A própria legislação brasileira define o camponês como trabalhador rural.

As lutas camponesas expressam um confronto político explícito com o Estado que intervém, até mesmo militarmente, no sentido de desmobilizar, acomodar e subordinar. A estratégia básica do Estado é atuar para que esses movimentos não extrapolem o imediato e específico, assumindo um caráter mais amplo e político.

Nos conflitos camponeses que marcaram os anos 50, José

<sup>20</sup> MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981. p.23.

de Souza Martins chama a atenção para o fato de que "não há, a rigor, um elemento de referência que os torne convergentes e que os arranque do localismo que lhes é fatal"<sup>21</sup>.

Esta multiplicidade e diversidade das lutas camponesas devem ser vistas como resultante das condições históricas concretas da inserção do campesinato na estrutura criada pela expansão capitalista no campo. O campesinato brasileiro portanto não tem nada a ver com o campesinato francês descrito por Marx como uma massa uniforme e homogênea, "da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas."<sup>22</sup>

Os camponeses lutam, de um lado, contra a sua subordinação ao capital, contra a sua exploração e expropriação, que põe em risco a sua própria sobrevivência física. De outro, eles lutam contra as mais diversas formas de exclusão:

*A exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política. Mas essa exclusão não é, como as vezes tem sido entendida, mera exclusão política. Por isso é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico(...) — como um excluído, um inferior, um ausente.(...) ausente da apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado<sup>23</sup>.*

O campesinato, estando excluído do sistema hegemônico, dá sentido à pressuposição de que é estranho à política, ou seja, que tem uma presença passiva e subordinada no processo político. Diante disso, surge um problema metodológico para

<sup>21</sup> Ibid., p.12.

<sup>22</sup> MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.397.

<sup>23</sup> MARTINS, p.25.



ser contornado:

*como analisar a ação de ator privado de ação? Pode-se admitir a hipótese que ele apenas padece a história? Ou vale supor que faz sua história procurando desvios e esconderijos, numa guerrilha de tocaias, uma vez que os campos abertos lhe são vetados?*<sup>24</sup>

Admitir que o camponês padece a história é subestimar a força latente do campesinato, esquecendo-se de que subordinação não implica em ausência de poder. Por outro lado, admitir a segunda hipótese é, acima de tudo, ver o camponês como um ator social, lúcido quanto ao sentido de suas reivindicações, penetrando nas brechas do sistema e desenvolvendo estratégias de enfrentamento ao poder das classes dominantes.

O problema do camponês não é ser passivo ou ativo, mas como e quando passar de um estado para outro<sup>25</sup>. Ao se caracterizar e classificar campesinato como passivo ou ativo corre-se o risco de construir-se tipos puros, desprovidos de historicidade.

Para se entender esse processo de tomada de posição do campesinado tem que se partir de dois pontos: da realidade imediata enquanto processo, e da percepção do campesinato como classe social<sup>26</sup>. Este último é, sem dúvida, uma questão básica para o problema dos camponeses na política, pois falar em movimento camponês é falar sobretudo nas dimensões ideológicas

<sup>24</sup> DUQUE, Ghislaine. Estratégias camponesas: ação de classe disfarçada. Encontro realidade nordestina. Campina Grande, UFPB, junho/1979. p.224.

<sup>25</sup> HOBBSAWM, Eric. Os camponeses e a política. Ensaio de opinião, Rio de Janeiro, (8):51, 1978.

<sup>26</sup> Segundo Lênin, "classes sociais são grandes agrupamentos de homens que se diferenciam por seu lugar no sistema historicamente determinado da produção social, por sua relação (na maioria dos casos confirmada pelas leis) para com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho, e por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem." LÊNIN, V. I. Una gran iniciativa. In: Obras Escogidas. Moscou, Ed. en Lenguas Extranjeras, 1948. pp.612-3.

e políticas da prática histórica dos camponeses enquanto classe. Aquele, permite captar o que Antonio Gramsci denomina de **momento ético-político**. É esse que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente<sup>27</sup>.

Até onde efetivamente se pode falar de campesinato como classe?

Segundo Hobsbawm, do ponto de vista clássico, o campesinato é uma classe social, visto que implica no mesmo relacionamento com os meios de produção e características econômicas e sociais em comum.

Esta definição, entretanto, confunde classe social e estratificação social, visto que um agrupamento com o mesmo relacionamento com os meios de produção e características econômicas e sociais em comum não é uma classe mas um estrato sócio-econômico. Isto porque

*não existe classes isoladas, mas somente sistemas de classe. As classes não existem que umas em relação à outras. O que define as classes e as distingue uma das outras são as relações que se estabelecem entre elas; uma classe não pode existir que em função de uma outra.*<sup>28</sup>

Essas relações de classe são relações antagônicas, de oposição que definem, em relação ao poder econômico e político de formações sociais específicas, as classes dominantes e as classes dominadas. Essas duas classes, portanto, *"são dialéticamente ligadas entre si, visto que são parte integrante do funcionamento de um todo (exploradores - explorados)".*<sup>29</sup>

Há que se destacar, ainda, que no conceito marxista

<sup>27</sup> PORTELLI, p.56.

<sup>28</sup> STAVENHAGEN, Rodolfo. Les classes sociales dans les sociétés agraires. Paris, Anthropos, 1969. p.36 (Tradução da autora)

<sup>29</sup> Ibid., p.39.

clássico as classes se definem em relação a antagonismos dentro do próprio processo produtivo.

Não havendo dentro do campesinato separação entre proprietário e não-proprietários dos meios de produção, não há antagonismos dentro do processo produtivo, conseqüentemente não se justifica o emprego do conceito marxista de classe social. Todavia, observa Otávio Guilherme Velho,

*na medida em que é subordinado (o campesinato), efetivamente se opõe a outro grupo em outro nível. Assim, diríamos que o campesinato constitui o que denominaremos uma classe política.*<sup>30</sup>

O conceito de classe política consiste, pois, nas relações dos camponeses com outros grupos e instituições sociais, acentuando a separação entre camponeses e não camponeses. Em outras palavras, a sociedade camponesa propriamente dita só existe em relação à uma sociedade global, da qual ela é parte integrante.

A partir daí, entende-se classe política como categoria histórica, ligada a formações sócio-econômicas específicas, que emerge e atua como força social, numa conjugação de condições para fazer valer seus interesses coletivos.

As lutas camponesas são o espaço em que os trabalhadores do campo se afirmam como classe fazendo valer seus interesses coletivos. São por isto, movimentos de caráter político, na medida em que opõem os camponeses a outras classes.

Ao se trabalhar com classe política, não se pode esquecer da noção de "consciência de classe" que pode ser definida no contexto dessa análise como a percepção dos interesses de classe por ela mesma de forma a organizar o conjunto da so-

<sup>30</sup> VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL, 1976. p.57.

cidade em seu proveito.<sup>31</sup>

Até que ponto, convém saber, o campesinato é uma classe **para si**, uma classe consciente de si mesma como tal?

A relevância deste aspecto decorre da dificuldade do campesinato organizar-se enquanto classe, o que tende a aumentar na medida em que as relações que mantêm com as outras classes tende a acentuar o processo de dominação/subordinação de classe, traduzindo sua própria heterogeneidade.

Nos períodos de crises profundas, nos quais as contradições tornam-se mais explícitas, ocorre um desenvolvimento da solidariedade interna e torna-se secundária a diferenciação dentro do campesinato. Contudo, a consciência das contradições que dão origem ao conflito não bastam para definir o campesinato como uma **classe para si**. Para que tal ocorra é preciso também que o grupo esteja suficientemente organizado e mobilizado, o que só poderá ocorrer num contexto de perda de eficácia dos mecanismos políticos de dominação/subordinação de classe. Nestas ocasiões, muitas vezes de modo imediato e profundo, tanto os camponeses como os grupos que os exploram, reaglutinam-se segundo seus interesses de classe; o que mais explicitamente configura essas classes como classes políticas e antagônicas.

O fato dos camponeses adquirirem consciência política, lembra Hobsbawm, *"tornou o nosso século o mais revolucionário da História"*<sup>32</sup>. Por isso, o estudo de seus movimentos e

<sup>31</sup>Trata-se de um conceito difícil que infelizmente ainda não recebeu um tratamento teórico livre de equívocos. Sua utilização nesta análise, portanto, restringe-se a passagem de uma **classe em si** - com interesses objetivos latentes definidos pela posição específica que ocupa na ordem social e econômica - para uma **classe para si** - uma classe política com interesses manifestos e confronto explícito com o poder. STAVENHAGEN, pp. 39-40.

<sup>32</sup>HOBBSAWN, Eric. *Rebeldes e primitivos; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª ed. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1978. p.13.

· conflitos não deve ser apenas de interesse histórico, mas também da "praxis" política.

## CAPÍTULO II

### SUDOESTE: A OCUPAÇÃO DA TERRA

## SUDOESTE: A OCUPAÇÃO DA TERRA

Em se tratando do estudo da formação das estruturas agrárias do Paraná, é fundamental o conhecimento do modelo de Brasil Pinheiro Machado sobre história regional<sup>1</sup>, pois é através dele que se tenta entender a História do Paraná como resultante de expansões diferenciadas que resultam em três comunidades: O Paraná tradicional, de ocupação antiga e genuinamente paranaense; a região Norte, vista como um prolongamento da economia paulista; e, por último, a região Sudoeste, povoada pelo fluxo migratório originado principalmente no Rio Grande do Sul.

Esse movimento expansionista, através de um corte diacrônico, delimita duas estruturas sócio-econômicas distintas: o Paraná tradicional, as áreas de campos e o eixo das estradas das tropas; e o Paraná moderno, originado da desagregação da sociedade campeira, no final do século XIX.

A partir desses pressupostos a história regional recebe novo enfoque: o Paraná inserido numa economia periférica. Mais especificamente falando, a ocupação territorial do Paraná, bem como a formação de sua estrutura sócio-econômica, são explicadas a partir da relação centro/periferia, tão cara à tese

<sup>1</sup>PINHEIRO MACHADO, Brasil. Sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, IHGE Paranaense, 1951. 26p.; CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação história proposto por Brasil Pinheiro Machado. História: Questões e Debates, Curitiba, 2(2): 5-13, jun.1981; BREPOHL, Marionilde D. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. História: Questões e Debates, Ctba., 2(2):15-22, jun. 1981.

furtadiana.

O caso paranaense teria resultado, com efeito, da expansão demográfica e econômica paulista.

Pedro Calil Padis, partindo justamente do ponto de convergência, acima apontado, entre o modelo de Pinheiro Machado e a tese furtadiana, desenvolve um esforço de reconstituição do processo histórico paranaense até 1970<sup>2</sup>. A dinâmica interna desse processo é vista pelo autor como sendo determinada por uma dinâmica externa, o que caracterizaria a economia paranaense como uma economia periférica.

Como reforço da tese da dependência, Padis aplica na economia paranaense a teoria dos ciclos econômicos. A partir daí, afirma que o Paraná teria se formado historicamente em períodos diferentes com ciclos econômicos distintos e não relacionados entre si: tropeirismo, mate, madeira, café e soja<sup>3</sup>. Consequentemente, haveria uma descontinuidade dos ciclos da economia paranaense; o que para o autor explicaria a contínua relação de dependência e a condição de economia periférica experimentada pelo Paraná ao longo de sua história.

Feitas essas observações de caráter geral, convém frisar que o objeto de interesse empírico dessa investigação centra-se no movimento expansionista anteriormente denominado de Paraná moderno, por esse conferir especificidade ao processo de ocupação da região sudoeste paranaense.

O ponto de partida para a análise dessa ocupação é o

<sup>2</sup>PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso paranaense. São Paulo, HUCITEC, 1981. 235p.

<sup>3</sup>Trata-se, sem dúvida, de uma confirmação empírica dos pressupostos básicos do modelo de Pinheiro Machado.



trabalho "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno"<sup>4</sup>. Trata-se de um esforço pioneiro de síntese global da ocupação da terra e dos problemas subjacentes manifestos através dos movimentos agrários.

Através desse estudo percebe-se a distinção de dois movimentos que, embora não sendo antagônicos, guardam características diferentes entre si: **a ocupação extensiva e a ocupação intensiva** da terra. O primeiro, caracterizou-se por uma ocupação de caráter precário e de densidade bastante pequena, visando a exploração extrativa da erva-mate e da madeira, e complementarmente, da pecuária. O segundo diz respeito diretamente ao processo de ocupação do Sudoeste do Paraná e caracterizou-se por uma ocupação parcelária intensiva da terra.

Nesse impulso ocupacional que teve início no final dos anos 20 e intensificou-se nos anos 50, os autores detectam a superposição de outros dois movimentos: um de **ocupação espontânea** e outro de **colonização dirigida**. Esse, promovido tanto por empresas privadas (companhias imobiliárias), como pela iniciativa oficial; e aquele, de ocupação pura e simples de terras devolutas ou de particulares, configurando a posse<sup>5</sup>.

Acrescente-se a esse quadro o fato das terras do Sudoeste terem legitimidade de domínio discutível, uma vez que eram objeto de disputa judicial entre o Estado do Paraná e a União Federal. Daí o processo de ocupação das terras revelar-se pleno de contradições e ambigüidades.

<sup>4</sup>WESTPHALEN, Cecília M., PINHEIRO MACHADO, Brasil e BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Curitiba, UFPr., 1968. 50p. (Boletim n.7)

<sup>5</sup>Ibid., p.22.

O objetivo dessa análise é desvendar a especificidade desse processo, principalmente porque através dele a luta pela terra ganha contornos bem definidos. Para tanto, lança-se mão de uma metodologia que tenta aprofundar o estudo dos movimentos de ocupação espontânea e colonização dirigida, distinguindo a ocupação "legal" da terra, baseada no direito da propriedade e a ocupação efetiva da terra, baseada na relação homem/natureza.

A seguir busca-se a explicitação desse processo de ocupação tendo sempre em mente a preocupação em detectar e explicar, num nível mais amplo, as relações sociais como produto de certas determinações estruturais, e, num nível mais restrito, os mecanismos da dominação/subordinação de classe que legitimavam as desigualdades sociais.

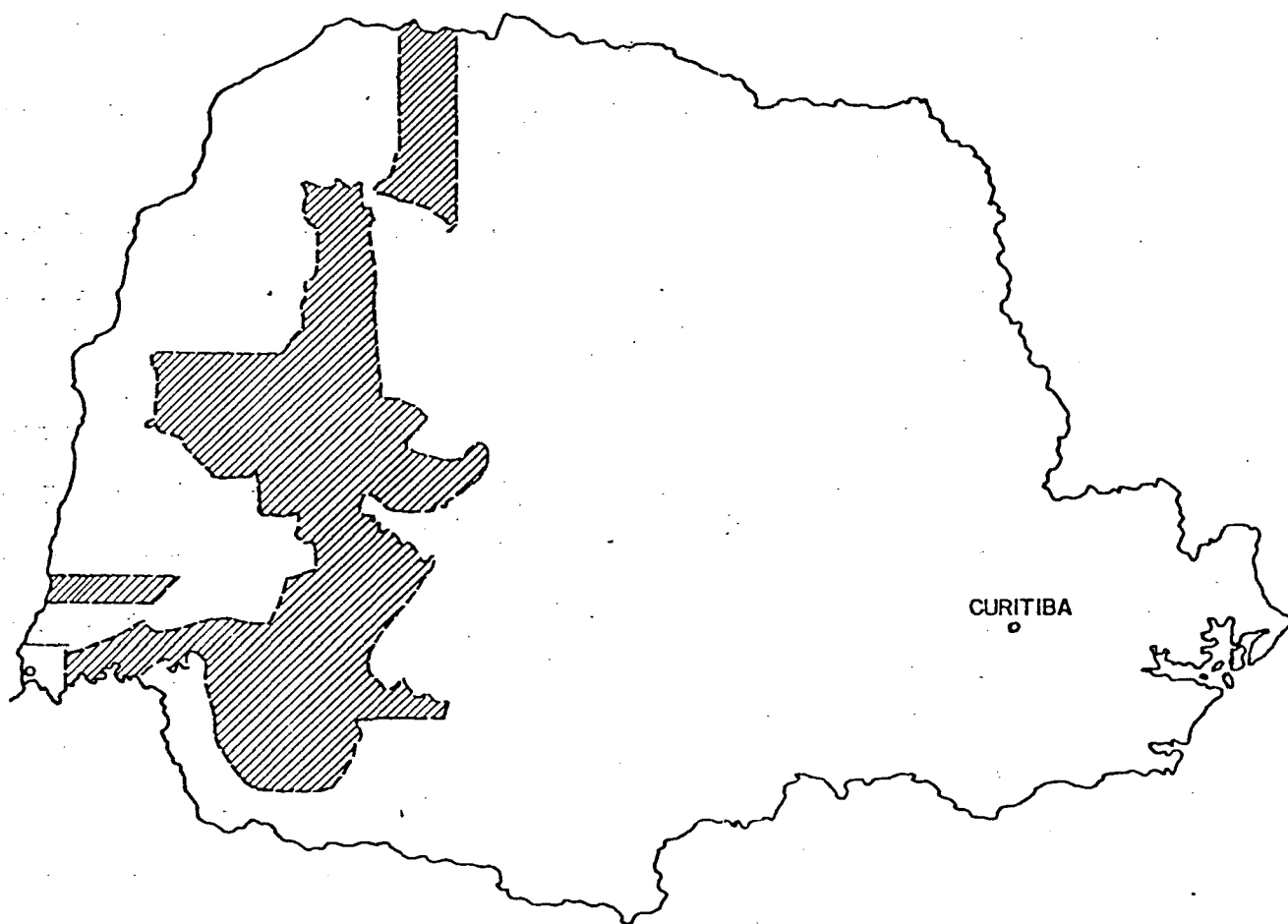
### 1. A OCUPAÇÃO "LEGAL"

Com a Revolução de 30, assumiu o Governo Provisório do Paraná, como Interventor, o General Mario Tourinho. Seu governo, estudando os contratos que haviam sido firmados pelo Estado -primeiro com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande<sup>6</sup>, depois com a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), para a construção da estrada de ferro de Guarapuava-Foz do Iguaçu- concluiu pela elaboração do Decreto nº 300<sup>7</sup>, de 3 de novembro de 1930 e do Decreto nº 20, de 20

<sup>6</sup>Essa companhia fazia parte do trust americano Brasil Railway Company, com sede em Portland, Maine.

<sup>7</sup>Diário Oficial do Estado do Paraná, nº17, de 4 de novembro de 1930. p.5.

MAPA III - CONCESSÕES DE TERRAS À CIA. SÃO PAULO-RIO GRANDE



FONTE : WESTPHALEN, Cecília M., PINHEIRO MACHADO, Brasil e Bahiana, Ativa P.  
da terra no Paraná moderno. Curitiba, UFPr, 1968. p.24 (Boletim n.7).

Nota Prévia ao estudo da ocupação

de janeiro de 1931<sup>8</sup>. Através desses Decretos, o Estado do Paraná rescindia os referidos contratos, devido ao não cumprimento de cláusulas contratuais pelas companhias, reintegrando ao domínio do Estado cerca de 2.100.000 hectares de terras, incluindo as Glebas Missões e Chopim<sup>9</sup> que no início do século haviam sido cedidas à Companhia São Paulo-Rio Grande. A região Sudoeste deixava, assim, de ser um imenso latifúndio nas mãos de companhia estrangeira, cujo interesse não ia além do saque indiscriminado das reservas naturais do solo (v. Mapa III).

Naturalmente a Companhia São Paulo-Rio Grande não se deu por vencida, entrando com recursos na Justiça para garantir a sua posse sobre as terras.

Essa era a situação na região Sudoeste do Paraná — praticamente toda dentro da faixa de fronteira — quando o Decreto Lei nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940, vem dar os instrumentos de viabilização da colonização da faixa de fronteira nacional, que então é estendida a uma faixa de 150 km de largura ao longo da fronteira. A fiscalização dos dispositivos previstos neste Decreto-Lei ficou a cargo do Conselho de Segurança Nacional, através da Comissão Especial de Fronteira, à qual o artigo 17 estabelece: *"proceder à revisão das concessões de terras até agora feitas pelos governos es-*

<sup>8</sup>Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 3, de 25 jan./1931, p.1.

<sup>9</sup>A Gleba Chopim, 71.000 hectares, foi titulada pelo Estado do Paraná à Cia. São Paulo-Rio Grande em 11 de junho de 1913. Obteve Certidão de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, município de Clevelândia, Livro nº 5, de Transcrições dos imóveis, fls. 5 e 6, nº de ordem 1.381, de 19 de junho de 1922. A Gleba Missões, 514.636 hectares, foi titulada em 8 de setembro de 1917 e 23 de agosto de 1920. Obteve Certidão do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, referente a Título de Terras, nº 00061, p.358, do Livro nº 2 de Registro Integral de Títulos e Documentos, sob o nº 1.242, de 9 de outubro de 1920.

*taduais ou municipais, na faixa de cento e cinquenta quilômetros da fronteira do território nacional.*"<sup>10</sup>

Enquanto a questão envolvendo a Companhia São Paulo-Rio Grande e o Estado do Paraná ainda se encontrava *sub-judice*, o Governo Federal baixou o Decreto-Lei nº2.073, de 8 de março de 1940, que incorporou ao patrimônio da União a Companhia São Paulo-Rio Grande e as empresas a elas filiadas.

*Art. 1º Ficam incorporadas ao Patrimônio da União: a) toda a rede ferroviária de propriedade da Cia. Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ou a ela arrendada; b) todo o acervo das Sociedades "A Noite", "Rio Editora" e "Rádio Nacional"; c) as terras situadas no Estado do Paraná e Santa Catarina, pertencentes à referida Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande*<sup>11</sup>.

Essa incorporação deveu-se principalmente ao fato de todo o patrimônio da empresa ter se expandido com lucros sonhados, uma vez que as linhas férreas sempre foram deficitárias, a ponto do governo brasileiro ter que contribuir para garantir a manutenção e desenvolvimento das suas atividades que eram de relevante interesse para a economia do País. Sem contar que este patrimônio teve origem direta ou indireta em operações de crédito realizadas no exterior com contribuições dos cofres públicos brasileiros<sup>12</sup>.

<sup>10</sup>Diário Oficial da União, nº16, de 19 de janeiro de 1940. p. 1073. A Lei nº 2597, art. 2º, de 12/09/1955 vem reafirmar a faixa de 150 Km. de largura paralela à linha divisória do território nacional como zona indispensável à defesa do país.

<sup>11</sup>Diário Oficial da União, nº56, de 8 de março de 1940. pp. 4051-2.

<sup>12</sup>Ibid., p.4052.

A incorporação da Companhia São Paulo-Rio Grande teve um desdobramento ainda maior com o Decreto-Lei nº 2.436, de 22 de julho de 1940, que incorpora ao patrimônio da União todo o ativo existente em território nacional da *Brazil Railway Company* e empresas a elas filiadas<sup>13</sup>. São 14 empresas que passaram a ser administradas pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN), entre elas a Companhia São Paulo-Rio Grande.

Neste mesmo ano uma decisão judicial, baseada no não cumprimento das cláusulas contratuais, reconheceu ao Estado do Paraná o direito de promover, contra a Companhia São Paulo-Rio Grande e a BRAVIACO, o cancelamento definitivo da transcrição dos títulos expedidos em favor das mesmas numa área de 2.100.000 ha., incluindo as Glebas Missões e Chopim.

Com a incorporação, a disputa sobre a posse das Glebas Missões e Chopim, entre outras, passou a se desenvolver entre a União e o Estado do Paraná. Este, além de basear-se em sentença favorável ao cancelamento dos títulos da referida companhia, defendia a determinação constitucional que dava aos Estados o domínio das terras devolutas<sup>14</sup>. Aquela, defendia que tendo as terras pertencido à Companhia São Paulo-Rio Grande foram automaticamente incorporadas ao Patrimônio Nacional. Além do que, defendia que as terras a que esses títulos referiam-se não se incluíam entre as integradas ao domínio do Estado do Paraná por força da Constituição de 1981, porque a essa época não eram mais devolutas, visto que já haviam sido cedidas por ato imperial, confirmado pelo Governo Provi-

<sup>13</sup>Diário Oficial da União, nº165, de 23 de julho de 1940, pp. 14.203-4.

<sup>14</sup>No tempo do Império as terras devolutas pertenciam à União, mas por força do art.64 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 passaram para o domínio dos Estados.

sório da República, através do Decreto n. 305, de 7 de abril de 1890<sup>15</sup>.

Paralelamente a essas incorporações, o Ministério da Agricultura, atendendo a solicitação de reservistas que queriam fundar colônia militar na faixa de fronteira paranaense, designou comissão para estudar a questão e escolher o local da colônia militar. Essa comissão escolheu como local a Gleba Missões e acabou concluindo pelas vantagens de se ampliar o projeto não só a reservistas, mas também a colonos. O trabalho dessa comissão concluiu-se, veja-se bem, de comum acordo com o Conselho de Segurança Nacional e o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC). Ficou então definido que a implantação ficaria às expensas do Governo Federal<sup>16</sup>.

Getulio Vargas, com base nesse relatório, através do Decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, estabelece que:

*Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barracão-Santo Antonio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura. Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 hectares<sup>17</sup>.*

A criação dessa colônia agrícola -CANGO- foi, sem dú-

<sup>15</sup>ALCANTARA Filho, Hortêncio. A questão da terra entre a União e o Paraná; suscitada pelos decretos estaduais ns. 300, de 03/11/1930 e 20, de 20/11/1931. Curitiba. p.4.

<sup>16</sup>Depoimento do Prof. Sylvano da Rocha Loures que fez parte dessa comissão. O Estado do Paraná, Curitiba, 18 de outubro de 1957.

<sup>17</sup>Diário Oficial da União, nº 1110, de 14 de maio de 1943. p. 7.339.

vida, o marco jurídico do povoamento da região Sudoeste do Paraná. No entanto, pela imprecisão dos seus limites e pelo tipo de colonização adotado -pequena propriedade com obtenção de domínio sem ônus para o adquirente- em pouco tempo transformou-se em alvo da cobiça de aventureiros e das companhias imobiliárias.

Prosseguindo o esforço de desenvolver a ocupação e o povoamento da Faixa de Fronteira e das terras devolutas, Getúlio Vargas criou, ainda neste ano no Paraná e parte mínima de Santa Catarina, o Território Federal do Iguaçu. Em nome de imperativos de Segurança Nacional, o Paraná perdia áreas de terras riquíssimas, com reservas de pinheiros. Na Constituição de 1946, o Paraná conseguiu a extinção desse Território<sup>18</sup>.

Não obstante as terras de Missões e Chopim serem litigiosas, até 1950 tanto o Estado como a União vinham desenvolvendo seus respectivos planos de colonização.

*...o Estado já alienara diversos imóveis, expedindo títulos de domínio pleno e, permitira a localização de cerca de 15 mil posseiros. A União também já localizara ali a Colônia Agrícola General Osório - CANGO, e a própria Superintendência já vendera à Companhia Pinhos e Terras Limitada, por dois milhões de cruzeiros, cerca de 10 mil alqueires de terra<sup>19</sup>.*

Essas transferências de posse, até então, vinham ocorrendo sem maiores conflitos. No entanto, a luta pela terra no Sudoeste do Paraná começa a ganhar contornos com o surgimento,

<sup>18</sup> Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 18 de setembro de 1946, art.89.

<sup>19</sup> WESTPHALEN et alii, p.41.



no final do primeiro governo do sr. Moysés Lupion (1946-1950), da companhia imobiliária "Clevelandia Industrial e Territorial Ltda" (CITLA). Essa, apresentando-se como sucessora de antigo credor da Companhia São Paulo-Rio Grande - José Rupp, herdeiro do espólio da BRAVIACO- entrou em juízo defendendo o direito de propriedade pertinente às referidas Glebas Missões e parte da Chopim, contra as pretensões da União, do Estado e agora também da firma "Pinhos & Terras Ltda"<sup>20</sup>.

Em 1952, o Governo Bento Munhoz da Rocha Neto (PTB), através da Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951<sup>21</sup>, criou os municípios que formam a região Sudoeste do Paraná, ocupando toda a Gleba Missões. A lei de criação dos municípios dava-lhes também patrimônio territorial.

*"O município Capanema, por exemplo, foi criado sem habitantes, mas com um patrimônio de 1.000 alqueires. Transcorridas as primeiras eleições, com a posse dos prefeitos e vereadores, as respectivas Câmaras Municipais criavam uma lei autorizando a Prefeitura a vender lotes a quem provasse ter cultura efetiva e morada habitual. Assim, os Prefeitos expediam um ato próprio chamado "Carta de Data" que é a origem da propriedade e passível de registro em Cartório de Registro de Imóveis. Somente por ocasião da revenda é que se fazia necessário lavrar escritura pública".<sup>22</sup>*

Tendo em vista ser justamente na Gleba Missões que a União instalara a CANGO, observa-se uma situação bastante irregular, traduzida por um caos administrativo, onde União e Es-

<sup>20</sup> LAZIER, Hermógenes. Francisco Beltrão; 25 anos. Francisco Beltrão, Ed. Folha do Sudoeste, 1978. p.10. Edição Histórica Comemorativa.

<sup>21</sup> Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 208, de 16 de novembro de 1951. p.1.

<sup>22</sup> ANIBELLI, Antonio. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 18 de nov./1983.

tado do Paraná não chegavam a uma definição sobre suas respectivas jurisdições, muito menos respeitavam a situação **sub-judice** das terras sudoestinas.

O depoimento a seguir é bastante elucidativo quanto à forma como ocorreu a ocupação legal das terras no sudoeste paranaense:

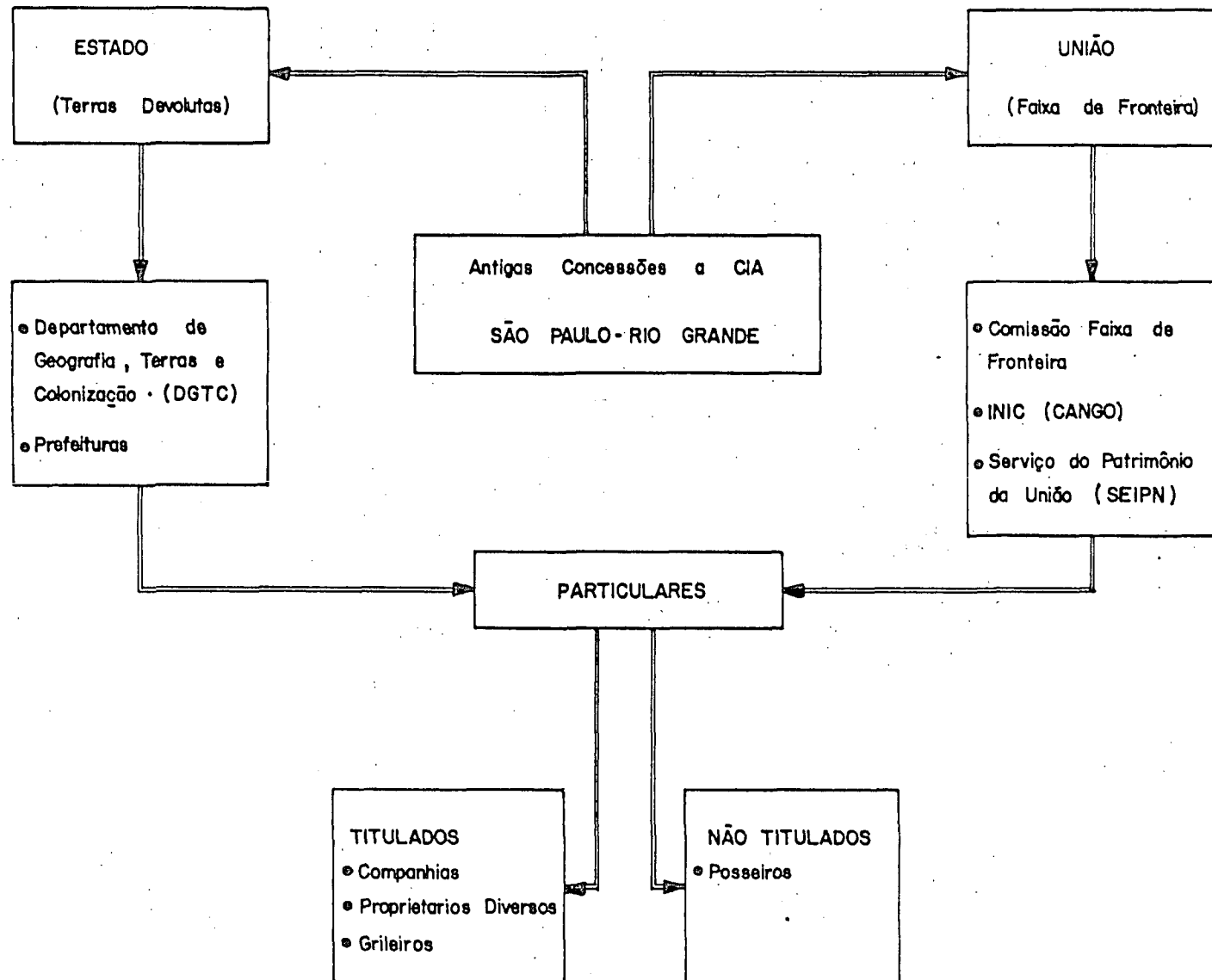
*Havia no Paraná, os célebres vários andares em que a superposição da titulação era fenômeno corrente normal. Abaixo desses andares existia o posseiro, o ocupante da terra que não sabia com qual dos proprietários de diversos andares devia tratar, pois que todos se julgavam donos, todos exibiam documentos. Só ele não possuía documento algum. Toda a população do oeste e do Sudoeste do Paraná estava judiciariamente sujeita a despejo, baseada naqueles títulos anárquicos, confusos e superpostos, expedidos pelo Estado e pela União, através de simples protocolo, mediante os quais o serviço de Patrimônio da União, sem nenhum critério, doava ou reconhecia também a estranhos à área, propriedades verdadeiros latifúndios, com mais de dois mil hectares, nas terras mais férteis do País<sup>23</sup>.*

Há ainda como agravante o fato de que o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), em muitos casos, titulava duas ou mais vezes o mesmo lote, visando beneficiar a todos os interessados ou beneficiar apenas um, com incontáveis prejuízos para os demais. Não só posseiros foram atingidos, como alguns proprietários que já possuíam títulos de propriedade<sup>24</sup>.

<sup>23</sup>Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar "in loco" as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em qualquer outro ponto do território nacional. Câmara dos Deputados, Projeto de Resolução n.103, de 1965, p.5.

<sup>24</sup>Tribuna do Paraná, Ctba, 2 de outubro de 1957; O Estado do Paraná, Ctba, 5 de outubro de 1957.

FIGURA I - DISPUTA JUDICIAL



A luta pela terra, contudo, atinge seu ponto nevrálgico com o aparecimento, no início de 1957, das subsidiárias da CTLA, a Companhia Comercial e Agrícola Paranã Ltda e a Imobiliária Apucarana, ambas explorando também a venda de lotes nas Glebas Missões e Chopim.

Resumindo essa situação conflituosa, pode-se dizer que a ocupação legal das terras sudoestinas manifestava-se através das seguintes disputas:

- **Judicial** (União, Estado do Paranã e CITLA);
- **Direta** (titulados e posseiros).

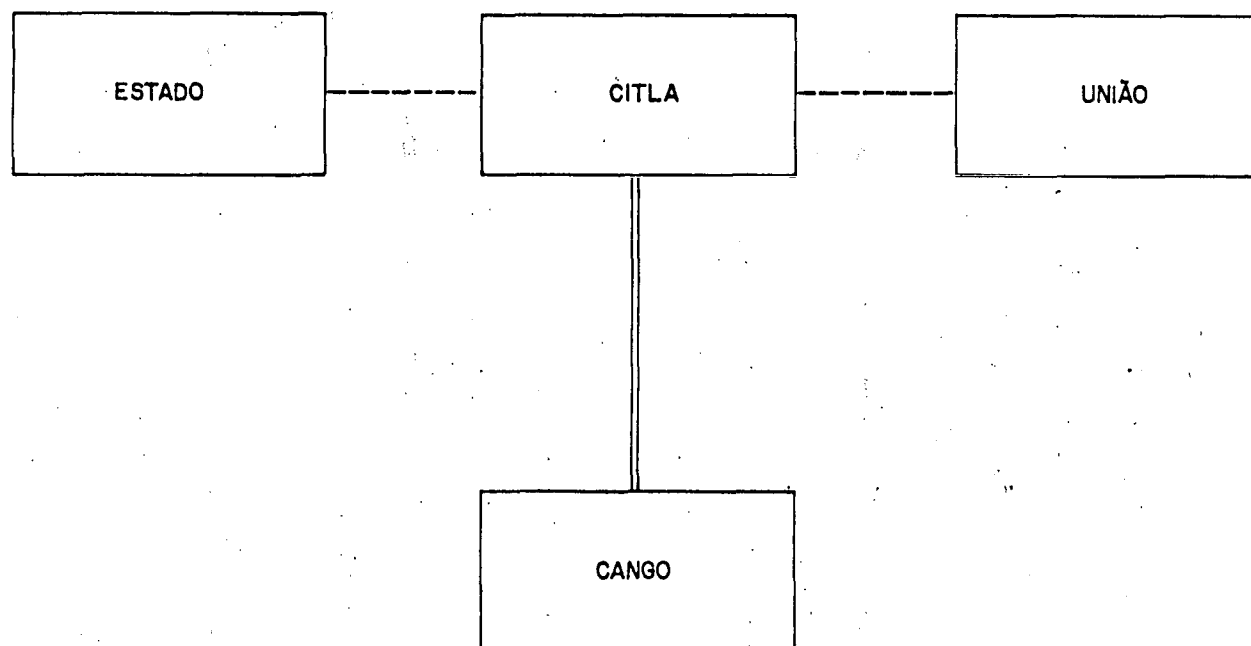
Não se entenda com isso que se tratasse de disputas excludentes, muito pelo contrário, uma alimentava a outra. Os particulares lançavam a União contra o Estado e esse contra a União, em proveito próprio. Tudo dependia da origem da titulação que por sua vez tinha muito a ver com o quadro político-partidário e a conseqüente correlação de forças dentro das respectivas conjunturas políticas.

Criou-se uma matriz esquemática (Figura I) na tentativa de resumir e esclarecer a disputa judicial e o jogo de interesses presente na ocupação das terras. Assim, através desse quadro, toma-se conhecimento dos órgãos que titulavam ou prometiam titulação das terras<sup>25</sup>, bem como dos agentes históricos envolvidos: colonizadores, proprietários, grileiros e posseiros.

Os titulados eram representados pelas companhias imobiliárias, pelos proprietários das terras - não vindo ao caso a extensão da propriedade, mas a propriedade da mesma - e os grileiros. Estes eram indivíduos ou empresas que procuravam

<sup>25</sup> Convém lembrar que as Prefeituras só participaram ativamente na administração de Bento Munhoz da Rocha.

FIGURA II - DISPUTA JUDICIAL



apossar-se das terras mediante títulos falsos. Dado as dúvidas legais que pairavam sobre os títulos de propriedade das companhias imobiliárias que operavam na área, elas eram classificadas como grileiras de terras.

Os não titulados, os posseiros, tinham a sua especificidade no fato de usufruírem da terra sem terem a propriedade da mesma, sendo alvo visado das ações de grilagem. O posseiro, com efeito, podia ser vítima tanto das ações de grilagem das companhias e/ou grileiros como da expulsão por parte dos proprietários titulados, em geral.

Para desdobramento, criou-se novo quadro (Figura II), visando dar conta dos conflitos de interesses e rivalidades existentes entre os planos de colonização de CANGO e da CITLA -por desdobramento Cia. Comercial e Agrícola Ltda e Imobiliária Apucarana Ltda.

O modelo de colonização da CANGO foi uma tentativa paternalista do Estado em absorver a mão-de-obra liberada nas zonas de colonização antiga, aliviando tensões sociais. Dava ao colono infra-estrutura e assistência e exigia-lhe em troca a produção de mercadorias, através do emprego da força-de-trabalho familiar. No entanto, a CANGO não podia garantir ao colono a condição permanente de sua produção e reprodução enquanto camponês, ou seja, a propriedade da terra, dado o caráter litigioso da mesma.

No modelo de colonização das companhias a terra torna-se mercadoria e tem preço estipulado. Trata-se, portanto, de um empreendimento capitalista privado, cujo objetivo primeiro é o lucro.

Na região povoada pela CANGO havia dois tipos de posseiros: os cadastrados e os não cadastrados, os aventureiros. Es-

tes escolhiam um pedaço de terra, instalavam-se e começavam a produzir. Quando mudavam vendiam o direito de posse, numa operação ao largo dos Registros de Imóveis, visto que ninguém possuía título de propriedade. Aqueles, localizados pela CANGO, permaneciam na expectativa de tornarem-se proprietários. Não eram portanto intrusos e segundo às condições iniciais (ver pág. 68) nada tinham que pagar pelos lotes doados pelo Governo Federal. Muito menos pagar à suposta proprietária - a CITLA.

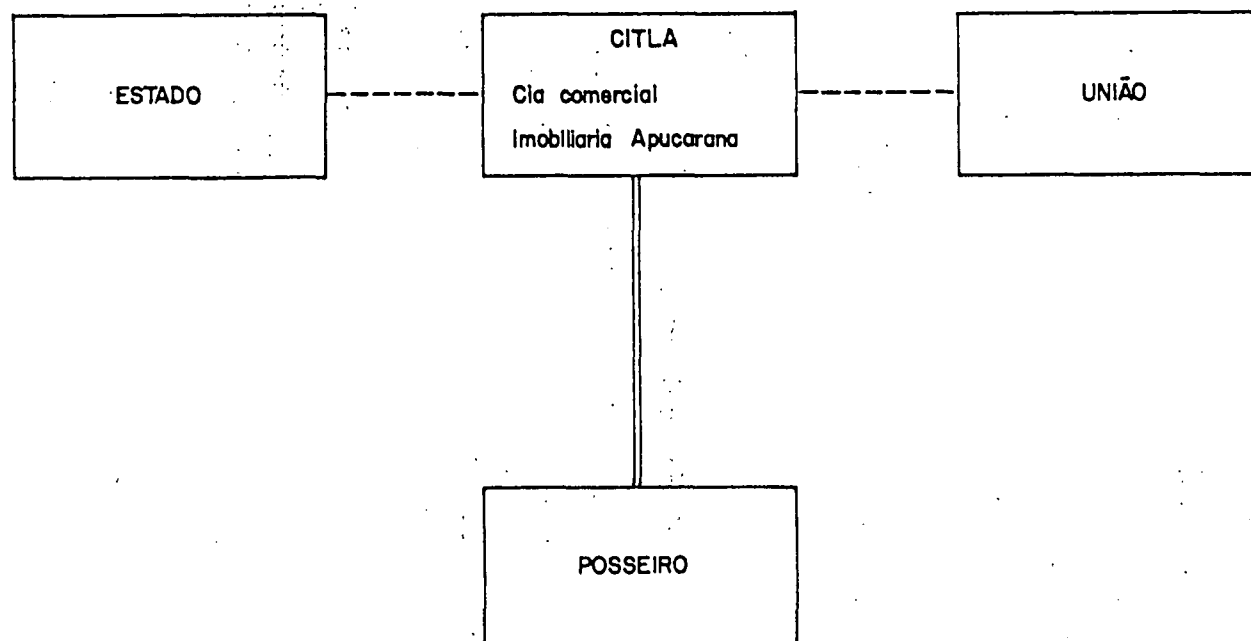
Esta, dizendo-se proprietária das terras, tumultuou o trabalho da CANGO, a ponto de em determinado momento conseguir sua paralização, valendo-se dos direitos resultantes da posse de Escritura Pública das terras litigiosas (ver pág. 59). Em nome desses supostos direitos, a CITLA barganhou uma "composição amigável" com a CANGO, na pessoa de seu administrador Clodomiro de Albuquerque. O que revelou-se uma nulidade jurídica, uma vez que por força de normas administrativas só a Diretoria Executiva do INIC poderia firmá-la.

*A chamada 'composição amigável' foi feita em bases tais que a CITLA permitiu quase como esmola que o Instituto ficasse apenas com 30.000 alqueires de toda a imensa área.<sup>26</sup>*

Nada abalava a intenção da CITLA em vender as terras situadas na Gleba Missões e dentro da área da CANGO. Assim, os funcionários desse órgão federal passaram a desenvolver um trabalho sistemático de advertência aos colonos quanto à realidade da situação das terras que lhes eram oferecidas à ven-

<sup>26</sup> Depoimento do sr. Fernando Ramos de Alencar, Presidente do INIC, em cuja administração foi declarada a nulidade do acordo. O Estado de São Paulo, SP, 15 de outubro de 1957.

FIGURA III - DISPUTA DIRETA





da pela CITLA. Esse trabalho de conscientização dos colonos terá um papel decisivo no processo de consolidação dos interesses de classe camponês.

Com relação à disputa direta entre companhias imobiliárias e os posseiros (Figura III), pode-se dizer que ela configurará um cotidiano de violência na região, dando os contornos definitivos à luta pela terra travada na região. A explicitação dessa disputa será dada no IV Capítulo.

Antes, porém, é preciso deter-se na análise dos aspectos legais da investidura da CITLA na posse das terras de Missões e parte de Chopim pela importância que irá assumir no processo da luta pela terra no Sudoeste do Paraná.

### 1.1. SURGIMENTO DA CITLA

A CITLA foi organizada e constituída em 1947, no município de Clevelândia, por elementos vindos do Rio Grande do Sul, com a aquisição inicial do imóvel "São Francisco de Sales", situado nas proximidades da sede do aludido município e, então, pertencente ao espólio do Dr. Francisco Gutierrez Beltrão<sup>27</sup>.

A denominação inicial da CITLA era Empresa Industrial, Territorial e Agrícola e dizia ter contrato social registrado sob nº 1738. Entretanto, uma certidão de averiguação solicitada pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) à Secretaria da Junta Comercial do Paraná, de 20 de janeiro de 1950, revela que tal empresa não

<sup>27</sup>VELLOSO, Gaspar. Anais do Senado. Rio de Janeiro, Diretoria de Publicações, outubro/1957.

estava ainda registrada na Junta Comercial<sup>28</sup>. Isto, contudo, não a impediu de, mesmo antes de ter contrato social registrado e obter a escritura de doação em pagamento, anunciar ser proprietária dos pinhais do imóvel Missões, oferecendo a interessados quotas de seu capital, através de anúncios em jornais gauchos<sup>29</sup>.

A certidão da Junta Comercial diz ser a CITLA uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, formada por 146 cotistas, todos agricultores vindos do sul<sup>30</sup>. No entanto, num exame da relação dos componentes dessa sociedade, o senador Othon Mader verificou que ela abrigava nomes de projeção política e administrativa, entre os quais alguns deputados, afirmando que

*num capital de cinquenta milhões de cruzeiros, encontramos Cr\$ 38.683.000,00 de (28) vinte e oito quotistas apenas, que detêm em suas mãos, 77% do capital da sociedade. Trata-se, Sr. Presidente, de pessoas que moram em Curitiba, Rio de Janeiro e Porto Alegre, que não se dedicam à agricultura e apenas se servem das terras para especulações, vendendo-as caras àqueles pobre colonos que as adquirem com o suor do rosto, pelos preços exorbitantes exigidos por aquelas companhias. Os outros 118 quotistas, Sr. Presidente, detêm apenas Cr\$ 11.317.000,00, ou seja, 23% do capital<sup>31</sup>.*

O desequilíbrio de forças ficava ainda maior, quando se

<sup>28</sup> As Terras da Superintendência das Empresas Incorporadas no Paraná; Os imóveis "Missoes" e "Chopim", 2º folheto, Rio de Janeiro, 1953, p.56.

<sup>29</sup> Jornal O Dia, Porto Alegre, 27 de dezembro de 1949; Diário de Notícias, Porto Alegre, 1 de janeiro de 1950.

<sup>30</sup> Certidão da Junta Comercial do Paraná, nº25.694, de 2 de julho de 1953.

<sup>31</sup> MADER, Othon. Diário do Congresso Nacional, seção II. nº 156, de 3 de outubro de 1957. p. 2.519.

constatava que de acordo com o estatuto da CITLA os seus dois gerentes, Mário José Fontana e João Menegassi, tinham autoridade plena para adoção de qualquer medida em nome da companhia.

Em meados de 1950 a CITLA comprou a cessão de crédito que desde 1920 o Sr. José Rupp vinha tentando receber na Justiça da Cia. São Paulo-Rio Grande. José Rupp fora sub-contratado por essa companhia para fazer serviços de preparo da madeira para a construção de dormentes e pontes<sup>32</sup>. Com a incorporação o devedor passou a ser o Poder Público que ficara com os encargos do ativo e passivo da Cia. São Paulo-Rio Grande.

Após uma série de tentativas frustradas, o credor José Rupp, em 1947, obteve no Judiciário a penhora de alguns glebas integrantes do acervo da Companhia São Paulo-Rio Grande, inclusive a de Missões e Chopim. Evidentemente o Executivo, através da SEIPN, embargou essa penhora por tratar-se de um crédito que não atingia cinco milhões de cruzeiros, valor irrisório diante do valor real das terras, avaliadas na época em aproximadamente 200 milhões de cruzeiros, perfazendo uma área de 480.000 hectares ou 198.347 alqueires, praticamente todo o Sudoeste do Paraná<sup>33</sup>.

Tenta José Rupp novo acordo, onde propõe-se a aceitar como pagamento somente a Gleba Missões. Novamente a SEIPN negou-se a concordar com a proposta do credor por achá-la superior em valor ao crédito em questão.

<sup>32</sup> PECOITS, Walter. Paraná-1957; a luta pela terra. Entrevista concedida a Roberto Gomes Revista Atenção, Curitiba, 3:32, 1978.

<sup>33</sup> As terras da Superintendência... p.15.

Aí, então, José Rupp vendeu seu crédito à CITLA. Mudado o credor veio o milagre:

*Aquilo que era indevido passou a ser legítimo. Aquilo que era indeferido passou a ser deferido(...). Apenas quatro meses depois a mesma superintendência acertou com o acordo, agora já com a CITLA e não com José Rupp, titulando não só a Gleba Missões, mas, também, parte da Gleba Chopim<sup>34</sup>.*

O dispositivo legal em que se baseava a CITLA para defender essa apropriação era uma escritura pública de dação em pagamento que lhe foi outorgada pela SEIPN, em 17 de novembro de 1950 e lavrada no Cartório do 6º Ofício de Notas do Rio de Janeiro<sup>35</sup>.

Esta escritura, na realidade, forjara-se de legal, uma vez que foi passada com a autorização do Ministério da Fazenda e da Procuradoria da União. No devido tempo, foi registrada no Registro de Imóveis das comarcas competentes do Estado do Paraná, alcançando assim os efeitos de domínio e posse.

Imediatamente, no entanto, houveram protestos legais tanto na esfera federal como na estadual. Vozes de políticos oposicionistas da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido do Trabalhista Brasileiro (PTB) ergueram-se para denunciar aquilo que alguns consideravam "a maior bandalheira da República".

Da Tribuna da Câmara, o udenista Carlos Lacerda denunciava as razões que permitiram à CITLA concretizar este acordo com a SEIPN:

<sup>34</sup> LAZIER, p.10.

<sup>35</sup> Livro nº 491, fl.14, sob o nº 6.930. As terras da Superintendência... p.3.

*O Superintendente, Antonio Vieira de Melo, lavrou a escritura de entrega dessa imensa área (...) no cartório de seu próprio sogro, Francisco Rocha (...) consta da certidão de relação de acionistas da Companhia o cidadão Geraldo Rocha Sobrinho, assistente do então Superintendente e filho do então tabelião do 6º Ofício de Notas, Francisco Rocha*<sup>36</sup>.

Foi, portanto, desse acordo que resultou a referida escritura pública. Escriturou-se por dez milhões de cruzeiros terras avaliadas pela própria Comissão de Avaliação da SEIPN em duzentos milhões de cruzeiros. Tudo isso em troca de uma indenização estimada pelos próprios interessados em oito milhões de cruzeiros e fixada em quatro milhões e setecentos mil cruzeiros por sentença judicial em processo pendente de julgamento<sup>37</sup>.

Em seguida, em melhor estudo da matéria, a própria Superintendência mandou minutar escritura de ratificação, sendo esta rejeitada pela CITLA. A escritura foi então enviada ao Tribunal de Contas da União. Esse órgão denegou o registro sob a alegação de que o Senado da República não fora ouvido sobre a dação em pagamento de causa<sup>38</sup>.

A decisão do Tribunal de Contas, restringia-se ao aspecto legal das transações, isto é, ao exame das formalidades legais que lhes são necessárias e indispensáveis<sup>39</sup>.

A Constituição estabelece que um contrato cujo registro foi negado pelo Tribunal de Contas pode ter validade depois

<sup>36</sup> LACERDA, Carlos. Anais da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Biblioteca do Senado, outubro de 1957, p.113.

<sup>37</sup> Ibid., p.116.

<sup>38</sup> Ofício do Superintendente Antônio Vieira de Melo ao Tribunal de Contas da União. As terras da Superintendência... pp.1-2.

<sup>39</sup> Decreto-Lei nº426, de 12 de maio de 1938. Diário Oficial da União, nº 114, de 20 de maio de 1938. p.9.633.

de pronunciamento do Congresso Nacional. No entanto, as decisões do Senado e da Câmara são inoperantes na esfera do Direito, não valendo por si só para efeito de cancelamento do registro. Têm, contudo, efeito moral, valendo como subsídio para a propositura de ação de cancelamento de registro. Só mediante sentença do Judiciário é que se pode cancelar um registro que em nosso Direito é cercado das maiores garantias.

Com base nessa decisão do Tribunal de Contas surgiram várias ações da União Federal, visando a anulação da escritura de dação em pagamento, que, diga-se de passagem, fora realizada por um órgão da própria administração federal e para liquidar uma dívida com origem numa decisão judicial.

Em 20 de janeiro de 1953 o Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa à União, anulando a escritura de dação em pagamento e a sua transcrição no Registro de Imóveis de Clevelândia e Palmas. Dessa decisão apelou a CITLA para o Tribunal Federal de Recursos<sup>40</sup>.

Nessas ações defendia a União a tese segundo a qual o decreto de incorporação dos bens da Companhia São Paulo-Rio Grande teria tido o condão de incorporar os imóveis ao Patrimônio da União. Assim sendo, nula seria aquela escritura pública de dação em pagamento, uma vez que infringiu dispositivos constitucionais e legais, tais como:

- a) art. 156, § 2º da Constituição de 1946 que determina a autorização prévia do Senado para alienação de terras públicas com área superior a 10.000 hectares;
- b) art. 180 da Constituição de 1946 que exige consenti-

<sup>40</sup> V Acórdão do Tribunal Federal de Recursos, na Apelação nº 3.303, de 20 de janeiro de 1953. As terras da Superintendência... p.53.

mento do Conselho de Segurança Nacional para a concessão de terras na faixa de fronteira;

- c) art. 1º do Decreto-Lei nº9.549, de 6 de agosto de 1946, que exige concorrência pública e preços jamais inferiores ao da avaliação para a alienação dos bens incorporados ao Patrimônio Nacional;<sup>41</sup>
- d) art. 7º do Decreto-Lei nº2.436, de 22 de julho de 1940, que autoriza o Ministro da Fazenda e não o Superintendente, a negociar o passivo, reconhecidamente legal, das empresas que foram incorporadas ao Patrimônio Nacional;<sup>42</sup>
- e) arts. 298 e 299 do Código Penal, que prescreve crime de falsidade documental.

A minuta da escritura de dação em pagamento fora alterada pela CITLA ao alegar, na sua proposta de acordo com a SEIPN, haver parecer do Consultor-Geral da República favorável à sua pretensão.<sup>43</sup>

Na referida escritura a certa altura se lê:

*...tendo em vista que as bases do presente acordo foram submetidas ao Excelentíssimo Senhor Doutor Procurador Geral da República para se manifestar sobre o mesmo e este nada objetou quanto à sua realização, conforme se vê do ofício número 504, de 6 do corrente mês e ano, daquela autoridade.*<sup>44</sup>

<sup>41</sup>Diário Oficial da União, nº180, de 8 de agosto de 1946, p.11.454.

<sup>42</sup>\_\_\_\_\_. nº 165, de 23 de julho de 1940. p.14.203.

<sup>43</sup>MELLO, Cunha. Anais do Senado. Rio de Janeiro, Diretoria de Publicações, janeiro/1956. p.378.

<sup>44</sup>As terras da Superintendência... p.6.

No entanto, o Procurador Plínio de Freitas Travassos nada objetou pela simples razão de que não julgou o acordo, o que pode ser claramente observado no Ofício nº504:

*...Em referência ao Ofício de V.Exia. (Superintendente Vieira de Melo) de 23 de outubro próximo findo, em que submete à minha apreciação as bases do acordo proposto a essa Superintendência pela CLEVELÂNDIA INDUSTRIAL E TERRITORIAL LTDA (CITLA)(...), cabe-me restituir-lhe os papéis que acompanharam aquele ofício, pois só a um equívoco se explica a sua remessa a esta Procuradoria Geral e não à Consultoria Geral da República...* <sup>45</sup>

Outra adulteração contida nesta escritura, dizia respeito a inclusão, para efeito do Registro de Imóveis, da faixa de fronteira com a Argentina.

*Juntou-se, como parte integrante da escritura, uma planta daquela área, planta na qual a faixa da fronteira encolheu de 150 para 6 quilômetros. E assim, a CITLA se apropriou também de uma grande parte, da maior parte da fronteira* <sup>46</sup>.

Assim, a referida escritura pública abrangeu uma área de 198.347 alqueires, incluindo, como se viu, a faixa de fronteira com a Argentina; a Colônia Agrícola General Osório e a posse de cerca de 3.000 famílias por ela acolhida; diversas propriedades particulares, inclusive as terras vendidas pela Superintendência à companhia Pinhos & Terras Ltda; e as sedes distritais e os municípios de Francisco Beltrão, Santo Antonio, Capanema e grande parte de Pato Branco e Barracão.

<sup>45</sup> Ofício nº504, de 6 de novembro de 1950. Ibid., pp.37-8.

<sup>46</sup> LACERDA, p.117.



Deve-se ressaltar, contudo, que segundo a legislação de fronteiras,

*Art. 3º Nenhuma concessão de terras compreende-  
rá, nesta faixa superfície superior a dois mil  
hectares (2.000 ha), salvo nos casos em que, a  
juízo da Comissão Especial, sejam necessárias á-  
reas maiores, especialmente em se tratando de  
indústrias extrativas ou de pecuária.*<sup>47</sup>

Permitiu-se a uma só companhia a posse da maior parte de quatro municípios, contrariando fundamentalmente a legislação em vigor.

O surgimento da CITLA explorando a venda das terras de Missões e parte de Chopim, não se constituiu de imediato em grande problema na região. Isto porque, o Governo Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), reconhecendo a ilegalidade das intenções dessa companhia e acreditando que se devesse aguardar a solução judicial do litígio, baixou a Portaria nº419, de 2 de junho de 1952, que resolve:

*Suspender até ulterior deliberação o recebimen-  
to dos impostos de Transmissão e Propriedade  
"inter-vivos" e "causas-mortis", sobre as ter-  
ras denominadas "Missões" e "Chopim".*<sup>48</sup>

Outra providência tomada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto diz respeito a solicitação ao Governo Federal da instituição de um Juízo Arbitral para solucionar questões de terras entre o Estado do Paraná e a SEIPN. A assinatura do

<sup>47</sup>Decreto-Lei nº1.968, de 17 de janeiro de 1940. Diário Oficial da União, nº16, de 19 de janeiro de 1940.

<sup>48</sup>MADER, Othon. Diário do Congresso Nacional, seção II, nº157, de 4 de outubro de 1957. p.2539.

térmo de ajuste preliminar, em 4 de fevereiro de 1953, previu a constituição de uma Comissão Mista, composta de representantes devidamente credenciados do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná (DGTC), da SEIPN e da CANGO, com a finalidade de suspender toda e qualquer transação envolvendo as terras litigiosas e de proceder levantamento das áreas intrusadas<sup>49</sup>.

Com o advento do segundo Governo Lupion (1956-1960) titulou-se o restante das áreas suscetíveis de colonização no Estado. Foi, então, essa titulação de novas colônias que gerou grandes negociatas e escândalos, haja visto,

*muitas delas terem sido feitas com base na fotografia aérea, sem ninguém ir ao terreno e dando títulos de 500 hectares, que era o máximo permitido pela Constituição Estadual, indiscriminadamente, a pessoas estranhas à área, toda titulação importando na ordem de vinte mil títulos expedidos em cinco anos<sup>50</sup>.*

Considerando-se que em seu segundo Governo Lupion concentra seu interesse e de seu grupo econômico nas ricas e férteis terras do Sudoeste do Paraná, pode-se avaliar a intensidade da luta pela terra que irá desenvolver-se na região.

Logo que o Sr. Moisés Lupion assumiu o Governo, a Secretaria da Fazenda do Paraná baixou a Portaria nº 492, de 4 de abril de 1956, revogando a Portaria anterior que suspendia o recolhimento de *sisas* sobre as terras de Missões e Chopim<sup>51</sup>.

Essa medida, ao restabelecer o aparato legal às transa-


<sup>49</sup> Diário Oficial do Estado, de 12 de março de 1953.

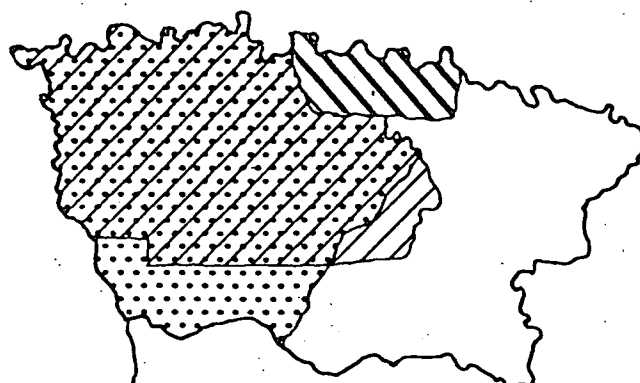
<sup>50</sup> Relatório da CPI destinada a verificar "in loco"... p.8.


<sup>51</sup> SILVA, Mario Gomes da. Diário do Congresso Nacional, seção I, de 28 de setembro de 1957. p. 7.770.


MAPA IV- LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL "GENERAL OSÓRIO"  
(CANGO)



 ÁREA DA CANGO



 ÁREA DA CANGO

 GLEBA MISSÕES

 GLEBA CHOPIM

ções da CITLA, contribuiu para o estabelecimento de um clima de tensão na região que culminará naquilo que a *United Press International* chamou de *revolução agrária brasileira*.

Se era de domínio público que as escrituras e os atos em que a CITLA baseava seus direitos de propriedade eram ilegais, extrai-se daí suas questões:

- a) o que assegurava impunidade para as suas ações contra os camponeses?
- b) que poder era esse que fazia com que as decisões do Tribunal de Contas, do Senado e da Câmara não fossem respeitadas?

A busca de respostas a essas questões requer uma explicitação dos mecanismos de dominação / subordinação que permeavam as relações sociais no Sudoeste do Paraná.

Para finalizar é importante reter que a ocupação legal das terras no Sudoeste do Paraná encontrou barreiras sólidas no caos administrativo resultante tanto do conflito de interesses entre a União e o Estado do Paraná, como da morosidade e inércia do aparelho judiciário. Esse caos administrativo facilitou o surgimento e desenvolvimento de um espaço de violência e exploração na região.

## 2. A OCUPAÇÃO EFETIVA DA TERRA

Nada foi mais marcante na consolidação da ocupação e povoamento da região Sudoeste do Paraná que a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). Criada em 1943, na Gleba Missões, numa área de aproximadamente 300.000 hectares (v. mapa IV) instalou-se provisoriamente em Pato Branco, em 1944. Com a abertura de estradas tirou a região do isolamento físico e

econômico que a caracterizava. Pôde, então, transferir-se em 1948 para Marrecas (Francisco Beltrão)<sup>52</sup>.

Em se tratando da análise do projeto de colonização desenvolvido pela CANGO na região, convém lembrar que o mesmo viveu dois momentos distintos, resultantes das jurisdições pelas quais passou o órgão. Conforme o decreto de criação, a CANGO estava sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e assim permaneceu por dez anos. Foi então transformada em Núcleo da Fundação Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), com o nome de Núcleo Colonial General Osório. A mudança não alterou apenas o nome, mas também a orientação do projeto de colonização que passou a ter finalidade lucrativa. Acabaram-se os benefícios. Nada mais era dado, havendo, inclusive a extinção da farmácia e a venda do estoque de ferramentas.

Interessa a essa pesquisa o primeiro momento, aquele no qual o órgão denominava-se CANGO, pelos incontáveis benefícios que trouxe para a região. Esses foram fundamentais na consolidação do processo de ocupação das terras sudoestinas. Foram abertas estradas, construídas escolas, lotes demarcados e colonos localizados. Sem contar que a CANGO desenvolveu o comércio regional.

A CANGO atraiu e absorveu o fluxo migratório sulino pelo desenvolvimento de um projeto colonizador baseado na pequena propriedade e na expansão da agricultura camponesa -sem ônus para o camponês.

O colono ao chegar era submetido a inspeção médica e provando capacidade física para o trabalho era registrado e

<sup>52</sup>PECOITS, p.33.

cadastrado. Daí, então, o colono, sem qualquer ônus, passava a desfrutar dos seguintes benefícios: 20 alqueires com titulação prometida, moradia, sementes, inclusão na folha de pagamento durante o primeiro ano, empréstimo de ferramentas e maquinária, transporte da produção e assistência dentária, médico-hospitalar e farmacêutica<sup>53</sup>.

Diante de tantos benefícios, não é de se estranhar que a intensidade do fluxo migratório para a região tenha ultrapassado as condições de controle por parte do órgão.

## 2.1 ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Embora não se tenha por objetivo um estudo exaustivo das variáveis demográficas e econômicas do movimento de ocupação das terras sudoestinas, é imprescindível que se teça algumas considerações a respeito. O crescimento demográfico pode indicar a evolução sócio-cultural e as conseqüências em todos os níveis, notadamente no econômico e no político, com o acirramento da luta pela terra na região.

Na década de 50 a taxa média anual de crescimento populacional no Brasil foi da ordem de 3,12%; no Paraná, de 7,23%; e no Sudoeste, de 12,4%<sup>54</sup>. Sem dúvida, um montante bastante expressivo, principalmente levando-se em consideração que até a década de 40 a ocupação do Sudoeste continuava esparsa.

<sup>53</sup>PECOITS, p.33; MARTINS, Rubens da Silva. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 12 julho/1983.

<sup>54</sup>CODEPAR. Desenvolvimento Econômico das Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1965. p.17.

QUADRO I  
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO  
PARANÁ

| Município<br>Distritos*     | 1950      | 1960      |
|-----------------------------|-----------|-----------|
|                             | Total     | Total     |
| 1 - Ampére                  | -         | 10.694    |
| 2 - Barracão                | -         | 13.797    |
| 3 - Capanema                | -         | 13.203    |
| 4 - Chopinzinho             | 14.171*   | 21.797    |
| 5 - Coronel Vivida          | -         | 14.471    |
| 6 - Dois Vizinhos           | -         | 11.408*   |
| 7 - Enéas Marques           | -         | -         |
| 8 - Francisco Beltrão       | -         | 55.496    |
| 9 - Itapejara d'Oeste       | -         | -         |
| 10 - Mariópolis             | -         | 8.531*    |
| 11 - Marmeleiro             | -         | -         |
| 12 - Pato Branco            | 48.065*   | 31.652    |
| 13 - Pérola d'Oeste         | -         | 8.899*    |
| 14 - Planalto               | -         | -         |
| 15 - Realeza                | -         | -         |
| 16 - Renascença             | -         | -         |
| 17 - Salgado Filho          | -         | 1.157*    |
| 18 - Salto do Lontra        | -         | -         |
| 19 - S. Isabel D'Oeste      | -         | -         |
| 20 - S. Antonio do Sudoeste | -         | 15.569    |
| 21 - S. João                | -         | -         |
| 22 - S. Jorge d'Oeste       | -         | -         |
| 23 - Verê                   | -         | 8.611*    |
| 24 - Vitorino               | -         | 2.910     |
| 25 - Clevelândia            | 5.912     | 12.184    |
| 26 - Mangueirinha           | 8.225     | -         |
| TOTAL DA REGIÃO             | 76.373    | 230.379   |
| TOTAL DO ESTADO             | 2.115.547 | 4.277.763 |

FONTES: IBGE, Censos Demográficos

*"Não havia mercado, nem transporte, não havia ,  
pois, razão de maior interesse ou de procura  
da terra, muito menos pela disputa do seu domí-  
nio pleno."*<sup>5 5</sup>

A criação em 1918 da Colônia Bom Retiro (atual Pato Branco), com a finalidade de localizar colonos nacionais oriundos da região do Contestado, não havia apresentado bons resultados devido ao isolamento físico da região e ausência de mercado.

Conforme demonstra a Quadro I , até 1950 só existiam na região os municípios de Mangueirinha e Clevelândia<sup>5 6</sup> e os distritos de Pato Branco e Chopinzinho. No início dessa década , como se viu, o Governo Bento Munhoz da Rocha Neto (PTB), desmembra o município de Clevelândia em vinte e três outros municípios e três distritos.

O elemento humano que ocupou esse quase vazio demográfico foi maciçamente o migrante teuto e ítalo-gaúcho, vindo diretamente para o Paranã, ou com o estágio de uma geração no oeste catarinense. Esse fluxo migratório determinou na região, na década de 50, uma verdadeira explosão demográfica.

<sup>5 5</sup>WESTPHALEN et alii, p.30.

<sup>5 6</sup>Mais tarde com a reorganização administrativa do Estado, os municípios de Clevelândia e Mangueirinha foram excluídos da região sudoeste, tanto pelas características fisiográficas, como pela estrutura produtiva baseada na pecuária.



QUADRO II  
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E DA REGIÃO  
SUDOESTE

|      | Estado    | Cresc. % | Região  | Cresc. % | Região/Est. % |
|------|-----------|----------|---------|----------|---------------|
| 1940 | 1.236.276 | -        | -       | -        | -             |
| 1950 | 2.115.547 | 71,12    | 76.376  | -        | 3,6           |
| 1960 | 4.277.763 | 102,20   | 230.379 | 201.64   | 5,38          |

FONTE: as mesmas do Quadro I

Segundo os dados apresentados acima, enquanto a população paranaense atingia, no período 50-60, o elevado índice de crescimento de 102,20%, a região ultrapassava a barreira dos 200%. Todavia, a participação relativa da população da região no total do Estado não ia além dos 5,38%. A esse respeito é preciso lembrar que embora o índice de crescimento observado na região, em termos percentuais, tenha sido elevado, devido ao vazio em que se encontrava a região antes dos anos 50, em termos absolutos esse montante populacional ainda era de pouca expressividade dentro do Estado.

Referindo-se ao fluxo migratório gaúcho, Pedro Calil Padis afirma:

*Ao emigrar, essa população, marcada por traços culturais e econômicos de quase um século, estava condicionada por vários fatores a realizar uma ocupação e um povoamento com características bastante peculiares e quase específicas. Por esse motivo, acabaram, em grande parte, reproduzindo nessas áreas o mesmo modelo de ocupação ítalo-germânica registrado no Rio Grande do Sul.*

*As regiões do oeste catarinense e do sudoeste paranaense apresentam aspectos ecológicos bas-*

*tante semelhantes aos das regiões norte e noroeste do Estado gaúcho. Ora, como os fatores geográficos geralmente condicionam o tipo de economia agrária, é fácil perceber porque os migrantes acabaram desenvolvendo as mesmas atividades às quais estavam habituados*<sup>57</sup>.

Em primeiro lugar, entende-se essas observações como essencialmente empiristas. Isto porque os determinantes essenciais do fenômeno migratório têm suas raízes não na consciência dos migrantes mas na estrutura de produção historicamente determinada. Além do que, como lembra Paul Singer, a migração interna é um processo social, ou se quiser de classe, cuja unidade atuante não é o indivíduo mas o grupo<sup>58</sup>.

Em segundo lugar, entende-se que a eclosão desse movimento migratório só foi possível porque historicamente havia uma conjuntura econômico-social gerando fatores de expulsão e de atração. Não se deve pensar, contudo, esses fatores como polos autônomos. O processo migratório é uma relação onde procedência e destino desempenham uma função específica e recíproca, não só na determinação da natureza do fluxo como nas consequências econômico-sociais que podem ocorrer nas áreas de migração<sup>59</sup>. Tanto os fatores de expulsão como os de atração estão inseridos numa mesma lógica estrutural, ou seja, na reprodução de relações sociais capitalistas.

<sup>57</sup> PADIS. p.168.

<sup>58</sup> SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de, coord. Migração interna; textos selecionados. Fortaleza, BND, 1980. p. 237.

<sup>59</sup> GONZALES, Elbio Neris & BASTOS, Maria Inês. Migração interna e o trabalho volante na agricultura brasileira. Ibid., p. 990.



01 - Família de migrantes gaúchos dedicando-se  
para o regime Sudeste do Paraná. Também  
além dos utensílios domésticos, alguns  
reais para o consumo de leite e carne da  
fazenda dos currais. Levam de 3 a 4  
meses nesta empreitada, à mercê dos  
rigores climáticos.  
Argemiro Oswald Jansen.



02 - Os migrantes com mais posse deslocaram-se em carinhões, dando carona a alguns companheiros de emigração.  
Argemir Oswald Jensen.

Não se pode esquecer, portanto, que esse grupo migratório foi expulso das áreas de colonização antiga devido a fatores de ordem estrutural, manifestos concretamente em alterações na estrutura da propriedade da terra. Mais especificamente falando, os fatores de expulsão no Rio Grande do Sul relacionavam-se à valorização acelerada da terra, expressa tanto no parcelamento ou minifundização da propriedade, via herança, como no agigantamento da mesma, em função da pecuária<sup>60</sup>.

Por outro lado, para que uma região desenvolva um processo de absorção de fluxos migratórios é fundamental que ela articule duas possibilidades: a primeira diz respeito às possibilidades de reprodução de capital, no tocante a produção de mercadorias; a segunda, às oportunidades econômicas concretas que possa oferecer ao grupo de **migrantes latentes**<sup>61</sup>. Entende-se estas oportunidades econômicas como possibilidades efetivas de inserção do grupo nas relações sociais de produção do local de destino.

O trabalho de Rubem Murilo Leão Rêgo, especificamente sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná, fornece elementos para se afirmar que a região articulava essas duas possibilidades, pois dispunha com abundância de terras férteis, livres ou não tituladas regularmente, onde toda uma política governamental de incentivo à colonização e expansão de fronteira agrícola, leia-se CANGO, viabilizava a produção de mercadorias mesmo que contraditoriamente se reproduzisse uma economia

<sup>60</sup> Análise detalhada sobre o assunto pode ser encontrada em RÊGO, Rubem Murilo Leão. Terra de violência; estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Tese mimeo. SP, USP, 1979. pp. 42-50; PADIS, pp.152-60.

<sup>61</sup> No sentido de grupo social em franco processo de exploração e expropriação pelo capital.



camponesa<sup>62</sup>.

A importância desse estudo centra-se em seu caráter revisionista e pioneiro de perceber que desde o primeiro momento o camponês migrante do Sudoeste do Paraná foi um produtor de mercadorias.

A economia camponesa implantada na região, sem dúvida, reproduzia as mesmas características das áreas coloniais rio-grandenses - ocupação parcelária da terra, absorção de mão-de-obra familiar, suprimento do consumo interno de alimentos da unidade produtiva e comercialização do excedente-, não por razões de condicionamento cultural e geográfico, mas pela amplitude do movimento de reorganização capitalista da produção sob a forma de expansão da produção mercantil.

Deve-se destacar, inclusive, que a

*especialização ou diversificação, auto-consumo ou comercialização, tecnologia utilizada, alocação da força de trabalho são, entre outros, aspectos que escapam à decisão autônoma do chefe da unidade familiar, na medida em que são determinados pelos mecanismos do mercado capitalista.*<sup>63</sup>

Tendo em vista esses pressupostos, pode-se afirmar que a ocupação do território do Sudoeste do Paraná ocorreu numa conjuntura nítida de intervenção do Estado no sentido de expansão da fronteira agrícola e ocupação da Faixa de fronteira com os excedentes populacionais oriundos das zonas de colonização antiga. Esta ocupação teve explicitada sua significação

<sup>62</sup> RÊGO, p.39.

<sup>63</sup> WANDERLEY, M<sup>a</sup>. Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Trab. mimeo. Campinas, UNICAMP, 1979. p.70.

econômica ao inserir-se no setor de mercado interno da economia brasileira, abastecendo com gêneros alimentícios os centros urbanos e com matérias-primas as indústrias.

## 2.2 ESTRUTURA PRODUTIVA

A expansão do capital comercial não acarreta necessariamente a transformação das relações sociais de produção existentes, podendo perfeitamente coexistir com formas e relações sociais de produção não capitalistas, embora estimulando a produção de mercadorias<sup>64</sup>.

Analisar a estrutura produtiva regional é também questionar a forma como essa produção camponesa realiza-se como mercadoria, isto é, de que forma o capital comercial exerce numa economia camponesa a sua função específica no modo de produção capitalista: a circulação de mercadorias.

Na região constata-se duas economias em interação, porém com interesse diametralmente opostos: a exploração florestal -acelerada e predatória- e a exploração agrícola -vagarosa, porém segura<sup>65</sup>.

Em 1950, como se viu, a terra no Sudoeste era praticamente inabitada, tendo valor apenas os pinheiros. Assim sendo, o desenvolvimento agrícola da região teria sido, por um momento, obscurecido pela atividade pioneira da região: a extração da madeira.

<sup>64</sup> MARX, Karl. O Capital. RJ, Civilização Brasileira, 1981 Livro III, vol.5. P. 385.

<sup>65</sup> FOWERAKER, J.W. The frontier in the South-West of Paraná, from 1940. B.Phil. Thesis. Oxford, 1971. p.11.

O fluxo migratório, a partir do final dos anos 40, alterou profundamente o valor relativo da terra e dos pinheiros, pois ao desenvolver uma colonização agrícola, trouxe consigo alguns investimentos públicos de infra-estrutura que possibilitaram o desenvolvimento da mercantilização da terra.

Tanto o posseiro como o pequeno proprietário desenvolveu na região a policultura alimentar -com predominância do trigo, feijão, milho, arroz, mandioca e fumo- e a suinocultura. Em ambas, a tecnologia usada era bastante rudimentar. Na agricultura empregava-se a técnica secular da **coivara** que consiste na queimada para limpeza do terreno. Na suinocultura prendia-se os porcos e na época da engorda soltavam-nos no milharal<sup>66</sup>.

A especificidade desse processo resulta de uma estrutura de produção baseada na produção parcelária, ou seja, em pequenos produtores atomizados e dispersos numa precaríssima rede viária. Com efeito, era bastante comum os porcos serem tocados a pé e os produtos agrícolas serem levados em carroças ou em lombo de animais desde a propriedade até os pontos de comercialização da produção.

É nesse momento que concretamente o capital comercial manifesta-se na figura do **intermediário**, dominando indiretamente a produção camponesa e fazendo *"com que as articulações que prendem o pequeno produtor à produção de mercadorias se configurem, na verdade, nos processos que conduzem à sua expropriação e exploração."*<sup>67</sup>

Enquanto o excedente agrícola quase que totalmente supria o consumo regional, os porcos e a madeira seguiam em ca-

<sup>66</sup> FIORAVANTE, Carolina. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 18 de outubro de 1981.

<sup>67</sup> RÊGO, p.82.



minhões para centros maiores, como Curitiba e São Paulo. Na volta esses caminhões traziam bens de consumo industrializados. Configurava-se, assim, um sistema de trocas que contradiz as afirmações a respeito do isolamento físico e econômico da região já nos anos 50<sup>68</sup>.

O escoamento do excedente da produção ocorreu, sem dúvida, com grandes dificuldades, mas de forma suficiente a gerar um montante de renda capaz de contribuir significativamente para o aparecimento e desenvolvimento de inúmeros núcleos urbanos prestadores de serviços básicos à população e viabilizadores da circulação do capital comercial.

O aparecimento dessas cidades regionais estabeleceu para o colono o desenvolvimento de relações de dependência econômica e política.

O desenvolvimento de padrões urbanos provocou transformações profundas nas estruturas sociais do Sudoeste do Paraná, bem como, problemas sociais e econômicos particulares. A dinâmica desses novos núcleos urbanos baseava-se primordialmente em formas regionais de organização econômica, religiosa e política. Ao desenvolver o comércio esses núcleos, por um lado, acarretaram uma monetarização da economia agrícola e, por outro lado, desenvolveram o padrão de consumo dos camponeses, ao concentrar a produção regional e distribuir a produção artesanal ou industrial.

Sob o aspecto político, o aparecimento desses municípios era de vital importância, haja visto a criação de zonas

<sup>68</sup>PADIS, por exemplo, afirma que até a década de 60 a região Sudoeste "desenvolveu-se a margem das grandes transformações que ocorreram na economia nacional desde o fim da Segunda Guerra, sem se integrar no sistema econômico nacional, ou mesmo no subsistema paranaense". p.170.

eleitorais -com o consequente desenvolvimento do *clientelismo* político- e o aumento da arrecadação tributária.

A importância da indústria extrativa da madeira no contexto regional, por sua vez, pode ser avaliada sob dois aspectos, a saber, na consolidação da ocupação do território e na agudização da luta pela terra.

Com relação ao primeiro, pode-se dizer que praticamente todas as cidades da região surgiram em torno ou em função de serrarias que eram a grande fonte geradora de renda regional.

A indústria extrativa teria sido responsável nos anos 50 por cerca de 80% dos empregos da região, sendo praticamente a única fonte de assalariamento. Essa indústria teria se expandido através da década, particularmente após 1957, alcançando seu ápice entre os anos de 1958-62<sup>69</sup>.

Convém lembrar que a exploração florestal, sendo uma atividade concentradora de capital -absorve integralmente os fatores de produção terra, trabalho e maquinaria- estava vinculada a agentes urbanos, melhor dizendo a grupos econômicos que visavam acima de tudo o lucro. Daí, a exploração florestal ser uma atividade concentradora de renda.

Essa atividade, tendo um caráter eminentemente extensivo, passou a ambicionar as reservas de pinheiros das terras dos pequenos proprietários e posseiros.

*Se dá nessa fase o confronto entre os contingentes populacionais oriundos do sul do País, que procuram terras para a continuidade de suas atividades produtivas, e os representantes de oligarquias latifundiárias estaduais que tinham não só interesse econômico da posse da terra, mas também utilizá-la para a explora-*

<sup>69</sup> FOWERAKER, p.21.

*ção das reservas florestais ali existentes. Nos parece cabível afirmar que a exploração dessas reservas florestais representava a expansão de atividades econômicas desse setor, já geograficamente instalados em regiões paranaenses mais próximas da Capital.*<sup>70</sup>

O que se está querendo demonstrar é que o valor da terra estava bem mais em função de seu patrimônio florestal que de sua produtividade na agricultura. Neste sentido, a exploração agrícola, sendo uma atividade residual, ficava entregue ao colono que, por sua vez, deveria arcar com todos os riscos. Cientes disso, os colonos insistiam em conservar parte do pinhal para assegurar valor de mercado à propriedade.

Por outro lado, o contrato de compra e venda que as companhias imobiliárias queriam impor aos colonos não incluía a madeira da terra, em outras palavras, o contrato das companhias assegurava o monopólio de classe sobre a exploração florestal.

Em função disso, uma quantidade enorme de serrarias foram instaladas e passaram a trabalhar dia e noite. Obviamente essa pressa toda relacionava-se ao caráter litigioso das terras e, conseqüentemente, à eventualidade de uma decisão judicial contrária às pretensões das companhias. Nesta derrubada desordenada da madeira apenas 20% dela foi aproveitada, sendo que muita árvore apodreceu no lugar em que tombou.<sup>71</sup> Sem contar que a crítica maior que se pode fazer à CANGO fiz respeito ao fato de não ter buscado de início a orientação de agrônomos, permitindo que os colonos praticassem a queimada.

<sup>70</sup> INDA/GETSOP/AMSOP. Pré diagnóstico sócio econômico do Sudoeste do Paraná. Curitiba, 1969. p.53.

<sup>71</sup> FOWERAKER, p.17. O levante de 57 no Sudoeste do Paraná. Revista Panorama, (252):13, Curitiba, dez./1977.

Um patrimônio florestal incalculável foi dizimado, sem trazer benefícios econômicos para nenhuma das partes interessadas, muito menos para a região. Faltou à CANGO infra-estrutura que lhe permitisse explorar essa riqueza natural da terra. As serrarias que mantinha destinavam-se apenas ao consumo interno do núcleo colonial.

O resultado disto tudo foi a destruição em poucos anos de uma das maiores reservas de araucárias do mundo.

A partir da análise dessas duas economias em interação -exploração agrícola e exploração florestal- pode-se detectar duas classes antagônicas na estrutura social do Sudoeste do Paraná:

- Colono (pequeno proprietário e o posseiro);
- Latifundiário (grande proprietário e/ou madeireiro que transforma-se em colonizador).

Não se trata de classes no sentido clássico de antagonismos dentro do processo produtivo; muito menos de agrupamentos definidos segundo a extensão da propriedade -o que representaria apenas estratos sócio-econômicos-, mas de duas categorias que existem em relação uma da outra, representando forças econômicas e sociais antagônicas específicas dentro de uma estrutura social historicamente dada.

A propriedade da terra aparece para o camponês como determinante de sua autonomia, uma vez que possibilita-lhe controlar o processo produtivo, em oposição à sujeição a um padrão -leia-se proletarização. Já para a grande propriedade (companhias imobiliárias) a terra era um meio de negócio, determinante de reserva de valor, para gerar lucro. É a partir desse antagonismo que camponeses e companhias ligam-se por relações de dependência e exploração.

As companhias de terras ao apropriarem-se da renda absoluta da terra (preço da terra) estavam comprometendo o projeto de autonomia do camponês, principalmente porque valiam-se da violência expropriadora contra os mesmos.

O contrato que as companhias imobiliárias queriam impor aos camponeses, além de exigir uma renda-dinheiro que não existia de imediato, preservava o monopólio de classe sobre a exploração florestal. Neste sentido o camponês era duplamente espoliado: pela transformação da terra em mercadoria e pelo monopólio de classe sobre as reservas florestais.

Interessava ao capital no Sudoeste do Paraná que o possessor e o pequeno proprietário, enquanto classes dominadas, produzissem alimentos para o abastecimento do mercado interno e o grande proprietário, conforme visto numa conotação bem regional, explorasse as reservas florestais. O que importa para configurar um monopólio de classe, neste caso, não é apenas a propriedade da terra mas o capital monetário disponível para o pagamento da infra-estrutura e mão-de-obra necessárias à exploração florestal.

Havia assim um pacto desigual na sociedade sudoestina que configurava uma divisão social do trabalho regional, pois se de um lado plantar era atividade específica para colono ligado à terra, de outro, a exploração econômica das reservas florestais vinculava-se a agentes urbanos.

Em síntese, nada era mais interessante sob o ponto de vista do capital que o camponês migrante assumisse os riscos da atividade agrícola, garantindo a sua reprodução e a de sua família e deixando intocável o monopólio da exploração florestal. Tanto isso é verdade que essa elite latifundiária retém o pleno desenvolvimento das relações de produção capitalistas na

agricultura sudoestina até se dar o esgotamento da exploração florestal como atividade concentradora de renda. Só então deixa de ser incipiente o repasse para a agricultura do capital acumulado com a madeira.

Para se entender o processo de luta pela terra que marcou a ocupação do Sudoeste do Paraná é fundamental reter que se trata de uma frente de expansão cuja especificidade -disponibilidade de terras livres, porém litigiosas, com fertilidade natural e valiosa reserva florestal- vem gerar uma pressão demográfica sobre a terra, agravada pela transformação da terra em mercadoria, pelo monopólio de classe sobre a exploração florestal e, conseqüentemente, pela criação de um espaço de violência e exploração.

Em suma, a frente de expansão do Sudoeste do Paraná, antes de cumprir os objetivos oficiais de fixar o homem à terra e formar um campesinato próspero, configurou na verdade um processo que conduzia os camponeses à exploração e expropriação.

### CAPÍTULO III

#### PODER E DOMINAÇÃO

## PODER E DOMINAÇÃO

Na conjuntura histórico-política vigente no período governado por Juscelino Kubitschek (1956-1960) não é possível pensar os mecanismos de poder e dominação sem entender um conjunto de fatores, dentre eles a importância da articulação PSD-PTB no centro decisório do jogo político nacional.

Para tanto, uma postura teórica se faz necessário adotar a pressuposição da existência de vínculo entre os grupos partidários e suas ideologias, e a estrutura de classes da sociedade<sup>1</sup>. Em outras palavras, o que se quer ressaltar é o caráter de classe dos partidos políticos brasileiros. Todas as legendas que apareceram e desapareceram representaram cisões na classe dominante, servindo de instrumento para que as respectivas facções lutassem pelo poder local e se posicionassem na disputa do poder a nível nacional.

Ao criar em 1945 o PSD e o PTB, Vargas jogou

*"com a direita e com a esquerda e emerge como autêntico líder bonapartista, conforme a conceitualização de Marx, ou seja, aparece como árbitro em meio à crise do poder, com seu governo aparentemente flutuando acima dos interesses das classes sociais, mas favorecendo(...) o desenvolvimento capitalista no país."*<sup>2</sup>

<sup>1</sup>PICALUGA, Izabel Fontenelle. Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara. Petrópolis, Vozes, 1980. pp.15-6.

<sup>2</sup>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Origens e evolução do PTB. Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro, (4): 104, out.1978.



Não obstante a força das urnas, o PSD só pôde ser um partido dirigente e dominante na medida em que conseguiu criar um sistema de aliança com o PTB, enfraquecendo com isso a oposição, representada pela União Democrática Nacional (UDN).

A aliança PSD-PTB reproduzia a articulação mais poderosa que venceu a grande maioria dos pleitos no período democrático-liberal de 1945-1964. Através dessa aliança garantia-se a continuidade do mando político e assegurava-se sua legitimação tanto no Executivo como no Legislativo<sup>3</sup>.

Com a aliança, o PTB — sustentado pelas forças mais progressistas da sociedade, formadas pela esquerda nacionalista de origem pequeno-burguesa (intelectuais e membros da burocracia) e pela classe proletária, não esquecendo os comunistas após a morte de Vargas — passou a exercer a função de grupo auxiliar, servindo de base social para a hegemonia da classe fundamental, no caso, as elites agrárias e urbanas que davam sustentação política ao PSD.

O PSD, por seu lado, caracterizou-se pelo vínculo orgânico que manteve com as classes dominantes, sendo expressão destas. Fica difícil excluir o fato de que qualquer partido não cumpra uma função de tutela de uma certa ordem política legal.

A estabilidade política do governo de Juscelino Kubitschek, contudo, não se devia unicamente ao acordo PSD-PTB, mas também a aliança com o Poder Militar. A presença militar no núcleo decisório do poder político servia tanto para reforçar e dar significado à autonomia relativa do Estado, como aumentava a autonomia e eficácia do aparelho de Estado.

<sup>3</sup>MARANHÃO, Ricardo. O governo Juscelino Kubitschek. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp.18-9. (tudo é história)

A aliança PSD-PTB, por seu caráter policlassista, não implicava na ausência de conflito. A supremacia econômica, intelectual e política do PSD criava uma desigualdade real nas relações com o PTB. Esse, reagia provocando uma disputa pela preservação do sistema hegemônico.

A partir do conflito chegou-se ao consenso.

Assim, no Executivo as áreas de comando de ambos os partidos ficaram bem definidas. O PTB, com João Goulart na Vice-presidência, garantiu-se do direito de controlar os Ministérios do Trabalho e da Agricultura e seus respectivos órgãos e autarquias. Dada a importância econômico-social dessas duas pastas, o PTB tinha um crescimento contínuo, legitimando-se *"como porta-voz das classes trabalhadoras, uma necessidade do jogo populista."*<sup>4</sup>

No Paraná -Estado essencialmente agrícola, dependente potencial das deliberações do Ministério da Agricultura- PSD e PTB jamais chegaram ao consenso, muito pelo contrário, sempre estiveram disputando a hegemonia política do Estado.

O controle ideológico sobre o PSD, enquanto partido dirigente e dominante, exercido pelos partidos de oposição no Paraná (PTB e UDN) tinha como consequência enfraquecer o papel do Estado e, assim, da coerção, fortalecendo a sociedade civil.

A busca da especificidade desse conflito é fundamental na compreensão do processo da luta pela terra no Sudoeste do Paraná.

Durante muito tempo o poder político na região foi di-

<sup>4</sup>Ibid., p.21.

vidido entre dois grupos aparentemente antagônicos, mas que na realidade não o eram, haja visto os reais interesses em jogo nessa disputa. Por um lado o PTB, liderado pelo deputado Antonio Anibelli e, por outro o PSD, sob o comando do deputado Cândido Machado de Oliveira Neto. A paixão política envolvia a todos. Eram verdadeiras batalhas verbais e até físicas, com incidentes graves entre os correligionários de ambos os lados. Mas na realidade tratava-se de uma mesma família, os Martins, dividindo o mando político regional. Os dois deputados eram concunhados e eram tutelados pelo sogro Manoel Martins, um autêntico "coronel do sertão", que ganhara respeito no desbravamento da região de Clevelândia.

A tal ponto essa "rivalidade" se manifestava a nível das relações sociais que

*"um médico ligado ao PSD, não era procurado por pacientes ligados ao PTB. Em todas as cidades havia um confronto que dividia a população; se havia um médico do PSD, surgia imediatamente um outro do PTB para dividir a clientela. E assim era com os advogados e demais profissionais liberais."*<sup>5</sup>

O PTB tinha grande influência política e peso eleitoral no Paraná. Isto pode ser avaliado pela constatação de que nas eleições presidenciais de 1955 a composição PSD-PTB (Juscelino Kubitschek-João Goulart) apresentou no Paraná um saldo de votos favoráveis ao PTB<sup>6</sup>.

O comando político regional na esfera federal, em conse-

<sup>5</sup>CINI, Flávio. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 14 out./1983.

<sup>6</sup>João Goulart, disputando a Vice-Presidência, obteve 181.666 votos e Juscelino, disputando a Presidência, obteve 108.031 votos. Resumo das eleições de 3 de outubro de 1955 fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

quência do acordo PDS-PTB, pertencia a esse último que cuidava da distribuição dos cargos federais ligados aos dois Ministérios que controlava. Os demais cargos públicos estavam em mãos do PSD, salvo no período 51-55, quando o governo Estadual esteve em mãos do PTB.

Mas tarde começa a surgir a União Democrática Nacional (UDN) que até então não existia na região. Esta, entrou liberando-se dessas duas correntes partidárias, embora também fizesse, juntamente com o PTB, oposição ao Governo Lúcio.

Correu o sertão esses versos:

## Os Concunhados

1.º

Antonio Anibelli e Candinho  
Se dizem donos da Região  
Conhecem o Sudoeste paranaense  
Na época da eleição

2.º

Eles vem fazer suas promessas  
E com o povo conversar  
O que a eles interessa  
É a boa mamata conservar

3.º

A vaquinha é muito boa  
Da 70 mil litros por mes  
Virando estes litros em cruzeiros  
Eles tiram tudo d'uma só vez

4.º

De quatro em quatro anos  
A vaquinha tem que se alimentar  
Eles aqui aparecem tristonhos  
Pedir ao povo todo neles votar

5.º

Aqui fazem que brigam  
Mas não brigam nunca não  
Isso é só pra enganar  
Os partidários da região

6.º

Pois que lá em Curitiba  
Se dão como dois bons irmãos  
Fazem sempre as suas farrinhas  
Com garrafas de champanhe nas mãos

7.º

Um é sócio da CITLA  
Outro é seu concunhado  
Assim trabalha a dupla  
Pra enganar o eleitorado

8.º

Fazem do cargo de deputado  
A sua lucrativa profissão  
Se enchem de dinheiro  
E as promessas não cumprem não

9.º

Já fazem oito anos  
Que os dois são deputados  
Nunca fizeram nada  
Pro nosso povo necessitado

10.º

E os nossos colonos  
Assim vão sofrendo  
Se querem vacinar os leitões  
Vacinas.. só de contrabando

11.º

Esta dobradinha danada  
Preciza ficar sabendo  
Que o povo sofredor  
Não quer mais ficar gemendo

12.º

Por isso basta de Anibelli  
De Candinho também  
Esta dobradinha do pecado  
Pra nós não mais convem

13.º

Por isso vamos mudar  
Melhorar a nossa situação  
Votando nos candidatos  
Verdadeiros amigos da Região

A facção udenista do bloco de oposição passou a constituir séria ameaça eleitoral ao PTB.

Em contrapartida, o PTB reage publicando uma série de manifestos contra a UDN. A seguir tem-se um desses manifestos petebistas:

Leia, estude e julgue sem paixão política.

## As terras e a politica

As terras de nosso rico município são disputadas por dois importantes grupos econômicos: grupo Lupion (CITLA) e o grupo Dalcanale Ruaro e Companhia. Para atingirem suas finalidades os exploradores da terra que DEUS nos deu, precisam de amparo político dos partidos influentes. A prova disso é que a CITLA é dona do P.S.D. e a firma Dalcanale Ruaro é dona da U.D.N., indicando eles os candidatos a deputado estadual que melhor prometem defender os interesses de suas firmas, opondo-se aos interesses de milhares de posseiros. Para que o povo melhor compreenda do que é que se trata, vamos narrar o seguinte fato: o primeiro Diretório da U.D.N. em Marrecas foi formado pelo Deputado Roguski, que em seu discurso atacou uma companhia de terras e falou a favor de outra; e no outro dia, já em Curitiba, foi no escritório do Alberto Dalcanale dar satisfação do que fez em Marrecas, o que podemos provar, porque temos como testemunhas os senhores Ricieri Cellá<sup>8</sup> e Antonio de Paiva Cantelmo, que são homens valorosos, honestos e respeitáveis. E para isso, eles os inimigos do povo, estão criando confusão, com muitas promessas, mentiras e intrigas, para arrastar os nossos eleitores para um ou outro candidato à eles favorável. ENFIM NADA VAO DAR. Em vista disso o Diretório Municipal do PTB cumpre a obrigação de prevenir nesse bom povo contra os golpes aplicados por políticos da rua, consumidores de gasolina, compradores de votos, que nada fizeram pelo nosso município. Para o bem da verdade AFIRMAMOS que os chefes do PTB nada têm com companhias de terras, tratam somente de dar a atenção e o amparo que o povo necessita de acordo com as possibilidades, e consoante com o artigo 20 do Programa dos Estatutos do Partido Trabalhista Brasileiro, que diz:

«Extinção dos latifúndios (companhias de terras) que não produzem, assegurando-se possibilidade da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la e concedendo auxílios aos que nela se queiram fixar.»

Muito cuidado com o teu voto, eleitor amigo. Saiba que o voto é uma arma de dois gumes; tanto pode beneficiar como prejudicar. Lembre-se disso antes de dar teu voto. Ainda voltaremos para explicar a verdade se for preciso.

O Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro da Cidade de Francisco Beltrão.

Antonio Anibelli nosso candidato que vocês já conhecem é o único candidato que fez alguma coisa por nosso município; não é candidato que vem por encomenda de Curitiba.

<sup>8</sup> Arquivo Rubens da Silva Martins.

Como se pode observar, permeando a disputa partidária estão grandes interesses econômicos e políticos, manifestos concretamente na região na luta pela terra.

Os que estavam de um lado, procuravam se manter porque tinham escrituras "registradas", tinham somas enormes empregadas. Os que estavam de outro, queriam a anulação a qualquer preço, porque assim atenderiam as reivindicações dos colonos e aumentariam suas chances eleitorais nas eleições legislativas seguintes (1958). Sem contar os interesses econômicos concretos em jogo, como é o caso da Cia. Pinhos & Terras - do Grupo Dalcanalle, ligado a UDN - que disputava com a CITLA uma fatia considerável das terras.

O agravamento do conflito entre companhias imobiliárias e colonos fez com que os udenistas deixassem de lado, por um momento, o ódio histórico ao PTB e se aliassem a esse contra o Governador Lupion. Era a oportunidade perfeita para a UDN por em prática dois de seus princípios básicos: a cruzada contra a corrupção e golpismo (intervenção e *impeachment*).

Na Assembléia Legislativa do Paraná a bancada petebista, notadamente o deputado Antonio Anibelli, inicia uma cruzada de denúncias sobre os acontecimentos do Sudoeste do Paraná. O mesmo ocorre na Câmara dos Deputados, sob a liderança do deputado Newton Carneiro (PTB) e Carlos Lacerda (UDN), e no Senado federal, um velho adversário de Lupion, o udenista Othon Mader lidera o ataque.

Com os políticos examinando a situação do Sudoeste do Paraná nas tribunas - a maioria preocupava-se mais em isentar de culpa o Governador, de um lado, e as empresas imobiliárias, de outro -, essa passou a fazer parte da ordem do dia, tanto na Assembléia Legislativa do Estado como no Congresso Nacio-

nal. Assim os acontecimentos que se desenrolavam na região se transportaram para as colunas dos jornais e revistas que davam guarida ampla aos debates políticos processados em torno dos fatos.

Houve uma corrida de políticos pessedistas à região, onde estiveram ciceronados por autoridades ligadas ao PSD, portanto não isentas. Retornando à tribuna apregoavam que reinava calma na região Sudoeste a que também chamavam de Oeste. Responsabilizavam a imprensa oposicionista de ter divulgado fatos que não correspondiam à realidade.

A oposição udeno-petebista, por sua vez, atacava violentamente o governador Moysés Lupion, acusando-o de envolvimento com as companhias imobiliárias que operavam no Sudoeste do Paraná. Com relação ao litígio Estado x União x CITLA, defendia veementemente o benefício da União.

Numa conjuntura política em que a autoridade policial e judiciária vinha sendo acusada de parcialidade, em que se acentuava o favorecimento e envolvimento do Estado com as elites latifundiárias, e a economia do Estado ia à bancarrota, gerando uma crise de poder que a cada dia engrossava as dissidências governistas, nada mais oportuno à oposição que clamar tanto pela desapropriação por interesse público das terras em litígio, como pela intervenção federal ou ainda pelo **impeachment** do Governador. O **impeachment**, além de exigir a comprovação criminal e jurídica da culpabilidade do Governador Moysés Lupion, exigia aprovação por dois terços do Legislativo. A intervenção federal, por sua vez, apresentava-se como uma medida saneadora que serviria para desacreditar o Governador, possivelmente obrigando-o a renunciar. E, por fim, a desapropriação, mediante depósito simbólico da União e inde-

pendente do andamento da disputa judicial, teria o efeito imediato de paralizar a ação das companhias imobiliárias.

Os pessedistas defendiam-se atacando a oposição e denunciando a existência de planos tendentes tanto a intranquilizar e desacreditar o Paraná no plano federal como a restaurar o antigo e extinto Território Federal do Iguaçu.

O objetivo desse tipo de argumentação, sem dúvida, era desviar a pessoa do Governador do centro dos debates e acusações. A esse respeito declarou o próprio Governador Lupion:

*"Agora é evidente que essa campanha não é só contra mim, mas contra o Paraná e sobretudo contra o princípio de autoridade, inclusive da autoridade maior que é o Presidente da República."*<sup>9</sup>

Convém abrir parêntesis para lembrar que embora fossem do mesmo partido político (PSD), as relações pessoais entre Juscelino e Lupion não eram das melhores. A origem do atrito fora os resultados registrados no Paraná das eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955. Nelas o paulista Adhemar de Barros, com seu inespressivo Partido Social Progressista (PSP), obteve no Paraná mais votos que Juscelino<sup>10</sup>. Isto deveu-se ao fato de Lupion ter liberado o Diretório do PSD do compromisso de votar em Juscelino.

*"As urnas estavam sendo apuradas, não se sabia ainda o resultado, ele (Juscelino) telefonou para o Paraná e disse para o Lupion: "eu já estou eleito, depois nós conversaremos." Dava co-*

<sup>9</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 9 de outubro de 1957.

<sup>10</sup> Adhemar de Barros obteve no Paraná 127.758 contra 108.031 votos de Juscelino. Resumo das eleições...



*nhecimento de que ele já sabia do comportamento do PSD no Paraná; pelo menos foi interpretado assim na época."*<sup>11</sup>

Moysês Lupion, contudo, tomava seus cuidados no plano federal. Valendo-se da prerrogativa de ser governador do PSD, defendia-se demonstrando o quanto seria nocivo aos interesses do PSD medidas contra o seu governo. Principalmente levando-se em conta que um outro governador do PSD - Moniz Falcão, do Estado de Alagoas - havia sofrido recentemente intervenção federal em seu Estado. Por tudo isso é que o líder do governo na Câmara Federal, Vieira de Mello, declarou enfaticamente: "*Lupion é governador do PSD, temos de sustentá-lo.*"<sup>12</sup>

Ao mesmo tempo acentuava-se, por parte dos colonos do Sudoeste do Paraná, a expectativa histórico-paternalista da ação do Estado. Acreditando no alheamento natural dos representantes da União aos interesses das companhias de terras, revelavam-se dispostos a pagar a propriedade dos alqueires que cultivavam à União. Mas cada vez mais se perguntavam: onde está a União? Onde está a Justiça?

Com toda a certeza, naquele momento e para aquela emergência dramática, o Executivo deveria estar num escritório eleitoral qualquer do PSD, preocupado em compor o pagamento das dívidas políticas e de solidariedade partidária contraídas durante a campanha presidencial. O Judiciário deveria estar letárgico como sempre, emaranhado em seus liames burocráticos. E, o Legislativo dando fórum para a política da luta de clas-

<sup>11</sup>MARTINS, Rubens da Silva. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi, Curitiba, 12 jul./1983.

<sup>12</sup>D.C.N., seção II, nº173, de 26 de outubro de 1957; Tribuna do Paraná, Ctba, 16 de outubro de 1957.

ses aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder do Estado.

A partir da conscientização da desigualdade de forças, a intervenção do Exército passou a ser solicitada com veemência pelos colonos e pela oposição política.

A importância que o Poder Militar adquire no contexto sudoestino, antes de ser reflexo do acordo político-militar que dava sustentação ao governo Kubitschek, deve-se à expectativa clássica de que o Exército tem a função de intervir diretamente como força repressiva de apoio quando a polícia e os seus corpos auxiliares são ultrapassados pelos acontecimentos.

Se de fato a polícia -no caso, tanto militar como civil- foi ultrapassada pelos acontecimentos, o que possibilitou a ocorrência desse quadro?

A resposta a essa questão, mais as formuladas na pág. 66, requer uma análise mais cuidadosa de dois pontos da maior importância no processo da luta pela terra no Sudoeste do Paraná: o envolvimento e/ou parcialidade do Governador Moysés Lupion nos negócios das companhias imobiliárias e a ação do aparelho repressivo de Estado nos acontecimentos.

# 1. MOYSES LUPION E A CITLA

A participação encoberta ou ostensiva do Governador Moysés Lupion nos negócios da CITLA e, por desdobramento, Comercial e Agrícola Paraná Ltda e Imobiliária Apucarana Ltda, é uma questão de provas e como tal deve ser tratada.

Embora seja necessário personalizar a proteção oficial que as companhias imobiliárias gozavam, é importante lembrar

que para os objetivos dessa análise o que realmente interessa reter, antes de ser as ações do Governador Moysés Lupion, são as condições históricas concretas que permitiram o envolvimento do poder público ao poder privado. Detalhando melhor, interessa reter as ligações do Governo Estadual com o grupo econômico recebedor das terras de Missões e parte de Chopim. Essas ligações são importantes porque entram em conflito direto com os interesses camponeses na região.

Das famosas transações com bens da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) a que o Tribunal de Contas negou registro, três delas, as mais vultosas e irregulares -Arapoti, Missões-Chopim e Morungava- foram feitas com o grupo econômico liderado pelo sr. Moysés Lupion. Tratou-se de transações que resultaram em vultosos prejuízos para a Fazenda Nacional devido aos baixos preços em que foram realizadas<sup>13</sup>.

O nome do Sr. Moysés Lupion não figurava entre os co-tistas da CITLA, provavelmente como dispositivo de segurança política e até jurídica. Mas o que importa não é isso e sim o favorecimento que o Governador tenha dado, na sua qualidade de autoridade investida em cargo público, às três companhias que operavam na região Sudoeste do Paraná<sup>14</sup>.

Como Governador, o Sr. Moysés Lupion, atravessou pelo menos quatro fases de participação nos interesses da CITLA. A primeira, foi o uso de sua influência como Governador de

<sup>13</sup> MELLO, Cunha. Anais do Senado. R.J., Diretoria de Publicações, jan./1952. pp. 371-2.

<sup>14</sup> A Constituição do Paraná proíbe ao governador ser membro da administração de qualquer empresa. Veda-lhe, também, ser proprietário ou sócio de empresa que goze de favores de contratos com pessoa jurídica de direito público, ou nelas exerça qualquer função.

Estado, conseguindo a transferências das terras para a CITLA, no final do seu primeiro mandato (1947-1951).

A segunda, quando em 1951 houve necessidade de burlar o despacho do Procurador Geral da República proibindo o Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia efetivar o registro de escritura, o Sr. Moysés Lupion criou, especialmente para esse fim, um segundo Cartório de Registro de Imóveis naquela Comarca, valendo-se do apoio da maioria pessedista na Assembléia Legislativa<sup>15</sup>. Assim, da noite para o dia, surge o Segundo Cartório de Registro de Imóveis de Clevelândia, que não tendo ainda sido inteirado do despacho que proibia o registro da escritura da CITLA, poderia registrá-la, como de fato registrou.

A terceira, quando assumiu seu segundo mandato (1956 - 1960) o Sr. Moysés Lupion fez, conforme visto, revogar Portaria que suspendia o recolhimento de **sisas** relativas a lotes vendidos pela CITLA nas Glebas Missões e Chopim, dado o caráter **sub-judice** dessas terras(v.pág. 65). Esta revogação contrariou o pensamento expresso das autoridades federais encarregadas de acompanhar o litígio.

E, por fim, quando o Presidente Juscelino Kubitschek - por ocasião da votação do projeto de Decreto Legislativo que aprovava a decisão do Tribunal de Contas negando o registro à transação entre a SEIPN e a CITLA -encaminhou ofício ao Senado<sup>16</sup>, no qual endossava parecer do Conselho de Segurança Nacional, exarado no Governo Café Filho, sobre a gravidade da questão criada para o Patrimônio e para a Segurança Nacional

<sup>15</sup>MADER, Othon. D.C.N., seção II, nº157, de 4 de outubro de 1957. p.2.539.

<sup>16</sup>Ofício nº100. Diário Oficial da União, de 27 de janeiro de 1956.

na faixa de fronteira, o Governador Moysês Lupion, em represália, provocou reação do PSD paranaense, que ameaçou romper com o PSD nacional<sup>17</sup>.

Como homem de negócios, visando obtenção de crédito bancário, o Sr. Moysês Lupion chegou a expedir folhetos onde arrolava os bens do Grupo Lupion, incluindo neles a CITLA. Alegavam os seus partidários que ele vendera a sua parte e portanto não tinha mais nada a ver com a CITLA. Mas as letras da CITLA continuavam a ser descontadas no Banco do Estado do Paraná com o aval do Sr. Moysês Lupion<sup>18</sup>. O que evidenciava os vínculos de dependência financeira que reunia ao Governador os que o sucederam na empresa.

Num dos poucos documentos dados a público no inquérito do Banco do Brasil, no início da campanha anti-Vargas que marcou o final do Estado Novo, aparecia o nome do Sr. Moysês Lupion como avalista de promissórias aceitas pela CITLA. A certa altura se lê:

*Grupo Moysês Lupion constituído pelas empresas M. Lupion e Cia., CITLA, Mineração de Carvão Norte do Paraná, Indústrias Brasileiras de Papel, Serrarias Reunidas Santisi. Muitas dessas empresas são devedoras da agência do Banco do Brasil em Curitiba*<sup>19</sup>.

Outro documento que comprova a ligação do Sr. Moysês Lupion com a CITLA é uma certidão de 1954, na qual o Juiz Vítorio Elcely Franklin, da 1.<sup>a</sup> Vara dos Feitos da Fazenda Pú-

<sup>17</sup> Moysês Lupion era também o Presidente do PSD no Paraná. CARNEIRO, Newton. Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Biblioteca do Senado, 1957. p.121.

<sup>18</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 4 de outubro de 1957.

<sup>19</sup> Inquérito do Banco do Brasil, publicado como suplemento ao nº26 do Diário do Congresso Nacional, de 4 de fevereiro de 1953. p.81.

blica, por ser amigo de Lupion, jura suspeição para atuar em processo onde a CITLA é interessada, porque: *"Como é público, na presente ação um dos interessados é o Sr. Moysés Lupion. Assim na forma do § 1º do artigo 119 do Código de Processo Civil juro suspeição..."*<sup>20</sup>

Quando em 1952 estourou no Congresso o escândalo da transferência das terras da União à CITLA, o Sr. Moysés Lupion, então senador, não deixou de defendê-la em discursos no Senado afirmando que o fazia como um favor a amigos seus, justamente diretores da CITLA, cujos interesses julgava legítimos<sup>21</sup>. Mas, defender a legitimidade dos registros imobiliários da CITLA era para o Sr. Moysés Lupion tarefa árdua que o obrigava, muitas vezes, a distorcer a realidade dos fatos. Prova disso era sua insistência em afirmar que as demandas contra a CITLA teriam surgido basicamente das divergências de projetos de colonização da CANGO e da CITLA. Assim: *"Concomitantemente, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura e atualmente pelo INIC, organizou a Colônia Agrícola "General Osório" com sede naquela região."*<sup>22</sup>

Essa afirmação tem o obscuro propósito histórico de negar que em 1950, quando ocorreu a transação imobiliária em favor da CITLA, a CANGO já existia desde 1943 e lá também existiam milhares de colonos que recebiam assistência do Governo Federal com terras, casas, semente e assistência médica e dentária.

Aliás, o Sr. Moysés Lupion só demonstrou interesse pe-

<sup>20</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 6 de outubro de 1957; MADER, Othon, D.C.N., seção II, nº157, de 4 de outubro de 1957.

<sup>21</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 3 de outubro de 1957.

<sup>22</sup> Carta de Moysés Lupion ao Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1957.

los colonos na época das eleições em que prometeu-lhes terras e estabilidade<sup>23</sup>. Chegando ao poder, seu discurso mudou:

*Mas é certo, por outro lado, que a posse das terras, por enquanto, pode ser do Estado, da União ou das companhias colonizadoras, menos dos camponeses.*<sup>24</sup>

Ou ainda:

*É evidente que aos posseiros, aos homens que estão lá agitando, é que não pertencem as terras, seja qual for a decisão do judiciário.*<sup>25</sup>

O aparecimento no início de 1957 -segundo governo Lupion- da Companhia Comercial e Agrícola Paranã Ltda e da Imobiliária Apucarana Ltda, explorando também a mercantilização das terras de Missões e Chopim, é mais um elemento que vinha confirmar o envolvimento do Sr. Moysés Lupion com a CITLA. Juridicamente essas duas companhias foram desmembradas da CITLA. Tal procedimento teve tripla finalidade: pagar dívidas da campanha eleitoral, afastar a CITLA do centro dos acontecimentos e enganar os colonos que, cientes da ilegalidade da posse da CITLA, não queriam com ela negociar.

O Sr. Moysés Lupion, por ocasião de sua campanha eleitoral ao segundo mandato, ficou devendo quantias enormes a João Simões, Diretor do Banco do Estado do Paranã, e a Jorge Amim Maia, então, Prefeito de Apucarana. Ao primeiro vendeu as terras comercializadas pela Companhia Comercial e ao segundo, as terras da Companhia Apucarana<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> Tribuna do Paranã, Curitiba, 22 de setembro de 1957.

<sup>24</sup> Diário da Noite, Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1957.

<sup>25</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 9 de outubro de 1957.

<sup>26</sup> O Estado do Paranã, Curitiba, 2 de outubro de 1957.

Naturalmente esses senhores tinham conhecimento dos processos legislativo e judiciário em andamento contra a posse da CITLA sobre as glebas Missões e Chopim. Uma decisão desfavorável ao Grupo Lupion era iminente. A solução encontrada para auferir maior lucro no menor tempo possível foi efetuar no Banco do Estado do Paraná o desconto das promissórias referentes à venda de terras efetuadas coercitivamente sobre os colonos da região Sudoeste paranaense.

*Os favorecidos da época com base nesses títulos davam-nos em garantia no Banco do Estado que chegou a ter mais de cinquenta mil hectares de terras em seu poder e hipotecadas à Carteira de Mobilização Bancária do Banco do Brasil.<sup>27</sup>*

Tal situação resultou em vultoso prejuízo ao Banco do Estado do Paraná, provocando, inclusive, a intervenção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) - atual Banco Central - e nomeação de um Interventor.

## 2. A AÇÃO DO APARELHO REPRESSIVO DE ESTADO

Tanto o Judiciário como a Polícia do Estado do Paraná tiveram uma ação bastante oscilante nos acontecimentos do Sudoeste do Paraná. Ora sendo acusados de negligentes, ora de comparsas das companhias imobiliárias. Isto quer dizer que a atividade coatora das companhias não era objeto de investigação, visto que a disputa pelas terras escapava da alçada policial e judicial local. Sendo a União uma das partes interessadas só

<sup>27</sup>Relatório da CPI destinada a verificar "in loco"... p.9.



o Juiz dos Feitos da Fazenda de Curitiba ou o Supremo Tribunal Federal poderiam tomar posição sobre o assunto. Entretanto, vários Juizes de Direito e Promotores julgaram questões em favor das companhias, quando sabiam perfeitamente que não tinham autoridade para tanto, uma vez que as terras encontravam-se **sub-judice**<sup>28</sup>.

Essa atitude parcial que caracterizava também determinadas ações da Polícia, entre outras coisas, era uma forma de preservação dos empregos públicos na região, haja visto o interesse do Governador nos negócios da CITLA. A parcialidade não era suficiente na manutenção dos empregos públicos; era preciso também ser vinculado ao PSD. É um ex-Delegado de Polícia da região que afirma: "*A gente tinha que ser do PSD, senão não ficava com o posto...*"<sup>29</sup>

O próprio Chefe de Polícia<sup>30</sup>, em entrevistas e em relatórios, criticou a interferência dos partidos políticos na designação dos delegados policiais do interior do Paraná:

*"...fator que tem concorrido para a exaltação de ânimos na região, a ligação até aqui existente entre os delegados de polícia da zona e os diretórios partidários. Indicados por esses diretórios, tais autoridades lhes tomam o partido nessa questão, agindo de conformidade com eles."*<sup>31</sup>

<sup>28</sup> MADER, Othon. D.C.N., seção II, nº156, de 3 de outubro de 1957. p.2.518.

<sup>29</sup> FISTAROL, Atílio. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 15 dez./1983.

<sup>30</sup> Cargo que corresponde atualmente ao de Secretário de Segurança Pública. Era ocupado pelo sr. Pinheiro Júnior, homem da confiança de Lupion, sendo seu sócio no principal jornal situacionista do Estado, a Gazeta do Povo.

<sup>31</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 29 de setembro de 1957.

Esqueceu, entretanto, de esclarecer que as prefeituras e delegacias da região estavam na ocasião em mãos do partido do governo, o PSD.

Se cabia a polícia apenas manter a ordem, como função preventiva, e apurar responsabilidades criminais, como função repressiva, não podendo arrogar-se o direito de resolver a questão, era de se esperar, no mínimo, uma eficiência razoável. Mas isso não ocorria.

Cabe ressaltar que se a polícia não podia impedir que as companhias agissem, podia contudo impedir que agissem sob a lei do mais forte. Quando um posseiro é compelido sob qualquer ameaça a abandonar ou adquirir terras de quem não sabe se é proprietário, ou de quem sabe que não o é, o autor das ameaças delinqüente e, além de tentar contra a lei penal, torna o ato civilmente nulo por não manifestar a vontade livre de outra parte, viciada que está em coação.

O que se tornava necessário nessas circunstâncias era a vigilância policial em torno das atividades das companhias imobiliárias que exploravam as terras litigiosas. Mas a cobertura oficiosa que as mesmas gozavam tornava inviável tal procedimento.

Para coibir o regime de violência manifesto teria sido preciso a apuração das responsabilidades de ambos os lados, mobilizando o aparelhamento policial em inquérito rigoroso sobre todos os acontecimentos. As medidas, no entanto, usualmente tomadas eram as investigações que estavam a altura da precariedade dos recursos materiais e humanos das delegacias dos municípios atingidos. A Polícia Central, por intermédio da Delegacia de Investigações e Capturas, com jurisdição sobre todo o Estado, demorava muito tempo para chegar -quando chegava-

ao local dos crimes, embora insistentemente chamada pela imprensa e pelos políticos de oposição.

A infraestrutura da polícia no Sudoeste do Paraná realmente era bastante precária. É o que comprova o depoimento do então Delegado de Polícia em Francisco Beltrão:

*"...mandei ofício dizendo que havia necessidade urgente de mandar viaturas, porque as autoridades quando precisavam de um jeep o que iam fazer? Iam pedir aos comerciantes locais. Quem tinha condução na região? As cias. de terras. Então, isto dava uma ligação que era interpretada como se a polícia estava trabalhando para as companhias de terras."*<sup>32</sup>

Ou ainda, o depoimento do Delegado de Santo Antonio do Sudoeste:

*"...eu recebi uma ordem para desarmar totalmente o pessoal das companhias, mas desarmar como se tinha cincoenta jagunços ou mais espalhados pelo município e eu tinha cinco elementos para cuidar de vinte ou trinta presos na cadeia e tomar conta da Delegacia. Desarmar como? Eu simplesmente não obedeci a ordem do Pinheiro Junior..."*<sup>33</sup>

Não só a Polícia Civil foi parcial. Soldados da Polícia Militar do Paraná também o foram.

Uma alta patente militar da fronteira a esse respeito declarou:

*"A verdade nua e crua é esta: a Polícia Mili-*

<sup>32</sup> MARTINS, . Entrevista....

<sup>33</sup> FISTAROL. Entrevista....

*tar do Paraná se rebaixou ao ponto de se unir com criminosos comuns."*<sup>34</sup>

Configura-se assim a gravidade e a extensão do alicia-mento que as companhias imobiliárias empreenderam na região. Isso significa concretamente a subordinação da ordem pública à ordem privada. Significa que as relações sociais no Sudoeste do Paraná eram mediadas pelo trinômio violência-lei-burocracia e não pela ausência de lei.

Do exposto conclui-se que a questão da terra no Sudoeste do Paraná era tratada como instrumento de manipulação política, visando a preservação do poder de Estado, ou ainda, o exercício político do capital.

O que estava efetivamente em jogo eram grandes interesses econômicos e políticos manifestos na região no monopólio da terra e no poder que ele engendra. Esse monopólio manifestava-se, por um lado, na transformação da terra em mercadoria e, por outro, no vínculo que unia o Governador do Estado ao grupo econômico "proprietário" das terras.

A manutenção e reprodução dos mecanismos de dominação / subordinação de classe na sociedade sudoestina ficavam, pois, a serviço do aparelho repressivo de Estado que assegurava pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração.

<sup>34</sup>Diário do Paraná, Curitiba, 24 de setembro de 1957.

CAPÍTULO IV  
O COTIDIANO DA VIOLÊNCIA

## O COTIDIANO DA VIOLENCIA

A luta pela terra é o reflexo das transformações na estrutura de posse e uso da terra, no sentido concentrador que encontra resistência nos pequenos produtores diretos que a cultivam sem deter a sua propriedade jurídica.

No caso dos colonos do Sudoeste do Paraná essa resistência, num primeiro momento, era reivindicatória. A expectativa que os colonos tinham da ação do Governo centrava-se em medidas concretas e eficazes que viessem a ser favoráveis aos seus interesses, como o fechamento dos escritórios das companhias de terras e a expulsão dos jagunços. No entanto, com o agravamento da luta pela terra na região, o esboço de uma consciência política entre esses colonos passou a oscilar entre a expectativa histórico-paternalista do Governo Estadual e a descoberta progressiva do envolvimento deste com os grupos econômicos recebedores das terras.

A partir daí, busca-se captar os nexos das contradições que movem o processo de construção da consciência política dos colonos do sudoeste do Paraná. Para tanto, é necessário enfatizar e analisar tanto os embriões de organização que dão forma e sentido à luta, como as estratégias camponesas frente às intervenções do aparelho repressivo de Estado.

A análise empírica do cotidiano do movimento procurará dar conta desse objetivo, tendo sempre em vista que o processo de luta pela terra no Sudoeste do Paraná revela-se pleno de

ambigüidades e contradições. Para efeito de análise será dobrado em dois momentos:

- Camponeses x Companhias;
- As estratégias camponesas.

# 1. CAMPONESES X COMPANHIAS

Os primeiros colonos do Sudoeste do Paraná requereram terras sem nunca terem obtido despacho favorável. No entanto, a CITLA, que só apareceu em 1950, munuiu-se imediatamente de documentação, registrou-se em cartórios, garantiu-se de aparente legalidade (v. Cap.II).

O colono que entrou na região antes da CITLA, antes mesmo da CANGO, sentiu-se como se estivesse na terra de ninguém. Muitos haviam adquirido as terras das mãos de grileiros que lhes garantiram a posse sem direito para tanto. Com o aparecimento de novos donos, teriam de pagá-las novamente.

Diante desse quadro, no início de 1957, surgem dois novos complicadores na região: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda e a Imobiliária Apucarana LTDA.

Os primeiros emissários das companhias esclareciam aos colonos que os pagamentos das parcelas também poderiam ser efetuados à base dos produtos da lavoura ou da suinocultura. Os colonos, mesmo assim, não queriam atender, pois foram esclarecidos pela CANGO que as terras não pertenciam a essas companhias. Não havia portanto a menor disposição por parte dos colonos em saldar os eventuais compromissos contraídos com as companhias; principalmente por parte daqueles que entraram na região antes da CITLA e do próprio INIC e, conseqüentemente, estavam autorizados pela Constituição a fazer

posse da terra. Colonos, inclusive, que já tinham pago algumas prestações interromperam o pagamento, sentindo-se lesados pelas companhias de terras.

O impasse acentuava-se dado a pressa que as companhias tinham em auferir lucro. Foi então que as Companhias Comercial e Apucarana lançaram mão de um processo que lhes parecia capaz de convencer mais facilmente os colonos. Esse processo foi o emprego do jagunço.

Sobre o jagunço escreveu-se

*Nos acontecimentos do sudoeste se defrontaram homens de dois mundos completamente diversos, o nordestino, o pau-de-arara e o sulino. Aquele, vítima de um grande drama social foi amparado pelas agências de grilagens desde sua chegada à região, iludido com a esperança de ocupar uma área de terra(...) Fez-se jagunço por obrigações com as companhias, as quais o ampararam com as piores intenções.<sup>1</sup>*

A função deste consistia, em amedrontar e ameaçar os colonos, forçando-os a pagar pelas terras preços exorbitantes ou a abandoná-las. Era comum "os jagunços fazerem o serviço calçando um 30 no peito da vítima. De 30 para cima."<sup>2</sup>

O uso do jagunço, ao constituir uma força paramilitar, denotava uma sobreposição do poder privado sobre o poder público. Por outro lado, a tentativa de expulsão dos colonos denotava um quadro clássico de violência expropriadora, uma vez que as companhias, ao expulsar os colonos de terras já submetidas a exploração, apropriavam-se do resultado de um desen-

<sup>1</sup>O Estado do Paraná, Curitiba, 5 de outubro de 1957.

<sup>2</sup>Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1957.



volvimento social para o qual não contribuíram.

Tanto a Cia. Apucarana quanto a Cia. Comercial só trabalhavam com gente de fora. A CITLA, por sua vez, só trabalhava com gente local, o que amenizava bastante a sua ação.

O método utilizado pelas Cias. Comercial e Apucarana consistia, em primeiro lugar, na proposta de venda da colônia, geralmente de 10 alqueires; depois no prazo para o colono deixar a propriedade; e, finalmente, nos métodos violentos: espancamentos, perseguições, maus tratos aos colonos e seus familiares e até mortes.

*"Houve gente, naturalmente recrutada entre as pessoas mais cordatas, que foi levada aos escritórios da Apucarana e da CITLA para assinar certos papéis em branco, que representariam, segundo agentes dessas companhias, o termo de compromisso do pagamento das terras na forma já referida, trinta por cento à vista e o restante em poucos meses mais, isso sobre os 80 mil cruzeiros exigidos por colônia de 10 alqueires. Os que não aquiesceram aos agentes das companhias foram surrados, foram ameaçados de morte repetidas vezes."*<sup>3</sup>

Os preços das companhias, em 1957, variavam de 40 a 80 mil cruzeiros -considerado alto na época- e os colonos eram chamados aos escritórios para assinar uma "escritura" sem selo e pagar a importância pedida ou assinar promissórias com vencimentos a curto prazo. Sem contar que, a partir daí, os colonos eram obrigados a abdicar dos direitos a exploração florestal das reservas contidas na terra. Em outras palavras, o contrato que as companhias queriam impor aos colonos não lhes permitia explorar a madeira contida na terra.

A especulação da terra trazia em seu bojo uma monetari-

<sup>3</sup>O Estado do Paraná, Curitiba, 4 de outubro de 1957.

zação acelerada da economia dos colonos do Sudoeste do Paraná, convertendo-se num assalto a essa economia, uma vez que a grande maioria dos colonos não dispunha de recursos sequer para satisfazer às necessidades familiares básicas de alimentação, saúde e vestuário.

Além do caráter desigual dessa transação, havia o agravante das terras estarem *sub-judice*. A legitimidade dessas transações dependia, pois, de decisão junto ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (v. Cap.II).

Lindolfo Vicente Müller, um colono que pegou em armas contra as companhias, dá o seu depoimento:

*"Desde 1948 moro em Capanema. Naquela época quem colocava os colonos nas terras eram o sr. Percy Schrener, Subprefeito do distrito de Santo Antônio, e o guarda florestal Alfredo Yagncheski. Um colono desistiu e eu comprei a posse de suas glebas por 20 mil cruzeiros. No início deste ano chegou a CITLA e disse que minhas terras lhe pertenciam. Teria que pagar 80 mil cruzeiros pelos meus 10 alqueires, 30% em meio ano e o resto no prazo de 12 meses. Como não tivesse dinheiro para pagar, me ameaçaram de morte e acabaram por me espancar barbaramente. Eram uns tais de Arlindo Silva, Abrahão, Vilmar Pereira e Machado."*<sup>4</sup>

Desde março de 1957 que a situação agravava-se na região, redobrando-se a insistência das companhias junto aos colonos. A situação chegara ao ponto dos colonos não possuírem garantias de qualquer espécie, visto que ao dirigirem-se às delegacias de polícia locais ouviam sistematicamente a declaração de que nada poderia ser feito, que o assunto não era de suas alçadas e sim das autoridades superiores do Estado.

<sup>4</sup>Sangue no Paraná. Revista O Cruzeiro, Rio de Janeiro, (52): 75, 12 out./1957.

# Para ser cantado na viola

1.º

Prestemos uma homenagem  
Ao bom Pedrinho Barbeiro  
Morreu o pobre inocente  
Só por ser bom brasileiro.

2.º

Morto na sua própria casa  
Nunca se viu crime igual  
Por assassinos mandados  
Por chefes da Comercial.

3.º

A polícia nada via  
Nessa cruel ocasião  
Essa morte aumentou  
A tristeza no sertão.

4.º

Esses bandidos sem alma,  
Não escondem seu labéu,  
Não há justiça que os puna  
Virá justiça do Céu.

5.º

Aos Jagunços da Baía  
De Minas e de Sergipe  
E aos bandidos creoulos  
Deram camionetes e jipes.

6.º

Corriam pelo sertão  
Perseguindo os moradores  
Desrespeitando famílias  
Com um cortejo de horrores.

7.º

A ordem era sévera  
Diziam os assassinos  
Que não respeitavam homens  
Nem mulheres, nem meninos.

8.º

Compre o lote, não reclame  
Ou volte lá pro Rio Grandel  
Que nós resolvemos tudo,  
A bala ou fôlha de Flande.

9.º

O pobre do posseiro  
Não podia reclamar.  
Comprava o lote obrigado  
Ou se deixava matar.

10.º

No meio dessa balbúrdia  
Chegaram os homens de farda  
Do nosso glorioso Exército  
Das nossas Forças Armadas.

11.º

O Colono ficou alegre,  
Nessa gente éle confia.  
Veio o exército preparado  
Para lhe dar garantia.

12.º

Do PETEBÊ também veio  
Deputado de valor  
Pra percorrer o sertão  
Como nosso defensor.

13.º

O Deputado Annibelli  
Percorreu todo o sertão  
Conversou com os colonos  
Se inteirou da situação.

14.º

É advogado dos pobres.  
Não há contestação  
Sacrificou-se de graça  
Sem ganhar nem um tostão.

15.º

Deputado de raça  
Caboclinho de valia,  
Nos defende com coragem  
Trabalhando noite e dia.  
Fala grosso na Assembléia  
Desacata as Companhias.

16.º

É pequeno no tamanho,  
Mas grande de coração...  
Defende os seus patrícios  
Com coragem, devoção.  
É querido em toda parte  
É estimado no sertão.

17.º

Viajou logo pro Rio,  
Agindo com grande tino  
Falou com nosso Jango,  
Com o Lott e Juscelino.

18.º

A todos éle explicou  
O que viu pelo sertão  
E providências pediu  
Té do Chefe da Nação

19.º

Prefeitos foram atrás  
Pra defender o grileiro  
Foram contando mentiras  
Lá pelo Rio de Janeiro.

20.º

Tem sofrido ataques  
Dos grileiros sicários  
Rubens Martins e Candinho  
E do safado do Mário.

Foi então que apelaram para o Conselho de Segurança Nacional, através da Comissão de Faixa de Fronteira. O Conselho de Segurança fez observações na fronteira e para assegurar a ordem enviou forte contingente do exército para Francisco Beltrão. Em vista disso os agentes das companhias de terras retiraram-se dessa região, abrindo novos escritórios em Lajeado Grande, Capanema e Santo Antonio, zona de difícil acesso<sup>5</sup>.

Nesse quadro de violência institucionalizada, no sentido de omissão ou pacto com as companhias, nada foi tão significativo sob o ponto de vista político que o assassinato do Vereador Pedro José da Silva, o Pedrinho "Barbeiro", em abril de 1957. Ele era verador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em Pato Branco, e vinha desenvolvendo um trabalho de defesa dos colonos contra a Cia. Comercial que mais intensamente operava na região de Pato Branco. Pedrinho "Barbeiro" foi assassinado por jagunços da citada companhia quando organizava um relatório, seguido de abaixo assinado, narrando o clima de violência e as arbitrariedades praticadas contra os colonos, que pretendia entregar em mãos ao Presidente Juscelino Kubitschek<sup>6</sup>.

A partir daí, as companhias intensificaram as pressões e violências.

Aviso da CITLA distribuído aos colonos de Capanema, Santo Antonio e Barracão, é bastante expressivo:

*"AVISO. Pelo presente a Clevelândia Industrial*

<sup>5</sup>O Estado do Paraná, Curitiba, 4 de outubro de 1957.

<sup>6</sup>FERRARI, Fernando. D.C.N., seção I, nº176, de 28 de outubro de 1957. p.7770; FOWERAKER; J.W. The Frontier in the South-West of Paraná, from 1940. B. Phil. thesis. Oxford, 1971. p.47.

*LTDA, legítima possuidora das Glebas Missões e Chopim, leva ao conhecimento dos moradores dos municípios de Barracão, Santo Antonio e Capanema que a partir desta data e pelo prazo de 30 (trinta) dias manterá o preço de Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) por colônia de 10 (dez) alqueires, para a venda das terras ocupadas pelos mesmos, sendo que o excedente de 10 (dez) alqueires será cobrado pelo preço do dia, constante da tabela de preços elaborada pela CITLA. Assim sendo, convidam-se os moradores dos municípios acima referidos a comparecer nos escritórios da CITLA, a fim de receberem as respectivas escrituras, ou assinarem com a mesma os necessários contratos de compromisso de compra e venda, legalizando dessa forma a sua situação dentro do prazo estipulado, após o qual o preço de venda será o da tabela acima referida. — Data, 8 de agosto de 1957."*<sup>7</sup>

Em 12 de agosto um golpe é desferido contra a CITLA: a Comissão de Finanças da Câmara Federal aprovou, depois de muita protelação, a Emenda oriunda do Senado, homologando ato do Tribunal de Contas que negava registro à escritura pública de dação em pagamento, celebrada entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) e a CITLA. No entanto os efeitos jurídicos dessa decisão legislativa eram inoperantes na esfera do Direito. Tinha essa decisão, porém, um efeito moral significativo, podendo valer como subsídio para a propositura de uma ação judicial de cancelamento de registro.

A repercussão dessa decisão refletiu na região de forma a agravar ainda mais a situação dos colonos. As companhias tinham pressa em efetivar a venda das terras. As pressões e violências intensificaram-se.

Sentindo-se acuados, grande número de habitantes do município de Capanema passou a abandoná-lo, indo refugiar-se

<sup>7</sup>0 Estado do Paraná, Curitiba, 4 de outubro de 1957.

em território argentino. Embora passar para o território fosse fácil -em Santo Antonio, ao sul de Capanema, existe um trecho em que a divisa é uma linha seca- os que o fizeram não se utilizaram dessa linha de divisa<sup>8</sup>. Isto porque os colonos de Capanema, se quisessem chegar ao território argentino através de Santo Antonio, teriam de recuar percorrendo uma estrada perigosa onde as emboscadas eram comuns. Então, a alternativa mais usual era deixar Capanema para o oeste e entrar em Misiones, atravessando o rio Santo Antonio. Essa situação fez com que muitas famílias se separassem, pois muitos colonos fugitivos não tiveram tempo e condições de levar seus familiares; sem contar que na fuga não puderam levar outros pertences que as roupas do corpo<sup>9</sup>.

Em solo argentino esses colonos passaram a viver as maiores privações e aflições, necessitando de auxílio dos argentinos. Tal situação explica o aflitivo quadro presenciado por jornalistas em solo argentino:

*"Seja como for, o que se observa é que essas famílias estão vivendo uma situação de penúria que faz dó. O brasileiro se choca ao defrontar-se com homens que ontem tinham o seu sítio, as suas criações, o seu pequeno mundo, e que hoje permanecem em chão estranho, sem nenhum recurso, na miséria mesmo, vivendo tão somente por obra da caridade dos habitantes das pequenas povoações argentinas."*<sup>10</sup>

Medidas de apoio a esses colonos brasileiros foram to-

<sup>8</sup> Nos debates os políticos situacionistas insistiam em demonstrar o exato percurso da linha limítrofe para esclarecer que não se tratava de fuga difícil e dramática. VELLOSO, Gaspar. D.C.N., seção II, n.153, de 28 de outubro de 1957. p. 2467; O Estado do Paraná, Curitiba, 2 de outubro de 1957.

<sup>9</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 2 de outubro de 1957.

<sup>10</sup> Ibid.

ma das pelo governo da Província de Missiones, que encaminhou verba de 100 mil pesos para atendê-los<sup>11</sup>.

Da exposição até agora feita, destacam-se alguns elementos que é preciso ressaltar, tendo em vista uma nítida percepção do processo de maturação da consciência política dos camponeses do sudoeste do Paraná:

- O alto preço que as companhias imobiliárias exigiam pelas colônias e o reduzido prazo para o colono pagá-las, aliado a proibição de explorar a madeira contida na terra.

- O não reconhecimento dos direitos da CITLA e suas subsidiárias sobre as terras levou os colonos a uma atitude de indiferença em relação a publicação de editais e propostas de acerto por parte das companhias;

- O estabelecimento de um clima de total insegurança e violência na região, agravado pela coação exercida pelos jagunços das companhias sobre os colonos;

- A parcialidade, no sentido de omissão ou pacto com as companhias, das ações do aparelho repressivo de Estado (judiciário e policial).

## 2. AS ESTRATÉGIAS CAMPONESAS

Para o camponês a luta pela terra significa nada mais, nada menos do que a luta pela vida, a luta pela sobrevivência e reprodução. Ter a terra em suas mãos, poder trabalhá-la e poder ter o direito de usufruí-la é a condição permanente de sua produção e reprodução enquanto camponês.

A ronda da jagunçagem a serviço das companhias imobiliá-

<sup>11</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 28 de setembro de 1957; Tribuna do Paraná, Curitiba, 21 de outubro de 1957; Última Hora, R.J., 3 de outubro de 1957.

rias colocava em risco a conquista e preservação da terra enquanto espaço de produção de vida do camponês, obrigando-os a aglutinarem-se em torno de seus interesses de classe.

Unidos e solidários os colonos do Sudoeste do Paraná esperavam o momento oportuno de contra-atacar. Assim é que

*"Quando corre as plantações, quando se demora no eito, no trabalho, já não pesam nos ombros do homem simplesmente os instrumentos do trabalho. Ao lado da enxada, o aço das manúchas e das winchesters rebrilha ao sol."*<sup>12</sup>

O reconhecimento da ilegalidade das companhias e a impunidade de suas ações e ameaças, aliado a atitude do Governo do Estado que coonestou essas ameaças e violências e, administrativamente, restabeleceu o recebimento das sisas relativas a terras que a CITLA vendesse - contrariamente a critérios expressos das autoridades federais encarregadas de acompanhar o litígio -, sedimentou nos colonos a necessidade de levantarem-se subversivamente contra o direito garantido pelo Estado em favor das oligarquias latifundiárias.

Um grupo de colonos armados - precisamente a 2 de agosto - marchou em direção ao escritório da Cia.Comercial, no Distrito do Verê (Pato Branco).

*"Na frente da multidão vinha um colono forte, conhecido como Alemão; para mostrar o propósito pacífico da marcha e assegurar-se de que não seria baleado, o Alemão se enrolara numa bandeira do Brasil. Foi assim mesmo que morreu, atravessado pelas balas dos jagunços..."*<sup>13</sup>

<sup>12</sup>O Estado do Paraná, Curitiba, 4 de julho de 1957.

<sup>13</sup>PECOITS, Walter. Paraná-1957; a luta pela terra. Entrevista concedida a Roberto Gomes. Revista Atenção. Curitiba, 3:36, 1978.



Resultou daí uma verdadeira batalha, com feridos de ambos os lados e a morte de dois colonos.<sup>14</sup>

Em fins de agosto uma comissão de prefeitos do Sudoeste do Paraná foi ao Rio de Janeiro expor ao Presidente da República, Ministro da Guerra, Conselho de Segurança Nacional e Comissão Especial de Faixa de Fronteira, a situação desta parte do Estado e pedir providências. O médico Flávio Cini, vereador de PSD em Santo Antonio, juntou-se a essa comissão e assim relatou:

*"O presidente desconhecia por completo o assunto. Ouviu-nos com interesse e prometeu solucionar o problema. Disse que iria falar com o presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, pessoa que deveria encarregar-se da questão."*<sup>15</sup>

Fica bastante difícil de se entender como é que um Presidente da República pudesse desconhecer um assunto que ele próprio anteriormente em mensagem ao Senado, através do Ofício nº 100,<sup>16</sup> reconheceu de extrema gravidade. Na realidade, o Presidente estava querendo ganhar tempo ao converter o presidente do I.N.I.C., que era trabalhista, em "bode expiatório". Tanto é verdade que sua cabeça foi a primeira a rolar.<sup>17</sup>

Assim, no plano federal, adiava-se uma solução definitiva para não ferir compromissos partidários e, no plano estadual, a autoridade policial e judicial, por omissão ou pacto

<sup>14</sup>MADER, Othon. D.C.N., seção II, n.153, de 28 de outubro de 1957; Gazeta do Povo, Curitiba, 1 de outubro de 1957.

<sup>15</sup>Sangue no Paraná. Revista o Cruzeiro, R.J., (52):76, 12 outubro/1957.

<sup>16</sup>Diário Oficial da União, de 27 de janeiro de 1956.

<sup>17</sup>MADER Othon. Anais do Senado, Rio de Janeiro, Diretoria de Publicações, outubro de 1957. p.79.

com as companhias, dizia-se sem competência para assegurar o respeito aos direitos dos colonos.

Violência gera violência. Ela aparece quando faltam outros meios de expressão, sendo que em tais circunstâncias torna-se um modo de falar. Assim, os colonos da região de Capanema e Santo Antonio prepararam-se para o revide, buscando apoio em homens conhecidos na região pela valentia e liderança, os **bandidos sociais**, no sentido clássico de homens que se tornam "foras da lei" devido ao fato de desenvolverem uma concepção própria de justiça, geralmente expressa em vinganças de sangue.<sup>18</sup>

De todos eles o mais famoso foi Pedro Santin, conhecido na Argentina, onde vivia foragido da polícia, como Pedro Capeletti. Havia saído da região em março deste mesmo ano (1957), voltando a Capanema no início de setembro, para com Otávio de Matos e João Lautard comandar a ação contra os jagunços das companhias de terras.<sup>19</sup>

Pedro Santin tornou-se o homem mais falado da região, idolatrado pelos colonos e inimigo número um do pessoal das companhias, contra quem houve até pronunciamento na Câmara Federal, onde foi acusado de grileiro e bandido.

O que assustava aos jagunços não eram os colonos, propriamente ditos, mas o fato de estarem ao lado dos comandados de Santin todos os farrapos<sup>20</sup> da região, notadamente os irmãos

<sup>18</sup> Ver HOBBSBAWM, Eric J. Rebeldes primitivos; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 238p.

<sup>19</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 3 de outubro de 1957.

<sup>20</sup> Farrapos era a designação que se dava nessa zona a indivíduos foragidos da justiça que se escondiam nos sertões do Baixo Iguaçu.

Bello, famosos pelos antecedentes da família no Rio Grande do Sul, e o argentino Robertinho, foragido da justiça de seu país, morando numa ilha do Rio Iguaçu<sup>21</sup>.

Houve preparativos por parte dos colonos para a deflagração. No plano dos colonos revoltados o primeiro passo a dar era pôr fora de ação o gerente da Cia. Apucarana em Lageado Grande, Arlindo Silva, e seu capanga, Vilmar Pereira de Melo. E esse último quem na ocasião relatou:

*"Certo dia vinha pela estrada com o gerente da companhia, o Arlindo Silva e mais um companheiro, quando recebemos vários tiros de posseiros tocaiados no mato. O Arlindo morreu, eu fui baleado no braço, mas consegui fugir e o outro companheiro, mais feliz, não sofreu nada. E tem mais: há dez dias não vejo meus filhos, e depois não posso sair do hospital, já que estou ameaçado de morte. Soube que os que me atacaram invadiram minha casa e roubaram tudo o que eu tinha. E nós é que somos ladrões..."<sup>22</sup>*

Com essa emboscada, ocorrida a 6 de setembro, na localidade denominada Lageado Grande, tem início o levante dos colonos do Sudoeste do Paraná.

A partir daí o movimento ganha organicidade, deixando de ser incidentes isolados para ser uma ação de classe manifesta, no sentido de definir o campesinato como **classe política**. Percebe-se nesse momento que os colonos passaram da consciência das contradições que originaram o conflito para uma efetiva organização e mobilização em torno de seus interesses de classe. Essa transformação de interesses latentes em interesses manifestos dos colonos demonstra a existência de uma crise

<sup>21</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 5 de outubro de 1957.

<sup>22</sup> Sangue no Paraná... p.75.

profunda nas relações sociais, revelando de modo inequívoco a perda de eficácia dos mecanismos de dominação/subordinação de classe da sociedade sudoestina. O pacto social vigente nessa sociedade tinha seus alicerces abalados.

Essa emboscada teve uma enorme repercussão da qual advieram algumas consequências: primeiro, porque foi a grande advertência dos colonos contra os jagunços da CITLA e da Cia Apucarana, provando a firme disposição dos homens da terra em reagir contra a opressão de que eram vítimas; segundo, porque foi bastante eficaz, uma vez que determinou um recuo da parte dos jagunços para Santo Antonio, que passou a viver dias de tensão com as notícias de que os colonos de Capanema iriam invadir a cidade. Logo que ocorreu a emboscada ficou-se sabendo não só da firme disposição dos colonos em correr com as companhias da região, como a identidade dos homens que estavam com eles.

Diante da gravidade dos fatos, acorreram para Santo Antonio os responsáveis pela companhias CITLA e Apucarana, na tentativa de firmarem um acordo com os colonos. Foi então que se preparou uma expedição a Capanema para o dia 14 de setembro, com a finalidade de se rever a questão dos pagamentos<sup>23</sup>.

Os boatos multiplicaram-se, mas sem muito êxito, pois a essa altura já a grande maioria dos colonos não queria mais qualquer forma de acordo com as companhias.

Os colonos sabiam que os diretores das companhias iriam a Capanema escoltados por uma grande força de jagunços. Os comandos de Santin, no entanto, resolveram não deixar os agentes das companhias pisar em Capanema. Organizaram, assim, uma

<sup>23</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 5 de outubro de 1957.

tocaia no Km 17 da estrada Santo Antonio-Capanema<sup>24</sup>.

Mas na véspera foi cancelada essa viagem, sem os colonos terem sido comunicados. As razões desse cancelamento, tudo indica, estejam ligadas ao clima de determinação e mobilização que se sentia na grande maioria dos colonos. Há, contudo, um episódio que parece ter desempenhado papel decisivo no cancelamento da viagem: num bar em Santo Antonio, o diretor da Cia. Apucarana, Gaspar Craemer, sentindo-se vigiado por dois estranhos que estavam na companhia de um conhecido elemento ligado aos colonos, determinou sondagens para descobrir o significado da atitude dos estranhos. O jagunço incumbido de tal missão, quando próximo aos estranhos, ouviu que indagavam sobre quem era Gaspar Craemer<sup>25</sup>.

Diante da hipótese bastante provável de confronto armado, os dirigentes das companhias decidiram cancelar a viagem a Capanema, mandando apenas uma camioneta com motorista protegido por um jagunço fortemente armado. Pelo caminho, sem suspeitarem da emboscada preparada, doze colonos tomaram carona na viatura<sup>26</sup>.

Os colonos tocaiaados, sem terem conhecimento da mudança de planos dos dirigentes das companhias, atacaram a camioneta. O saldo foi a morte de sete pessoas, o motorista, o jagunço e mais cinco colonos<sup>27</sup> (v. foto nº3).

<sup>24</sup>O Estado do Paraná, Curitiba, de 5 de outubro de 1957; FOWERAKER, p.52.

<sup>25</sup>Ibid.

<sup>26</sup>FISTAROL, Atílio. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 15 dez./1983. Trata-se do Delegado de Polícia de Santo Antonio que na ocasião constituiu inquérito policial sobre o episódio.

<sup>27</sup>CINI, Flávio. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 14 out./1983. Trata-se do médico e Vereador do PDS em Santo Antonio que fez as autópsias dos cadáveres.



08 - Vítimas da emboscada do km 17 da estrada  
Santo Antônio - Capangema.  
Arquivo Flávio Curi

Passou-se, então, a responsabilizar a CITLA e a Cia. Apucarana pela dura realidade de colonos matarem colonos. Arrai-gou-se no espírito desses a idéia de que as companhias teriam jogado a camioneta com apenas dois de seus homens como isca, iludindo-lhes mais uma vez.

O ódio acumulado pelos colonos explodiu em toda a sua fúria. Capanema foi invadida por mais de dois mil homens armados de velhos revólveres, espingardas de caça, facões e pedaços de paus. Favoreceu-os estar ausente do município o Prefeito e o Delegado de Polícia, recentemente nomeado, não ter ainda assumido o cargo<sup>28</sup>.

A estrada que liga Santo Antonio a Capanema foi tomada pelos revoltosos que impediram todo o tráfego pela mesma. O campo de aviação foi interditado com toras de madeira. Capanema, além de estar sem autoridades, ficou isolada do resto do Estado, restando apenas o rádio-telégrafo da Polícia Militar a ligá-la com o exterior<sup>29</sup>.

O escritório da Cia. Apucarana em Lageado Grande foi incendiado, obrigando seus ocupantes a recuarem e concentrarem-se em Santo Antonio, à espera de um ataque dos colonos de Capanema. Ironicamente em Capanema, aguardava-se um ataque iminente dos jagunços concentrados em Santo Antonio<sup>30</sup>.

Imediatamente a Chefatura de Polícia do Paraná nomeou dois delegados especiais, o Cel. José Henrique Dias -na qualidade de observador- e o Tenente-coronel Alcebíades Rodrigues da Costa - como Delegado Especial, com jurisdição sobre os

<sup>28</sup> Sangue no Paraná... p.75; Estado do Paraná, Curitiba, 26 de setembro de 1957.

<sup>29</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de setembro de 1957.

<sup>30</sup> Ibid.; SILVA, Mario Gomes da. D.C.N., seção I, nº176, de 28 de outubro de 1957. p.7770.

municípios de Pato Branco, Capanema e Francisco Beltrão.

A nomeação do Tenente-coronel Alcebiades foi estratégica, uma vez que ele mantinha boas relações com os líderes locais do PTB -fora delegado regional na zona, no governo do sr. Bento Munhoz da Rocha Neto-, fator esse fundamental para o cumprimento da sua missão especial de apaziguar os colonos, fazendo-os voltar ao trabalho<sup>31</sup>.

O Chefe de Polícia, sr. Pinheiro Júnior, na impossibilidade de pousar no campo de aviação de Capanema, marcou encontro com uma comissão de colonos na cidade de Foz do Iguaçu. E para lá partiu em companhia do deputado pessedista Cândido Machado de Oliveira Neto e do Tenente-coronel Alcebiades Rodrigues da Costa<sup>32</sup>.

A comissão de colonos pedia a intervenção do exército, sob a alegação de que somente se entregariam às tropas federais, objetivo esse a que foram dissuadidos. Ficou então acertado que o Tenente-coronel Alcebiades, por questão de segurança, entraria em Capanema na companhia dessa comissão de colonos e posteriormente iria a Santo Antonio. Para preparar essa visita a Santo Antonio foi designado o Cel. Henrique Dias, com o objetivo de acalmar os ânimos dos empregados das companhias<sup>33</sup>.

Eis a situação de Capanema segundo o Tenente-coronel Alcebiades Rodrigues da Costa:

*"Quando atravessei o rio, encontrei perto de 200 homens armados que me esperavam. Em virtude*

<sup>31</sup>CARNEIRO, Newton. D.C.N., seção I, nº176, de 28 de outubro de 1957. p.7770.

<sup>32</sup>Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de setembro de 1957; Estado do Paraná, Curitiba, 26 de setembro de 1957.

<sup>33</sup>MADER, Othon. D.C.N., seção II, nº153, de 28 de setembro de 1957. p.2468; Gazeta do Povo, Curitiba, 1 de outubro de 1957.



do grande conhecimento que tinha na região, por ter desempenhado o cargo de delegado regional de polícia em Clevelândia, não me foi difícil fazer com que me aceitassem. Fui com eles, a pé, até o Km.58 (estrada Santo Antonio-Capanema), sede do município. Ali encontrei outra força de colonos armada, com perto de mil homens. Depois de uma série de dificuldades, consegui resolver todos os problemas existentes e segui para o Km.35, onde se concentravam outros contingentes. Encontrei ali mais de mil homens em armas que me pediram que intercedesse junto ao Governo para que suas terras, já ocupadas e plantadas, fossem medidas e localizadas; que eles, colonos, pagariam preços razoáveis pelas mesmas, pois não as queriam de graça. Pedi que tivessem confiança no Governo e prometi que os empregados das companhias colonizadoras não mais os importunariam e que não mandaria soldados para a região até que tudo estivesse serenado. Depois, resolvi descer a estrada, tomada do Km.14 ao 71 (até as margens do Iguaçu) pelos revoltosos, e abri-la novamente ao tráfego. Comigo, num caminhão, vieram vários deles"<sup>34</sup>

Agora, o Cel. Henrique Dias relata o que presenciou em Santo Antonio:

"Encontrei a cidade praticamente abandonada. Noventa por cento dos seus habitantes, apavorados, haviam invadido a Argentina e ali dormiam em barracas espalhadas por todos os cantos (...). A minha preocupação inicial foi conseguir o afastamento do pessoal das companhias, para evitar o choque na entrada do Cel. Alcebiades. Encontrei, em Santo Antonio, 11 soldados, praticamente desarmados (cada um deles tinha 10 tiros, e mesmo assim de munição de 1912). Pedi imediatamente reforços a Curitiba e me mandaram 43 homens, desta vez bem armados. Quando Alcebiades chegou, a maior parte do pessoal das companhias já tinha sido evacuada (...) não foi tarefa das mais fáceis afastar os 40 funcionários das companhias que bem armados, aguardavam a entrada dos posseiros (...) Quando o caminhão de Alcebiades chegou, encontravam-se em Santo Antonio dois emissários do Ministro da Guerra, que haviam vindo como observadores. Passaram um dia nesta cidade e

<sup>34</sup> Sangue no Paraná... p.73

*depois voltaram, achando que o Governo do Estado está em condições de manter a ordem nestas cidades.*"<sup>35</sup>

Sendo esta região fronteiriça, a gravidade da situação determinou a vinda de dois observadores do exército: o Cel. Nelson Rodrigues de Carvalho -observador especial do Conselho de Segurança Nacional - e o Tenente-Coronel Breno Pernetta - da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba. Juntos em Santo Antonio, esses dois oficiais aguardaram a chegada do Chefe de Polícia que veio acompanhado pelo deputado federal Mario Gomes da Silva (PSD).<sup>36</sup> Ficara acertado que de Capanema viriam os líderes do movimento para dialogar com o Chefe de Polícia a meio caminho da estrada Capanema- Santo Antonio, em Pérola d'Oeste. E assim foi feito, tendo o Sr. Pinheiro Júnior ouvido, entre outros, Otávio de Matos- líder do PTB local - e Adão Maia - apontado como o cabeça de toaia de 14 de setembro.<sup>37</sup> Foi possível então ao Chefe de Polícia desfazer o impasse gerado pelo equívoco de esperar-se ataques iminentes em ambas as cidades, determinar o desarmamento dos revoltosos e policiar mais intensamente a região.

A revolta de Capanema teve o mérito de permitir que pela primeira vez o Chefe de Polícia viesse a público reconhecer a gravidade da situação reinante no Sudoeste do Paraná. Em entrevista coletiva apontou como principal causa a insistência das companhias em efetuar rapidamente a venda das terras antes da decisão judicial; confessou também a incompetência da polícia no caso e que só após a decisão do Poder Judiciário po-

<sup>35</sup> Ibid., p.74

<sup>36</sup> Silva, Mario G. DCN, seção I, nº176, de 28 de outubro de 1957. p.7770.

<sup>37</sup> Sangue no Paraná, p.75

deria a região retornar à calma. Indo além, declarou:

*"Os empregados das companhias fazem guerra de nervos contra os colonos, que querem transformar em candidatos à compra de terras. (...) Chegam às casas dos colonos armados, em grupos de 3 ou 4, e dão prazos de 24 a 48 horas, para que procurem os escritórios da companhia, a fim de legalizar as glebas de terras."*<sup>38</sup>

Diante da repercussão internacional dos acontecimentos da região de Capanema- a UNITED PRESS INTERNACIONAL os denominou de **revolução agrária brasileira** e o Itamaraty recebeu nota da Chancelaria argentina dando conta da situação aflitiva das famílias brasileiras refugiadas em solo argentino- uma convocação das autoridades paranaenses não mais pôde ser adiada pelo Governo Federal. São convocadas para prestar esclarecimentos no Rio de Janeiro o Governador do Estado, o Chefe de Polícia e o Comandante da 5ª Região Militar.

Em entrevista concedida na Capital Federal o Chefe de Polícia, Sr. Pinheiro Junior, narra a situação da região, mas omite a atuação das companhias, anteriormente criticadas por ele em Curitiba como violentas e acintosas aos colonos. Insiste em afirmar que a região estava em calma, sob o controle da polícia.<sup>39</sup>

O Governador Moysés Lupion, por sua vez, declara enfaticamente que nada tem a ver com as companhias de terras do Paraná.

<sup>38</sup> Entrevista transcrita para os Anais da Assembléia Legislativa, onde deixa-se de fora as acusações às companhias; somente os jornais de oposição publicaram essa parte da entrevista. O Estado do Paraná, 28 de setembro de 1957; Anais da Assembléia Legislativa, sessão de 27 de setembro de 1957.

<sup>39</sup> Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1957.

Como consequência imediata desta visita ao Rio de Janeiro, o Governo Federal demite o Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Fernando Ramos de Alencar. Este vinha sistematicamente a público denunciar as arbitrariedades cometidas pelas companhias. Declarava-se sem forças para tomar providências, passando a exigí-las do Conselho de Segurança Nacional<sup>40</sup>.

## 2.1. A TRÉGUA

No interregno entre o levante de colonos da região da Capanema, ocorrido em setembro, e o movimento camponês de dimensões regionais que ocorreria no mês seguinte, não foram tomadas medidas concretas e efetivas tanto pelo governo estadual como pelo federal. O que ocorreu foi uma guerra de informações, seguida de acusações e desmentidos.

Nunca como nesse período explorou-se tanto o aspecto político-partidário. A oposição (PTB e UDN) era sistematicamente acusada pela imprensa e políticos situacionistas (PSD) de levar a questão para o lado político, subordinando os mais altos interesses do Estado a vantagens de ordem eleitoral.

Tudo foi feito para confundir e tumultuar a opinião pública. De um lado, os situacionistas, ao referirem-se aos acontecimentos de Capanema e Santo Antonio, insistiam em vê-

<sup>40</sup> Anais do Senado. Rio de Janeiro, Diretoria de Publicações, outubro de 1957. p.79.

los superados com a volta da normalidade à área graças ao desarmamento dos colonos efetivado pelos reforços da Polícia Militar do Paraná. Minimizando a gravidade dos incidentes, denunciavam a existência de supostos planos da oposição tendentes a intranquilizar e desacreditar o Paraná no plano federal e restaurar o antigo Território Federal do Iguaçu. De outro, os relatos da imprensa -tanto paranaense como nacional- e dos políticos de oposição ao governo pessedista do Sr. Moysés Lupion davam conta de uma outra realidade. Estes defendiam-se atacando e clamando ora pela desapropriação das terras pela União por motivo de interesse público, ora pela intervenção federal de tropas do Exército nacional ou ainda pelo **impeachment** do governador.

O desenrolar dos acontecimentos viria provar que as afirmações de que a situação era normal no Sudoeste do Paraná não refletiam a realidade dos fatos. Em primeiro lugar, porque a promessa feita pelo Tenente-coronel Alcebíades de despoliciar Capanema não foi cumprida, uma vez que esta permanecia sob forte tensão. Segundo um depoimento:

*"Agora a coisa virara para o lado político. Os posseiros, livres das companhias, brigavam entre si - [PSD] contra PTB- (...) Os ódios pessoais e políticos vieram à tona. Todos agora desejavam o poder."*<sup>41</sup>

Os colonos não viam com bons olhos os soldados da Polícia Militar que sempre agiram de acordo com o pessoal das companhias imobiliárias. Estavam ali para garantir a ordem, no entanto, uma ordem que favorecia apenas ao mais forte.

<sup>41</sup> Sangue no Paraná... p.76.

Em segundo lugar, porque o desarmamento e a cessação dos conflitos seria apenas aparente, visto que a CITLA e suas subsidiárias continuavam a oprimir os colonos da região de Pato Branco e Francisco Beltrão.

Da tribuna do Senado, o udenista Othon Mader chamava a atenção para o fato de que a pacificação não se fizera nos devidos termos, mas apenas em termos policiais, com a polícia mantendo a ordem à força. O problema, lembrava ele, não era de natureza policial, mas de natureza social, que estava a exigir uma solução definitiva e não transitória que apenas protelaria novos incidentes na região<sup>42</sup>.

Os colonos permaneciam, com efeito, em estado de alerta geral, não retornando ao trabalho, não se desarmando e não escondendo o desagrado pelo rumo que os acontecimentos estavam tomando.

Leia-se abaixo o que diz esse relato:

*"Não encontrei a zona conflagrada nem pé de guerra. Mas tampouco foi extinta a conflagração (...). Ao contrário, revoltosos e ressentidos, reagem à simples expectativa de que as companhias possam voltar a ameaçá-los a às suas famílias."*<sup>43</sup>

Ou ainda:

*"...agora se fez uma trégua. Esta porém nasceu*

<sup>42</sup>MADER, Othon. D.C.N., seção II, n.163, de 3 de outubro de 1957. p.2670.

<sup>43</sup>Correio Paulistano, São Paulo, 3 de outubro de 1957.

*de um erro, um erro fatal. Esta ensaguentou a região. De um lado os seus trágicos efeitos fizeram os habitantes da região ensarilharem as armas e, de outro, espantou para mais distante a milícia de jagunços que atuava na região (...). É por isso mesmo que aqueles que percorreram a região paranaense a sudoeste sentem como se o estivessem fazendo através de um front cuja batalha decisiva ainda não foi travada.*<sup>44</sup>

O desenrolar dos acontecimentos viria provar que realmente a batalha decisiva ainda não fora travada. As forças em conflito, sabia-se, já não eram tão desiguais. Os colonos provavam que *"ser subalterno não é ser desprovido de poder."*<sup>45</sup>

Tinha-se, de um lado, um campesinato fortalecido uma verdadeira **classe para si**, buscando não só o apoio de lideranças urbanas (comerciantes e profissionais liberais), mas também uma mobilização e organização mais intensa do movimento. De outro lado, tinha-se o poder econômico de comerciantes de terras acuados pela busca do lucro no menor tempo possível. No centro, os partidos políticos (PTB e UDN) tentando tutelar e mediar o movimento social, com objetivos nitidamente econômicos e eleitorais.

A situação era realmente bastante explosiva!

## 2.2 O CONFRONTO DECISIVO

A milícia de jagunços que operava na região de Capanema e Santo Antonio passou a operar a todo o vapor, conforme visto, na região de Pato Branco e Francisco Beltrão. Mas agora o contexto era outro:

<sup>44</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 2 de outubro de 1957.

<sup>45</sup> HOBBSBAWM, Eric J. Os camponeses e a política. Ensaio de Opinião, Rio de Janeiro, (8):50, 1978.

*"...o caráter da mobilização já era eminentemente regional. Isto é, a amplitude e a intensidade das manifestações que ocorreriam em seguida, pressupunham não apenas uma participação maior das lideranças urbanas, como também uma organicidade mais intensa do próprio movimento camponês."*<sup>4 6</sup>

Os colonos de Pato Branco e Francisco Beltrão prepararam-se para o que seria a batalha decisiva. Era preciso, antes de mais nada, uma mobilização maciça dos colonos, o que foi possível devido ao fato das estações de rádio dessas duas cidades serem controladas por petebistas. Através do rádio eram denunciadas as ações das companhias e convocados os colonos para a revolta. Em Francisco Beltrão, por exemplo, essa convocação deu-se de forma camuflada, através de senhas e palavras de ordem (ver. p.140).

Em Pato Branco, a 9 de outubro, realizou-se na Casa Paroquial uma reunião de todos os partidos políticos, ficando resolvido que:

*"Em vista dos graves e lutosos acontecimentos que vêm ocorrendo nesta região do sudoeste paranaense (...) levado a efeito por elementos pertencentes à companhia colonizadora aqui sediada, atacando, enlutando, destruindo e mutilando famílias de bravos colonos radicados nesta região, tendo por égide o cruel assassinato de Pedro José da Silva, Vereador representante do Distrito de Verê, desta comarca de Pato Branco e ultimamente o assassinado de mais dois pacatos colonos, ocorridos no dia 6 de agosto último, culminando com o atroz e bárbaro espancamento da família do sr. Otho Schintz, cidadão que se encontra, desde a data do fato, no dia 7 do corrente, desaparecido, presumindo até mesmo seus familiares que se encontra morto na mata, considerando também o brutal sa-*

<sup>4 6</sup> RÊGO, Rubem Murilo Leão. Terra e Violência; estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Tese mimeo. São Paulo, USP, 1979. p.113.



que e incêndio ocorrido na casa do sr. José Rodrigues, residente em Dois Vizinhos, município de Pato Branco, há 4 dias passados, tendo este mesmo assistido petrificado o que foi efetuado em sua sobrinha, menor de 14 anos de idade, tendo tais fatos exaltado sobremaneira o ânimo do povo aqui residente, num gesto de altiva indignação, pois representantes de todos os partidos políticos, por intermédio de seus presidentes - PSD, PTB, PSP, PRP, UDN - dessa Comarca de Pato Branco, em reunião hoje realizada, isto é, à 9 deste mês(...) e considerando ainda que é pública e notória a pretendida invasão por aqueles elementos de companhias colonizadoras nas casas dos bravos colonos aqui residente, embora tais fatos fossem já levados ao conhecimento dos poderes competentes do Estado e até hoje sem qualquer solução, resolvem: 1º) em sinal de protesto pelas brutalidades ocorridas, podendo mencionar o já citado saque e incêndio da família do sr. José Rodrigues, esta Comissão resolve, em primeiro plano, como sinal de veemente protesto, cerrar as portas do comércio desta cidade por três dias consecutivos; 2º) constituir uma comissão, composta dos presidentes dos partidos políticos locais (...) para irem, em comissão especial, à Capital do Estado, a fim de dar ultimatum aos senhores representantes do Poder Executivo e do Poder Militar (...), para tomarem conhecimento da deliberação tomada pela reunião efetuada em caráter de emergência, solicitando às mesmas providências urgentes, no sentido de que imediatamente sejam retiradas ou sustadas as atividades das já referidas companhias colonizadoras das terras em caráter litigioso na esfera judicial-federal, para o que determinam o prazo de três dias, (...) contados da data de apresentação deste memorial aos respectivos poderes, sob pena de dita Comissão se dirigir pessoalmente ao Poder Judiciário Federal, bem como, e muito especialmente, ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, numa atitude definitiva e num verdadeiro apelo para a solução aqui pleiteada."<sup>47</sup>

Já em Curitiba, a comissão inteirou-se de duas medidas importantes para o restabelecimento da paz no Sudoeste do Paraná. Uma delas foi a aprovação na Câmara dos Deputados, depois de arrastar-se por 6 anos no Congresso Nacional, da Emen-

<sup>47</sup>O Estado do Paraná, Curitiba, 12 de outubro de 1957.

da do Senado ao projeto legislativo que torna sem efeito a transação da Superintendência das empresas incorporadas ao Patrimônio da União com a CITLA.<sup>48</sup> A outra, foi a ordem do Governo do Estado de fechamento dos escritórios das companhias de terras. Este gesto, diante da derrota da CITLA e da situação de extrema gravidade reinante em Pato Branco e Francisco Beltrão, foi uma tentativa desesperada de conter o levante dos colonos impressionar as autoridades federais e evitar a intervenção federal.

A referida comissão depois de entender-se com o governador enviou radiograma a Pato Branco notificando a ordem de fechamento das companhias e apelando ao comércio e indústria para que reabrissem suas portas e voltasse a tranquilidade ao município<sup>49</sup>.

Mas em Pato Branco a ordem de fechamento dos escritórios das companhias muito pouco alterou o ânimo dos colonos que desejavam solução definitiva e apuração das responsabilidades das atrocidades sofridas. Não satisfeitos resolveram tomar posição, colocando uma guarda no campo de aviação e outras guarneecendo as entradas da cidade. A emissora de rádio local passou ao poder dos revoltosos, bem como as armas depositadas no Fórum e o rádio-telégrafo da Polícia Militar<sup>50</sup>.

O Juiz de Direito, Dr. José Meger, comunicando ao Corregedor Geral da Justiça do Estado que os jagunços da Comercial estavam postados nos arredores de Pato Branco com metralhadoras, pede providências urgentes e o envio de tropa do exérci-

<sup>48</sup> Diário do Paraná, Curitiba, 11 de outubro de 1957.

<sup>49</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 12 de outubro de 1957.

<sup>50</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 15 de outubro de 1957; Sob o signo do fuzil a terra da promessa. Revista Manchete, R.J. (289):71, 2 nov./1957.

to para garantir a segurança da cidade. Desaconselha o envio de reforço da Polícia Militar do Estado, dado o estado de ânimo da população<sup>51</sup>.

Nova Assembléia é convocada. Por aclamação popular "de-mite-se o prefeito que encontrava-se em Curitiba acompanhando a comissão pluripartidária e para substituí-lo elege-se uma **Junta Deliberativa**, cuja comissão executiva compunha-se de três advogados e dois médicos"<sup>52</sup>. Como se pode ver, as lideranças urbanas dos partidos de oposição - PTB e UDN- assumem a tutela do movimento transformando-o, acima de tudo, num confronto político-partidário que lhes trará bons frutos políticos no futuro.<sup>53</sup>

Segue-se o teor do telegrama que a **Junta Deliberativa** enviou às mais altas autoridades do país:

*"Em reunião hoje realizada povo município Pato Branco escolheu em Assembléia Geral comissão composta vinte e seis pessoas para constituir Junta Deliberativa sobre acontecimentos ocorridos ultimamente este município pt Junta Deliberativa escolheu nomes dr. Aparício Henriques vg dr. Natalício Fischer vg dr. Albino Mendes de Araújo vg para Comissão Executiva encarregada procurar fórmula capaz solucionar satisfatoriamente anseios colonos relativamente litígios terras e resguardar tranquilidade pública vg determinado policiamento cidade por intermédio pessoas capazes população local vg garantindo poderes constituídos vg repartições públicas vg residências familiares vg inclusi-*

<sup>51</sup> Tribuna do Paraná, Curitiba, 15 de outubro de 1957.

<sup>52</sup> Batizada pela imprensa de **Junta Governativa**. Tribuna do Paraná, Curitiba, 12 de outubro de 1957; O Estado do Paraná, Curitiba, 15 de outubro de 1957.

<sup>53</sup> A partir do movimento surgem novas lideranças políticas na região, como é o caso do então radialista e udenista Ivo Thomazoni, em Pato Branco e do médico, então Vereador pelo PTB, Walter Alberto Pecoits, em Francisco Beltrão.

ve podendo negociar junto autoridades competentes estaduais e federais especialmente poder judiciário medidas imprescindíveis solução rápida litígio terras União vg CITLA e suas subsidiárias em caráter definitivo já que assunto está na mais alta esfera judiciária do país pt Comissão Executiva colaborando autoridades judiciárias esta comarca procurando acalmar ânimos exaltados população evitando desprestígio desta rica região paranaense perante opinião nacional pt Povo Pato Branco exige policiamento região intermédio exército nacional vg única força capaz que rapidamente daria à população laboriosa tranquilidade necessária e volta ao trabalho cotidiano(...) Aconselhava manter no momento apenas destacamento comando Major Machado vg que se encontra distritos Doiz Vizinhos e Verê vg com o qual já foram conseguidos bons entendimentos pt Ordem fechamento escritórios companhias causou pouca influência ânimos colonos que desejavam solução definitiva e apuração responsabilidades praticadas pt Sds. Aparício Henriques vg Presidente vg Natalício Fischer vg Lineu Dondeo vg Jaury Souza vg Albino Mendes de Araújo vg membros Comissão Executiva pt.  
Pato Branco vg 10 de outubro de 1957<sup>54</sup>

A primeira atribuição que a Junta Deliberativa deu ao Major Machado, da Polícia Militar, foi a de fechar os escritórios das companhias nos distritos de Dois Vizinhos e Verê e prender seus agentes. Ali, no entanto, os policiais conseguiram prender apenas os cozinheiros das empresas, visto que os gerentes e capangas fugiram<sup>55</sup>.

Esse era o quadro encontrado pelo Chefe de Polícia quando chegou a Pato Branco acompanhado pelo Tenente-Coronel Buben Barra, observador da 5.<sup>a</sup> Região Militar. Imediatamente reuniram-se com o Juiz de Direito, o Promotor Público e a Comissão Executiva da Junta Deliberativa. Desse encontro ficou registrado o seguinte diálogo:

"O Chefe de Polícia, daí a pouco perguntava ao Juiz:  
- O senhor esteve presente à reunião em

<sup>54</sup> Tribuna do Paraná, Curitiba, 12 de outubro de 1957.

<sup>55</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 15 de outubro de 1957.

que foi constituída a tal Junta?

- Sim, senhor.

- Presidiu?

- Sim, senhor.

- Mas como? O senhor, um juiz...

- Compreenda, doutor. Eles tomaram uma iniciativa boa. A anarquia estava nas ruas.

- O senhor entregou as armas do Fórum aos revoltados?

- Sim, senhor. Me exigiram isso. Se eu não entregasse, eles tomavam. Tentei convencê-los: "Os senhores sejam mais humanos. Para que vocês querem estas armas?" Me responderam: "Para defender os nossos lares, se houver um ataque das companhias."

- Que repercussão vai ter isso! O Juiz entregar as armas do Fórum mediante carga!

- Não foi sob carga. Apenas o escrivão tomou nota dos nomes das pessoas a quem entregava as armas. E eles já estão devolvendo.

O Chefe de Polícia alterou a voz:

- Houve aqui evidentemente uma sublevação. Essa Junta investiu-se de funções privativas do Poder Público!

Chegaram, nesse momento, os bacharéis de Pato Branco. O advogado Lineu Dondeo fez a defesa dos colonos:

- Eles não atacaram os bancos. Não atacaram a coletoria...

- Também, se atacassem, seria a revolução.

O médico Aparício Henriques, mineiro, tomou a palavra:

- Havia 800 homens armados para invadir Pato Branco. Tivemos de nos organizar em comissão defensiva. Nós temos o dever cívico de defender os nossos lares. Criou-se uma situação "sui-generis" que a Constituição não prevê, que as leis não prevêem.

- A lei penal prevê, sim. A Lei de Segurança prevê, sim. Tanto prevêem que há até penas para esse crime.

O advogado Lineu Dondeo interveio:

- Passou-se tudo isso e não houve sangue. Esse era nosso objetivo: salvaguardar a nossa vida e a vida das nossas famílias.

- Também é o nosso, o da Polícia - disse o sr. Pinheiro Júnior-. Mas com uma diferença, nós somos o Poder Constituído."<sup>56</sup>

Muito embora a Junta Deliberativa houvesse concordado em entregar à Polícia Militar do Estado o controle da cidade, que foi seu por dois dias, mantinha-se reunida, observando os a-

<sup>56</sup> Segundo tempo no levante do Paraná. Revista O Cruzeiro, R.J., (53):6, 2 nov./1957.



04 - A imprensa apregoa a existência de 4 mil  
colonos em ruas de Francisco Beltrão,  
embora as autoridades tenham afirmado que  
não passam de 1 mil. O que importa é que  
marchem sobre a cidade uma multidão  
jamais vista ou imaginada de colonos  
armados.  
Argemiro Ovidio Junken

contecimentos, em permanente contato com a população.

Neste ínterim, a Rádio Colméia de Pato Branco pedia a solidariedade dos municípios vizinhos. Numa reação em cadeia, Francisco Beltrão, Barracão, Santo Antonio e Capanema aderiram ao movimento de Pato Branco. Mas é em Francisco Beltrão -local onde concentraram-se os jagunços foragidos da região de Capanema e Santo Antonio- que o movimento alcança maior expressão.

Em Francisco Beltrão os preparativos vinham de dias. A estação de rádio local convocava os colonos para atenderem ao chamado do capitão, mas não diziam qual capitão. No entanto, só havia um capitão em Francisco Beltrão: o do exército<sup>57</sup>. Atendendo a esse chamado sob forma de senha, uma multidão de colonos armados deixaram seus redutos e alcançaram, em 10 de outubro, a sede do município em caminhões, a cavalo e a pé. Vinham armados de velhos revólveres, carabinas, garruchas, facões, enxadas e pedaços de pau, decididos a lutar por seus direitos<sup>58</sup> (v. foto nº 4).

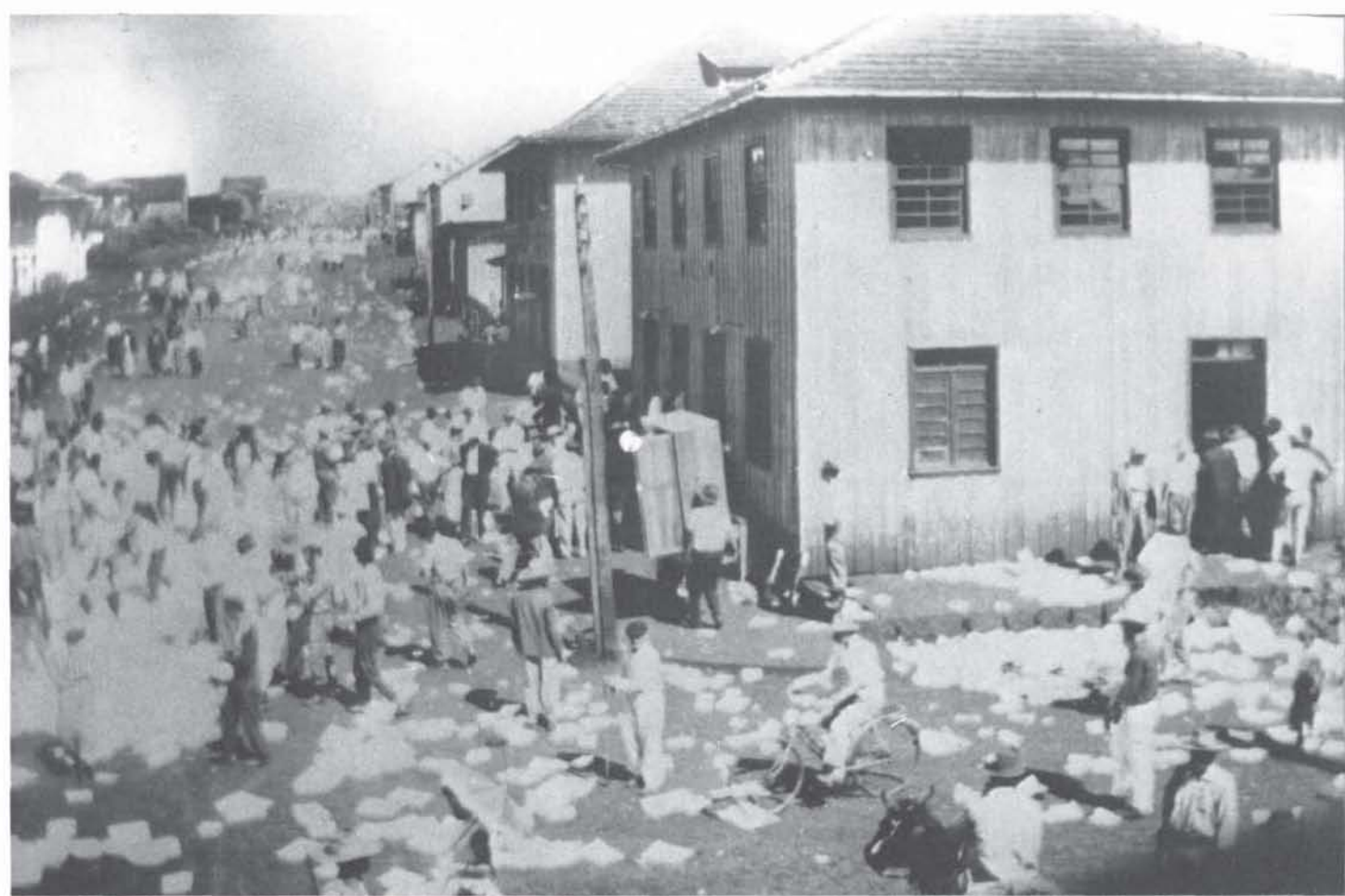
Tendo liderado os colonos revoltosos, o Dr. Walter Peçoits relata:

*"...depois de prender o Juiz(...) fomos à delegacia. Estavam lá oito policiais e doze presos. Fomos soltar os presos e prender os policiais (...) Soltei os presos e disse que voltassem assim que o movimento terminasse; o que eles cumpriram direitinho. Depois, guarneecemos a prefeitura, a coletoria e lançamos informa-*

<sup>57</sup> MARTINS, Rubens da Silva. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 12 jul./1983.

<sup>58</sup> O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, Edição extra. Curitiba, 14 de outubro de 1957; Sob o signo do fuzil... p. 73.; O levante de 57 no Sudoeste do Paraná. Revista Panorama, Curitiba, (252):10, dez./1977.





08 - Os colonos mudam e dividem os escritórios das Casas CITLA e Comercial em Francisco Beltrão.  
Arquivo Rubens Martins.



*ções pela rádio(...)*

*O pessoal das companhias, com toda a jagunçada, uns vinte e cinco homens, se meteu nos escritórios da Comercial. Fui até lá e fiz ver a eles que só restava se entregarem (...). Levados para o quartel, lá ficaram até o dia seguinte, quando viaturas do exército os transportaram até Clevelândia, onde foram soltos".<sup>59</sup>*

Em verdadeira marcha de guerra, cantando o Hino Nacional, os colonos dirigiram-se para os escritórios das companhias CITLA e Comercial, destruindo tudo o que havia dentro. Os documentos e as notas promissórias assinadas sob coação foram rasgadas e jogadas ao vento. As ruas da cidade ficaram brancas com os papéis e documentos das duas companhias (v. foto nº5).

Em seguida, a multidão dividiu-se em grupos que passaram a guarnecer as entradas da cidade e o campo de aviação<sup>60</sup>

Como retaguarda, isso é importante salientar, os colonos tinham a ação do Batalhão do Exército sediado na cidade. É o Dr. Rubens da Silva Martins, ex-Prefeito (PSD) e Delegado Especial de Francisco Beltrão na ocasião quem relata:

*"...na cidade quem assegurou todos os atos foi o exército. Foi o exército que colocou as metralhadoras em cima das capotas dos caminhões e dava proteção à rádio e proteção ao quebra-quebra nos escritórios das companhias(...). O exército garantiu a tomada da cidade pelas armas, imobilizou as autoridades; não fez nenhuma proclamação e não disse nada."<sup>61</sup>*

Diante desta situação inesperada, o Delegado reuniu os

<sup>59</sup> PECOITS, p.37.

<sup>60</sup> Ibid., p.37.

<sup>61</sup> MARTINS. Entrevista...





líderes pessedistas e disse-lhes:

*"...nós não temos armas e para fazermos frente a essa situação, teremos que nos servir daqueles bandidos, daqueles pistoleiros que dão cobertura à Cia. Comercial e eu não quero nada com essa gente. Então, entre uma coisa e outra, a opção é vocês debandarem e eu desarmo a polícia e com isso jogamos toda a responsabilidade nas mãos do capitão do exército."*<sup>62</sup>

Garantida a tomada da cidade, o Exército transferiu o controle aos civis e se retirou.

Aqui é necessário abrir parêntesis para destacar-se o sigilo com que posteriormente foi encoberta essa ação do Exército em Francisco Beltrão. Não foi dado na época a menor importância ou destaque para essa ação do Exército em favor dos colonos revoltados. Insistia-se em dar-lhe um caráter de normalidade e rotina.

Segundo o Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar, Gal. Mário Perdigão, o Exército agiu apenas como um elemento de *"catálise, pela presença"*<sup>63</sup>. Já para o capitão responsável pelo Destacamento do Exército em Francisco Beltrão, tudo não passou de um *"exercício de rotina um pouco mais intensificado"*<sup>64</sup>. Ou ainda, para o deputado petebista Antonio Anibelli tratou-se de uma *"omissão consentida"* do exército<sup>65</sup> (v. fotos nº 08 a 13).

A própria imprensa oposicionista não deu importância, nem documentou o envolvimento do Exército no episódio da tomada

<sup>62</sup> Ibid.

<sup>63</sup> Diário do Paraná, Curitiba, 15 de outubro de 1957.

<sup>64</sup> MARTINS. Entrevista...

<sup>65</sup> ANIBELLI. Entrevista...





08 e 09 - O Batalhão do Exército sobrado em Francisco Beltrão deixa seu acantonamento e sai para as ruas, garantindo a ação das unidades revolucionárias.  
Arquivo Rubens Martins.





10 e 11 - Plagantes de soldados do exército  
tomando posição de combate em  
Francisco Istria.  
Arquivo Rubens Martins







12 e 13 - Soldados do exército observando  
a saída dos colonos e garantindo o livre  
deslocamento de viaturas com colonos  
pelas ruas de Francisco Beltrão.  
Arquivo Rubens Martins.



da cidade de Francisco Beltrão pelos colonos. O que muito provavelmente se explica pelo fato de que quando o fotógrafo responsável pelas fotos clássicas do movimento -as que foram publicadas por toda a imprensa nacional- chegou a Francisco Beltrão, procedente de Pato Branco, a cidade já estava em poder dos colonos revoltados e o Exército já se recolhera ao seu acantonamento<sup>66</sup>. As fotos reveladoras da ação do exército foram, com efeito, tiradas por particulares, permanecendo em mãos do PSD que, naturalmente, não tinha interesse em divulgá-las, dadas as implicações desmoralizantes ao Governo do Estado. Além do mais, o que interessava para a oposição -imprensa e políticos- era ressaltar a atitude política dos colonos em enfrentar o poder constituído e fazer valer seus direitos de cidadãos. O destaque da participação do Exército, nesse contexto, diminuiria o brilho dos atores principais: os colonos.

Mas isso não era tudo. Sem dúvida, existiam implicações políticas mais profundas. Tratou-se de uma intervenção mascarada do Exército, devido a questões políticas. Foi a forma do Governo Federal intervir sem prejudicar frontalmente um governador do PSD. Armou-se toda uma estratégia para mostrar à opinião pública que o Governo Federal estava atento: deslocou-se o 23º Regimento de Infantaria de Blumenau e o 13º Batalhão de Cavalaria de Joinville; deixou-se ambos de prontidão em Porto União<sup>67</sup>; deu-se uma contra-ordem sustando a intervenção<sup>68</sup>; e, para surpresa do PSD paranaense, o Batalhão sediado em Fran-

<sup>66</sup> JANSEN, Osvaldo. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 15 mar./1984.

<sup>67</sup> O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, edição extra, Curitiba, 14 de out./1957.

<sup>68</sup> O Estado do Paraná, Curitiba, 17 de out./1957.



cisco Beltrão intervém diretamente, numa ação relâmpago, ga  
rantindo a tomada da cidade pelos colonos.

A partir daí ganha sentido a intervenção direta do Exército em Francisco Beltrão. O Exército, desta feita, em vez de exercer o monopólio da força em favor da classe dominante, como tem sido comum, exerceu-o em favor dos camponeses. Esta a atitude, muito mais do que uma manifestação político-ideolôgica, foi uma manifestação de força do Governo Federal, servindo de instrumento para a preservação do poder de Estado.

A não oficialização desta intervenção do Exército foi uma jogada política de tamanha astúcia que serviu para não prejudicar politicamente o partido detentor do poder, o PSD. O Governo Federal procurou, assim, satisfazer aos camponeses com a ação e a sociedade política com o silêncio. Em outras palavras, o Governo Federal, ao executar esta intervenção, buscou o consenso que é a condição essencial para a preservação do sistema hegemônico.

Prosseguindo, os colonos, ao assumirem o comando do município, indicaram um novo prefeito e fizeram da estação de rádio local o seu quartel general. A euforia tomou conta de todos e a praça principal de Francisco Beltrão transformou-se numa imensa churrascada <sup>69</sup>. Antes, porém, os colonos derrubaram o obelisco comemorativo da fundação da cidade que se encontrava na praça principal de Francisco Beltrão (v. foto nº 6).

Deve-se salientar que, ao contrário do que ocorreu nos escritórios das companhias de terras, nenhuma repartição pública sofreu depredações por parte dos colonos revoltosos. Quanto à segurança da cidade, declarou na oportunidade o Juiz de Direito de Francisco Beltrão:

<sup>69</sup>PECOITS, p.37.

*"Saques, roubos e furtos foram praticados na cidade. E o interessante é que não foram propriamente os caboclos ou os humildes posseiros que tais delitos cometeram; foram elementos de posição social na cidade."*<sup>70</sup>

Realmente, passou a fazer parte da crônica da cidade que elementos petebistas com posição social de destaque, inclusive alguns comerciantes, saquearam as casas dos funcionários das companhias, que às pressas abandonaram a cidade.

No auge do movimento, dia 12 de outubro, o Chefe de Polícia e o observador do Comando da 5ª. Região Militar chegaram a Francisco Beltrão, procedentes de Pato Branco, para negociar com os colonos. A presença do Chefe de Polícia exaltou ainda mais os ânimos dos colonos. Isto se devia às inúmeras promessas de solucionar o impasse, feitas em outras oportunidades e nunca cumpridas por essa autoridade.

Logo ao desembarcar do avião, o Chefe de Polícia foi preso pelos colonos, tendo sido escoltado por dois caminhões de colonos armados até a estação de rádio<sup>71</sup>. Lá avistou-se com uma comissão de colonos liderada pelo Dr. Walter Pecoits. Então, perguntou-lhes:

*"Que desejam os senhores?"*

*- As garantias que o Governo do Estado nunca nos deu -disse o Dr. Walter Pecoits.*

*- Que espécie de garantias?"*

*- A intervenção federal".*<sup>72</sup>

Após grande tensão, o Chefe de Polícia cede às exigências dos colonos, nomeando o Dr. Walter Pecoits como novo De-

<sup>70</sup> PECUCH, Miguel. Entrevista. Tribuna do Paraná, Curitiba, 23 de outubro de 1957.

<sup>71</sup> O Estado de São Paulo, S.P., 15 de outubro de 1957; PECOITS, p.37.

<sup>72</sup> Segundo tempo no levante... p.5.

legado Regional de Polícia de Francisco Beltrão - com promessas de liberdade de ação e apoio de um pequeno contingente policial na manutenção da ordem- e não se falava mais em intervenção federal e os colonos voltaram para suas casas satisfeitos.

Comprometendo-se a atender às reivindicações dos colonos o Governo Estadual voltava a controlar a situação em Pato Branco, Francisco Beltrão, Barracão e Capanema. Restava ainda Santo Antonio em poder dos colonos revoltosos, quando na manhã de 13 de outubro o Chefe de Polícia retornou a Curitiba.

O ânimo dos colonos de Santo Antonio ficou ainda mais exaltado com a presença na cidade de um titular da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que viera com a missão de realizar inquérito policial para fixar as responsabilidades nas emboscadas ocorridas nos dias 6 e 14 de setembro, na estrada Capanema-Santo Antonio.

Temendo a apuração das responsabilidades, um grupo de colonos -liderados por bandidos de renome, como Augusto Pereira e Pedro Santin, entre outros- atacou a Delegacia Regional de Polícia de Santo Antonio. Após rápido tiroteio, saíram feridos dois colonos, três soldados e o Delegado do DOPS<sup>73</sup>. As autoridades e o pequeno contingente policial da cidade fugiram para a Argentina.

Seguiram-se novos incidentes, como invasões e depredações de residências de elementos ligados às companhias de terras e várias prisões<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 16 de outubro de 1957; Diário do Paraná, 15 de outubro de 1957; O Estado do Paraná, Curitiba, 16 de outubro de 1957.

<sup>74</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 20 de out./1957; CINI. Entrevista...

Os colonos de Santo Antonio tinham como líder, o advogado Edú Potyguara Bublitz, muito admirado na região por defender os colonos judicialmente. Foi uma das primeiras vozes a vir a público acusar as companhias de terras pelas atrocidades e pressões sobre os colonos. Adversário visadíssimo do Governo, teve contra si pesadas acusações, tais como incitamento à subversão da ordem e exploração da boa fê dos colonos<sup>75</sup>.

Iniciaram-se entendimentos da Chefatura de Polícia com os colonos de Santo Antonio, através do rádio-telêgrafo da Polícia Militar. As exigências imediatas dos colonos eram: anistia geral, oficialização do delegado "nomeado" por eles, não remessa de tropas e não desarmamento. O governo prometeu anistia para os que não cometeram crimes e concordou com as demais exigências<sup>76</sup>.

Comprometia-se então o governo estadual a não perseguir os colonos do Sudoeste, a não efetuar prisões e apenas manter na região a força policial necessária para a manutenção da ordem. Contudo, bastou que os colonos concordassem em desocupar as cidades tomadas para que o Governo não cumprisse a palavra empenhada com os mesmos.

Na realidade o que o governo estadual visava ao ceder às exigências imediatas dos colonos do Sudoeste era, em primeiro lugar, restabelecer a ordem, na tentativa de sustar uma intervenção oficial de tropas do Exército — a que houve em Francisco Beltrão não foi oficializada —; em segundo, visava ganhar tempo até completar um plano de retomada do controle da região, via policiamento ostensivo. Para tanto, houve no

<sup>76</sup> Segundo tempo no levante... p.6.

<sup>75</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, 20 de outubro de 1957.

meações em massa na Polícia Militar do Paraná, que a essa altura estava com seu efetivo totalmente a serviços dos conflitos de terras no Estado<sup>77</sup>.

As atenções do Governo Estadual, a partir de então, voltaram-se para Francisco Beltrão e Santo Antonio, uma vez que foi nestas cidades que o Governo mais cedeu às exigências dos colonos, comprometendo seu controle político.

Em Santo Antonio chega de surpresa um contingente fortemente armado da polícia montada, comandado pelo Capitão Ariel Damasceno, que tomou o Posto de Saúde, entrincheirando-se com metralhadoras em posição de ataque à espera dos colonos. Estes diante do aparato bélico dispersaram-se<sup>78</sup>.

Em Francisco Beltrão a situação revelava-se mais delicada para o Governo, pois temia-se que uma ação de retomada da cidade e destituição do Delegado Walter Pecoits pudesse ocasionar um confronto direto entre Exército e Polícia Militar.

Na tarde de 22 de outubro, com efeito, cerca de trezentos soldados da Polícia Militar chegaram inesperadamente a Francisco Beltrão. De imediato, ocuparam o Grupo Escolar para alojamento dos soldados e instalaram duas metralhadoras de frente do mesmo<sup>79</sup>.

O comércio fechou suas portas, temeroso de um choque entre o Exército e a Polícia Militar.

A cidade ficou novamente tomada de colonos e a indignação pelo não cumprimento das promessas feitas pelo governo, tomou conta de todos.

O Exército, porém, mandou evacuar a cidade e, do lado oposto do Rio Marrecas, pôs-se em posição de combate, metra-

<sup>77</sup>Tribuna do Paraná, Curitiba, 26 de outubro de 1957.

<sup>78</sup>CINI. Entrevista...

<sup>79</sup>Tribuna do Paraná, Curitiba, 26 de outubro de 1957; O Estado do Paraná, Curitiba, 27 de outubro de 1957.

lhadoras instaladas e tudo o mais<sup>80</sup>.

Diante do impasse organizou-se uma reunião, na qual o Dr. Rubens Martins — Delegado de Polícia destituído pelos colonos que voltara à cidade juntamente com a tropa da Polícia Militar — em nome do Governo Estadual propôs:

- "1º) o Dr. Walter está destituído como delegado;
- 2º) eu não reassumo;
- 3º) vem um oficial de alta patente como Delegado Especial;
- 4º) não haverá prisões; e
- 5º) o governo promete anistia"<sup>81</sup>.

A comissão de colonos, depois de exigir que um oficial da Polícia Militar confirmasse a proposta em nome do governo, aceitou-a. Aí, o exército desmobilizou seu pessoal e os colonos retornaram a seus afazeres.

A confrontação havida entre o Exército — representante dos interesses federais — e a Polícia Militar — representante dos interesses estaduais — evidencia não só uma ruptura no interior do aparelho repressivo de Estado, como também uma crise hegemônica entre facções da classe dirigente-dominante, no caso o PSD nacional e o PSD paranaense.

A apuração das responsabilidades criminais dos incidentes de Capanema e Santo Antonio acabou por indiciar vinte colonos, dos quais oito foram coletivamente a juri popular e absolvidos, em 1958. Os demais foram anistiados mais tarde.<sup>82</sup>

A expulsão das companhias trouxe aos colonos apenas uma vitória parcial, visto que venceram mas ainda continuavam sendo posseiros, vivendo uma situação instável e insegura.

Foi necessário terminar o governo Juscelino Kubitschek

<sup>80</sup> MARTINS. Entrevista...

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> ANIBELLI. Entrevista...

para que a questão das terras começasse efetivamente a ser en caminhada para uma solução definitiva.

A única medida concreta tomada ainda neste governo, não foi tomada pelo Executivo mas pelo Legislativo, ao aprovar o Projeto de Anistia de autoria do deputado paranaense Jorge de Lima (PTB). Foi a primeira vez no Brasil que se concedia anistia para crimes comuns<sup>83</sup> e não políticos.

Somente em 1961 foi declarada de "utilidade pública para fins de desapropriação a gleba Missões e parte da gleba Chopim"<sup>84</sup>. Como também foi determinado "regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública"<sup>85</sup>.

Esta medida — também a primeira do gênero no Brasil — efetivou-se graças a compromisso político de campanha eleitoral do então candidato presidencial Jânio Quadros (UDN) com o PTB do Paraná.

*... Quando ainda em campanha, o Jânio Quadros me chamou e pediu o apoio do PTB do Paraná, ao que fui categórico: teria nosso apoio desde que desapropriasse as terras litigiosas do Sudoeste do Paraná*<sup>86</sup>.

O PTB paranaense, com efeito, votou em peso em Jânio Quadros. Este, num dos primeiros atos de seu governo, cumpriu a palavra empenhada dando o primeiro passo na direção de uma solução definitiva para o problema da luta pela terra no Sudoeste do Paraná: a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação das terras em litígio.

<sup>83</sup>LIMA, Jorge de. Entrevista concedida a Maria Cristina Colnaghi. Curitiba, 20 de abril de 1984.

<sup>84</sup>Decreto nº 50.379, de 27 de março de 1961. Diário Oficial da União, nº 71, de 27 de março de 1961.

<sup>85</sup>Decreto nº 50.494, de 25 de abril de 1961. Diário Oficial da União, nº 92, de 25 de abril de 1961.

<sup>86</sup>ANIBELLI. Entrevista...

O segundo passo foi dado pelo presidente João Goulart (PTB) ao criar, através do Decreto nº 51.431, de 19 de março de 1962, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP)<sup>87</sup>. Tratava-se de um órgão misto cuja finalidade e ra conciliar os interesses da União e do Estado do Paraná, programando e executando os trabalhos necessários à efetiva ção da desapropriação, bem como executando a colonização das glebas desapropriadas<sup>88</sup>.

O Grupo tinha forte presença militar pois ficava subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, sob a presidência de um representante do Conselho de Segurança Na cional.

A questão da terra incorporava-se, de uma vez por todas, à categoria dos assuntos de interesse da segurança nacional.

O GETSOP, até 1973 quando foi extinto, deu continuidade ao trabalho da CANGO, interrompido pela CITLA, executando a colonização das terras desapropriadas nos moldes assistencialistas que marcaram as atividades deste Núcleo colonizador.

Com a desapropriação das terras de Missões e Chopim, a União e o Estado do Paraná (primeiro governo Ney Braga) en traram num acordo, reconhecendo o domínio das terras como pú blico, de tal maneira que foi possível ao GETSOP proceder a titulação das mesmas em favor dos posseiros.

Do exposto conclui-se que as estratégias camponesas de senvolvidas no Sudoeste do Paraná, em resposta à dominação e exploração, foram estratégias conscientes que possibilitaram

<sup>87</sup>Diário Oficial da União, nº53 de 19 de março de 1962.

<sup>88</sup>Certidão do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, Livro nº4, fls. 61/62, de 18 de outubro de 1963.



a emergência de manifestações de organização coletiva em torno de interesses comuns. Tratou-se, antes de mais nada, de manobras conscientes do camponês-ator que estava lúcido quanto ao sentido de suas reivindicações.

Essas estratégias, entretanto, ao mesmo tempo em que davam organicidade à contestação, acentuavam o caráter subordinado da luta camponesa, fazendo-a assumir seu caráter político essencial que é o confronto dos camponeses com o capital e o Estado.

## CONCLUSÕES

## CONCLUSÕES

A luta pela terra no Sudoeste do Paraná, no final da década de 50, sendo um espaço de reprodução da violência, desvenda com nitidez o caráter político da luta e do confronto entre classes sociais, entre exploração e dominação, numa sociedade marcada por diferenciações sociais com base econômica.

O levante dos colonos é o clímax do processo de luta pela terra, a partir de uma população explorada e violentada que ao atingir um ponto de saturação insuportável descobre que subordinação não implica em ausência de poder.

Os camponeses do Sudoeste do Paraná souberam reconhecer o momento histórico oportuno de contra-atacar, evidenciando uma ação de classe manifesta que os transformou numa **classe pa**ra **si** no seu pleno sentido, muito embora o campesinato seja uma classe proibida de falar e de fazer sua história por ser uma classe subalterna, excluída do sistema hegemônico. Por conseguinte, estes camponeses para tornarem-se atores sociais tiveram que desenvolver estratégias de ação frente ao poder das classes dominantes. Foram estratégias de ação conscientes que possibilitaram a emergência da organização coletiva em torno de interesses comuns. Foram, portanto, estratégias inscritas na luta de classes, na medida em que conseguiram desenvolver uma ação comum no plano político, confrontando camponeses e capital.

Este confronto confunde-se com o confronto camponeses e Estado, uma vez que se entende o Estado como uma derivada do capital.

Se no Sudoeste do Paraná foi possível desenvolver-se tal confronto, o ponto de gerar um espaço de violência e expropriação, foi basicamente por dois aspectos:

- Primeiro porque permeando o processo de luta pela terra havia um conflito hegemônico entre facções do grupo dirigente-dominante - neste contexto o PSD nacional e o PSD do Paraná. A questão da terra, com efeito, era tratada como instrumento de manipulação política, visando a preservação do poder de Estado. No entanto, essa disputa política, antes de ser uma disputa ideológica, era uma disputa econômica, fundamentada na função decisiva, que o grupo dirigente-dominante exercia no núcleo essencial da atividade econômica.

O que efetivamente estava em jogo eram grandes interesses econômicos e políticos manifestos na região, por um lado, na transformação da terra em mercadoria e, por outro, no vínculo que unia o Governador do Estado ao grupo econômico proprietário das companhias imobiliárias que operavam na área de Missões e Chopim. Esse vínculo, ao mesmo tempo que evidenciava a submissão da ordem política à ordem privada, ou ainda, o exercício político do capital, selava grandes interesses econômicos e políticos contrários às reivindicações imediatas dos camponeses.

Os interesses em jogo conflitavam com a necessidade básica de reprodução camponesa: a terra.

A luta camponesa configura-se, pois, como uma luta de reafirmação da apropriação privada da terra, contra o monopólio da terra e o poder que ele engendra. Era, portanto, uma luta de contestação, ao mesmo tempo que uma luta subordinada.

- Segundo porque o aparelho repressivo de Estado ( judiciário e policial) garantiu - tanto pela morosidade e inércia,

como pela parcialidade e omissão - as condições políticas para o surgimento e manutenção dos mecanismos de dominação / subordinação de classe na sociedade sudoestina; o que evidencia a subordinação deste aparelho a uma unidade de comando, a da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detém o poder de Estado, no caso o PSD.

O contexto político-institucional do Sudoestes do Paraná caracterizava-se, desta forma, não pela ausência da lei, mas pela presença do trinômio violência-lei-burocracia.

A intervenção do Estado, controlando pela coerção de seu aparelho repressivo e encampando parte das reivindicações camponesas, fez-se no sentido de minimizar a tensão social, evitando que o movimento assumisse um caráter de contestação mais profundo e pusesse em risco a preservação do poder de Estado. É a partir daí que ganha sentido a intervenção do Exército a favor dos colonos em Francisco Beltrão.

O movimento camponês do Sudoeste do Paraná transformou-se, pois, num canal de confrontação política que ampliou o âmbito de sua organização e ressonância, fazendo chegar ao Estado e à opinião pública suas reivindicações, intervindo na constituição e dinâmica do poder político. Para tanto, precisou demonstrar que a luta de classes ultrapassa a ideologia, enraizando-se na infraestrutura econômica que gera relações de exploração que constituem a base das relações de classe.

## REFERÊNCIAS

## REFERÊNCIAS

### 1. LIVROS E ARTIGOS:

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (trad.), São Paulo, Martins Fontes, 1971, 120 p.
- ANAIS DO VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA. A propriedade rural. COSTA, Odah R. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 30 em zonas de povoamento, no Estado do Paraná. São Paulo, 1976, p. 817 - 841. Vol.II.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Origens e evolução do PTB. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, (4):99-116, out./1978.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade; lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. 402 p.
- BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre a História (trad.). São Paulo, Perspectiva, 1978. 294 p.
- BREPOHL, Marionilde D. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a História Regional. História: Questões e Debates, Curitiba, 2 (2):15-22, jun. 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1978. 210 p.
- CARDOSO, Jayme Antonio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. História: Questões e Debates, Curitiba, 2 (2):5-15, jun./1981.
- DUQUE, Ghislaine. Estratégias camponesas: ação de classe disfarçada. Encontro realidade nordestina. Campina Grande, UFPb., junho de 1979. pp. 221-46.
- FEBVRE, Lucien. Combats pour l'histoire. Paris, 1953.

- FOWERAKER, Joseph Wallace. The frontier in the South-West of Paraná, from 1940. B. Phil. thesis. Oxford, 1971. 100 p.
- GONZALES, Elbio Neris & BASTOS, Maria Inês. Migração interna e trabalho volante na agricultura brasileira. In: MOURA, Hélio A., coord. Migração interna; textos selecionados. Fortaleza, BNB, 1980. pp.975-1.022.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura (trad.). São Paulo, Cículo do Livro. 1982. 220 p.
- HOBBSAWN, Eric J. Os camponeses e a política. Ensaio de Opinião (trad.). Rio de Janeiro, (8):42-56, 1978.
- \_\_\_\_\_ Rebeldes Primitivos; estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX (trad.). 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 238 p.
- IANNI, Octávio. Relações de produção e proletariado rural. In: Vida rural e mundaça social. Org. Oriovaldo Queda. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976. pp. 148-59.
- \_\_\_\_\_ A luta pela terra. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1979. 235 p.
- LAZIER, Hermógenes. Francisco Beltrão; 25 anos. Francisco Beltrão, Ed. Folha do Sudoeste, 1978. pp. 8-23. Edição Histórica Comemorativa.
- LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. (trad.) São Paulo, HUCITEC, 1979. 153 p.
- \_\_\_\_\_ Una gran iniciativa. In: Obras escogidas. Moscou Ed. em Lenguas Extranjeras, 1948.
- MACCIOCCI, Mã Antonieta. A favor de Gramsci. (trad.). São Paulo, Paz e Terra, 1967. 301 p.
- MARANHÃO, Ricardo. O governo Juscelino Kubitschek. São Paulo, Brasiliense, 1981. 105 p. (tudo é história).



- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981. 185 p.
- \_\_\_\_\_ Expropriação & Violência; a questão política no campo. São Paulo, HUCITEC, 1980. 181 p.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte (trad.). In: Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978. pp.322-404.
- \_\_\_\_\_ O Capital (trad.). 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. pp. 309-412. Livro III, vol. 5.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso paranaense. São Paulo, HUCITEC, 1981. 235 p.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Mª Izaura. La "Guerre Sainte" au Brésil; le mouvement messianique du "Contestado". São Paulo, FFCL da USP, 1957. (Boletim nº 187).
- PICALUGA, Izabel Fontenelle. Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara. Petrópolis, Vozes, 1980. 218 p.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil. Sinopse da história regional do Paraná. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951. 26 p.
- \_\_\_\_\_.. O estudo da história regional; uma nota prévia. História: Questões e Debates, Curitiba, 2 (3):103/108, dez./1981.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico (trad.). São Paulo, Paz e Terra, 1967. pp. 19-81.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais (trad.). São Paulo, Martins Fontes, 1977. 354 p.
- PRADO JR., Caio. O sentido da anistia ampla. Revista Brasileira, Brasília, (4):1-15, mar./abr. 1956.
- \_\_\_\_\_. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Revista Brasileira, Brasília, (28):170-240, abr./maio 1960.

- RÊGO, Rubem Murilo Leão. Terra e Violência; estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Tese mimeo. São Paulo, USP, 1979. 138 p.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1978. 317 p. (Novas Direções)
- SEMINÁRIO NACIONAL; a questão da terra, Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, nov./1981. 276 p.
- SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1980. 108 p.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. de, coord. Migração interna; textos selecionados. Fortaleza, BNB, 1980. pp. 211-45.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Les classes sociales dans les sociétés agraires. Paris, Anthropos, 1969. 400 p.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1978. 182 p.
- VELHO, Octávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato; um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, DIFEL, 1976. 261 p.
- VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. Messianismo e conflito social; A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 353 p.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Trab. mimeo. Campinas, UNICAMP, 1979. 83 p.
- WESTPHALEN, Cecília Mª, PINHEIRO MACHADO, Brasil e BALHANA, Altiva P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Curitiba, UFPr, 1968. 52 p. (Boletim nº 7).

## 2. PERIÓDICOS:

- *Gazeta do Povo*, Curitiba.
- *Diário do Paraná*, Curitiba.
- *O Estado do Paraná*, Curitiba.
- *Tribuna do Paraná*, Curitiba.
- *Diário da Tarde*, Curitiba.
- *O Estado de São Paulo*, São Paulo.
- *Correio Paulistano*, São Paulo.
- *Última Hora*, Rio de Janeiro.
- *Diário da Noite*, Rio de Janeiro.
- *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro.
- *Diário de Notícias*, Porto Alegre.
- *Jornal O Dia*, Porto Alegre.

## 3. REVISTAS:

- *Revista Panorama*, Curitiba.
- *Revista Atenção*, Curitiba.
- *Revista O Cruzeiro*, Rio de Janeiro.
- *Revista Manchete*, Rio de Janeiro.

## 4. PUBLICAÇÕES OFICIAIS:

- ALCÂNTARA Filho, Hortêncio. *A questão da terra entre a União e o Paraná*; suscitada pelos decretos estaduais nºs. 300, de 03.11.1930 e 20, de 20.11.1931. Curitiba.
- *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Senado.
- *Anais do Senado*. Rio de Janeiro, Diretoria de Publicações.
- *Anais da Assembléia Legislativa do Paraná*. Curitiba.

- *As Terras da Superintendência das Empresas Incorporadas no Paraná; Os imóveis "Missões" e "Chopim".* Rio de Janeiro, 1953. 2º Folheto.
- *Certidão da Junta Comercial do Paraná.* Curitiba, 1953.
- *Certidão do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão, Livro nº 4, fls. 61/62, de 18 de outubro de 1963.*
- CODEPAR. *Desenvolvimento Econômico das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.* Curitiba, dez./1965. Vol. I.
- CODESUL/IPARDES. *Subdivisão posse e uso da terra no Paraná.* Curitiba, 1976.
- *Diário do Congresso Nacional, Seção I e seção II.* Rio de Janeiro.
- *Diário Oficial da União,* Rio de Janeiro.
- *Diário Oficial do Estado do Paraná,* Curitiba.
- INDA/GETSOP/AMSOP. *Pré diagnóstico sócio-econômico do Sudoeste do Paraná.* Curitiba, 1969.
- *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar "in loco" as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em qualquer outro ponto do território nacional.* Câmara dos Deputados, Projeto de Resolução nº 103, de 1965.
- *Resumo das eleições de 3 de outubro de 1955.* Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná.

## 5. ARQUIVOS

- *Arquivo da Assembléia Legislativa do Paraná.* Curitiba.
- *Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná.* Curitiba.
- *Arquivo particular do Dr. Flávio Cini.* Curitiba.

- Arquivo particular de Osvaldo Jansen. Curitiba.
- Arquivo particular do Dr. Rubens da Silva Martins. Curitiba.
- Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná. Curitiba.
- Arquivo da Sinopse da Câmara dos Deputados. Brasília.
- Arquivo da Sub-Secretaria de Análise do Senado Federal. Brasília.

#### 6. ENTREVISTAS:

- Antonio Anibelli
- Atílio Fistarol
- Carolina Almeida Fioravante
- Flávio Cini
- Jorge de Lima
- Oswaldo Jansen
- Rubens da Silva Martins..

**ANEXOS**

ANEXO 1 - ROL COTIDIANO POR ASSUNTO DA  
IMPrensa PERIÓDICA: SETEMBRO E  
OUTUBRO DE 1957

- Dados geográficos:

Gazeta do Povo (Ctba) - 01/10

O Estado do Paraná - 02/10, 12/10

Revista Manchete (R.J.) nº 286, de 12/10/1957

- Antecedentes do litígio: disputa jurídica

O Estado do Paraná - 17/09, 25/09, 28/09, 03/10, 05/10, 09/10, 12/10, 18/10, 25/10, 24/10, 29/10.

Tribuna do Paraná - 23/09, 11/10, 14/10, 18/10, 24/10.

Gazeta do Povo - 04/10, 05/10, 06/10, 08/10, 09/10, 10/10, 15/10, 26/10.

Diário do Paraná - 11/10

Diário da Tarde (Ctba) - 28/10

Revista O Cruzeiro (R.J.) nº 52 de 12/10/1957

Revista Atenção (Ctba) nº 3, de 1978

Revista Panorama (Ctba) nº 252, dez./1977

- Surgimento da CITLA:

O Estado do Paraná - 03/10, 04/10, 05/10, 09/10, 10/10, 23/10.

Gazeta do Povo - 04/10, 10/10

Tribuna do Paraná - 16/10, 22/10

Jornal O Dia (Porto Alegre) - 27/12/1949

Diário de Notícias (Porto Alegre) - 01/01/1950

Revista Atenção (Ctba) - nº 3, de 1978

Folha da Manhã (S.P.) - 04/10

- Envolvimento do Governador Lupion:

O Estado do Paraná - 17/09, 27/09, 02/10, 03/10, 04/10, 05/10, 06/10, 08/10, 09/10, 10/10, 18/10, 20/10, 27/10

Diário do Paraná - 28/09, 19/10

Correio Paulistano (São Paulo) - 04/10

Correio da Manhã (R.J.) - 04/10



Tribuna do Paraná - 11/10, 18/10

Gazeta do Povo (Ctba) - 04/10, 06/10, 08/10, 09/10

- Interesses econômicos e político-partidários e situação político-administrativa do Estado:

Diário do Paraná: 24/09, 25/09, 27/09, 29/09, 15/10, 18/10, 19/10

Gazeta do Povo (Ctba) - 29/09, 09/10, 13/10, 16/10, 30/10

Tribuna do Paraná: 04/10, 14/10, 16/10, 22/10, 23/10

O Estado do Paraná: 25/09, 28/09, 29/09, 16/10, 18/10, 24/10, 26/10, 31/10

Diário da Tarde (Ctba) - 18/09, 14/10, 15/10, 28/10

Revista Manchete (R.J.) - nº 286, de 12/10/1957

Revista O Cruzeiro (R.J.) - nº 52, de 12/10/1957

Revista Panorama (Ctba) - nº 252, dez./1977

- Posição do INIC (Cango):

Diário do Paraná - 20/09, 24/09, 25/09, 28/09

Gazeta do Povo (Ctba) - 04/10

O Estado do Paraná - 25/09, 04/10, 18/10

Tribuna do Paraná - 16/10

Revista Atenção (Ctba) - nº 3, de 1978

Revista Panorama (Ctba) - nº 252, dez./1977

- Medidas das autoridades:

Federais:

Tribuna do Paraná - 14/09, 15/10, 16/10

O Estado do Paraná - 28/09, 02/10, 04/10, 05/10, 10/10,  
12/10, 15/10, 16/10, 20/10, 24/10,  
27/10.

Diário do Paraná - 04/10, 15/10

Gazeta do Povo (Ctba) - 16/10

Estaduais:

Diário do Paraná - 28/09, 29/09, 15/10, 16/10

O Estado do Paraná - 15/09, 17/09, 28/09, 29/09, 04/10,  
10/10, 11/10, 12/10, 13/10, 16/10,  
20/10, 25/10, 26/10.

Tribuna do Paraná - 14/09, 01/10, 03/10, 11/10, 14/10,  
16/10, 26/10.

Gazeta do Povo - 26/09, 29/09, 01/10.

Diário da Tarde (Ctba) - 25/09

Revista O Cruzeiro (R.J.) - nº 52, de 12/10/1957

Revista Atenção (Ctba) - nº 3, de 1978.

- Atuação das companhias imobiliárias:

Tribuna do Paraná - 12/09, 24/09

O Estado do Paraná - 15/09, 17/09, 28/09, 03/10, 04/10,  
05/10

Diário do Paraná - 16/09, 20/09, 24/09, 27/09

Gazeta do Povo (Ctba) - 15/10

Folha da Tarde (S.P.) - 04/10

Última Hora (R.J.) - 04/10

Correio Paulistano (S.P.) - 04/10

Revista Atenção (Ctba) - nº 3, de 1978

Revista O Cruzeiro (R.J.) - nº 52, de 12/10/1957

Revista Panorama (Ctba) - nº 252, dez./1977

- Ocorrências ligadas ao levante:

O Estado do Paraná - 15/09, 02/10, 04/10, 05/10, 11/10,  
13/10, 12/10, 14/10, 15/10, 20/10,  
24/10, 25/10, 26/10, 27/10

Gazeta do Povo (Ctba) - 26/09, 28/09, 11/10, 15/10,  
16/10, 30/10

Tribuna do Paraná - 01/10, 11/10, 15/10, 16/10, 18/10,  
23/10, 24/10, 25/10, 26/10.

Diário do Paraná - 12/10, 15/10, 19/10, 26/10.

Última Hora (R.J.) - 04/10

O Estado de São Paulo - 16/10

Revista Manchete (R.J.) - nº 289, de 02/11/1957.

Revista Atenção (Ctba) - nº 3, de 1978.

Revista O Cruzeiro (R.J.) - nº 52 de 12/10/1957, nº 53  
de 02/11/1957.

Revista Panorama (Ctba) - nº 252, dez./1977

- Repercussão do assunto:

Gazeta do Povo (Ctba) - 01/10, 30/10

Tribuna do Paraná - 16/10, 24/10

O Estado do Paraná - 28/10, 11/10, 16/10, 24/10

O Estado de São Paulo - 16/10

Correio Paulistano (S.P.) - 04/10

Folha da Tarde (S.P.) - 04/10

Última Hora (R.J.) - 04/10

- Editoriais:

O Estado do Paraná: 28/09, 29/09, 02/10, 03/10, 04/10,  
05/10, 09/10, 10/10, 11/10, 12/10,  
18/10, 20/10, 26/10.

Gazeta do Povo (Ctba) - 12/10, 16/10

Tribuna do Paraná - 16/10, 18/10

Diário da Tarde (Ctba) - 15/10, 28/10

ANEXO 2 - CALENDÁRIO DA IMPRENSA PERIÓDICA:  
SETEMBRO E OUTUBRO DE 1957

12 de setembro:

Tribuna do Paraná:

- Desenvolve campanha contra a CITLA.

14 de setembro:

Tribuna do Paraná:

- Contém a emenda e o parecer favorável ao ato do Tribunal de Contas que nega registro à transação de terras do Patrimônio da União à CITLA.

15 de setembro:

O Estado do Paraná:

- Entrevista do Chefe de Polícia mostrando a evolução do conflito desde os acontecimentos do Verê (Pato Branco) até a emboscada entre Santo Antonio e Capanema. Relato das medidas tomadas em face desses acontecimentos.

- Entrevista do advogado Edu Potyguara Bublitz dando conta das atrocidades cometidas pelos jagunços das companhias, acusando a polícia de cumplicidade e mostrando as vantagens comparativas do preço da terra no Sudoeste e na Argentina.

16 de setembro:

Tribuna do Paraná e Diário do Paraná:

- Maiores detalhes da entrevista do Chefe de Polícia, destacando insistência das companhias em efetuarem rapidamente a venda das terras antes da decisão judicial. Confessa a incompetência da polícia, pois só após a decisão do Poder Judiciário poderá a região retornar à calma.

17 de setembro:

O Estado do Paraná:

- Editorial contra a atuação das companhias, mostrando como e porque a polícia não está de mãos amarradas para agir no caso. Apresenta maiores esclarecimentos da disputa jurídica.

- Partes do discurso de Antonio Anibelli e requerimento do deputado Jorge de Lima solicitando a imediata desapropriação da área em demanda, sem prejuízo do litígio, para acabar com os conflitos.

Diário da Tarde:

- "Vespas Políticas": sobre aprovação de parecer que transfere o Departamento de Terras da subordinação direta do Governador para a órbita da Secretaria do Governo.

18 de setembro:

Diário da Tarde:

- "Vespas Políticas": crítica ao discurso de Anibelli, acusando-o, juntamente com o INIC, de agitador - caso do telegrama também tratado no discurso.

20 de setembro:

Diário do Paraná:

- Fala das causas do conflito, pondo em cena os grileiros de terra, funcionários da Cango e posseiros versus companhias colonizadoras. Dá inclusive toda a responsabilidade da tocaia de 14 de setembro para o Cango, órgão do INIC.

23 de setembro:

Tribuna do Paraná:

- Diz que "de acordo com dispositivo constitucional, as terras contadas em sessenta quilômetros da faixa de fronteira, pertencem ao governo da União. Se ali já existiam colonos estabelecidos estes seriam os legítimos donos da terra, não cabendo a nenhuma empresa de grileiros assenhorar-se das aludidas glebas, por simples atos do governo estadual".

24 de setembro:

Tribuna do Paraná:

- Acusa a polícia de pactuar com os jagunços das Companhias.

Diário do Paraná:

- Desenvolve os antecedentes e complicações (sucessão de crimes e atentados), dando nomes às vítimas e às autoridades enviadas à região. Acusa os posseiros e a Cango e defende as companhias, muito embora fale mal de Lupion e da polícia, a quem acusa de pactuar com os posseiros.

25 de setembro:

O Estado do Paraná:

- A íntegra do discurso de Anibelli: maiores detalhes da emenda e do parecer: resumo do histórico judicial do litígio; cita um conflito ocorrido em abril em Capanema, bem antes do ocorrido no Verê.

Diário da Tarde:

- Publica portaria da Corregadoria Geral da Justiça do Paraná determinando aos Srs. oficiais dos Registros de Imóveis remeterem ao INIC relações detalhadas de todas as transações imobiliárias ocorridas nas respectivas circunscrições. Ver Diário do Paraná, 27/09.

Diário do Paraná:

- Entrevista dada pelo advogado Luiz Abs da Cruz (também aparece na edição de 24/09) onde acusa a Cango, aliada ao interesse dos antigos grileiros e políticos de desenvolver um plano de agitação da ordem pública.

26 de setembro:

Gazeta do Povo:

- Entrevista sobre a segunda viagem (24 de agosto) do Chefe de Polícia à região. Detalhes da emboscada do dia 14 e do clima reinante na primeira e na segunda viagem (segundo ele tudo voltou a normalidade).

O Estado do Paraná e o Diário do Paraná:

- Todos os dois trazem subsídios que vão compondo o quebra-cabeça do que ocorreu após a emboscada.

28 de setembro:

Diário do Paraná:

- Introduz um fato novo: um acordo entre o INIC (Cango) e a CITLA.

- Entrevista do presidente do INIC, Ministro Ramos de Alencar, onde acusa o CITLA e suas sucessoras de cometerem abusos contra as 40.000 pessoas que integram o Núcleo Colonizador da entidade.

Gazeta do Povo:

- Mostra entrevista do Chefe de Polícia concedida no Rio de Janeiro. Quanto aos fatos, fala do conflito de 2 de agosto em Verê, de 5 de setembro em Lageado Grande e o de 14 de setembro.

O Estado do Paraná:

- Na Câmara Federal Newton Carneiro requereu comissão parlamentar de inquérito.

- Diz Othon Mader: "apoiados em sua força fazem com que as decisões dos Tribunais de Conta e de Justiça não sejam respeitadas"... Prossegue discorrendo sobre em que pê se encontra o litígio (importante para mostrar a impunidade e a ilegitimidade da ação das companhias e mostrar que os colonos tiveram de fazer valer seus direitos na marra).

- Discurso de Anibelli onde lamenta e envergonha-se do assunto precisar ter ido a domínio internacional para o governo federal levá-lo a sério.

- Editorial onde fala da entrevista de Pinheiro Junior no Rio - onde este defende a atuação das companhias, dizendo



ser intriga da posição - e da omissão e inércia dos inquêritos policiais. Afirma que os funcionários das companhias ainda es tão operando na zona.

- Dá a opinião do Ministério da Guerra sobre o caso: "con sidera grave, sujeita até a intervenção".

Diário do Paraná:

- Fala da convocação e reunião do Governador, Chefe de Po l ícia e Comandante da 5ª Região Militar, com autoridades no Catete (Presidente da República, Ministro da Justiça, Chefe da Casa Militar da Presidência da República e Ministro da Guerra. (Importante ver a irresponsabilidade dos relatórios apresenta- dos).

27 de setembro:

O Estado do Paraná:

- Diz que Lupion viajou com o intuito maior de sustar a desapropriação das áreas em litígio. Para tanto a estratégia é apresentar a situação em calma e superada.

Diário do Paraná:

- Entrevista do advogado de Pato Branco, Iris Mario Cal l dart, onde diz que as companhias estão de portas fechadas e em seguida se contradiz dizendo que estão operando, ainda que de forma restrita, companhias em Pato Branco e Francisco Beltrão. Acusa a polícia de pactuar com os colonos. Mostra um discurso de defesa das companhias. Responsabiliza os políticos pela si l tuação e analisa os grupos econômicos em oposição e a situação do colono no meio deste fogo cruzado.

29 de setembro:

O Estado do Paraná:

- Editorial que dá uma panorâmica da situação político - administrativa do Estado.

- Entrevista de Pinheiro Jr. ao regressar do Rio de Janeiro, dizendo que a deficiência da polícia do interior é devida "a ingerência partidária". Mostra como são escolhidos os delegados e os seus consequentes compromissos. Fala em criar a polícia montada e no papel da polícia diante dos fatos.

- O udenista Edwino Tempski solicita a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Assembléia Legislativa do Estado.

Gazeta do Povo e Diário do Paraná:

- Também trazem a entrevista de Pinheiro Jr. na volta do Rio de Janeiro, falando em exploração política dos acontecimentos e da volta da normalidade na região.

Diário da Tarde:

- Sentido de ordem ou sentido político.

O Estado do Paraná:

- Irregularidades no DGTC.

01 de outubro:

Tribuna do Paraná:

- Confirma possível intervenção do exército. Diz, também, que o delegado especial, coronel Alcebíades Rodrigues da Costa exerceu igual função em Porecatu.

- As autoridades portenhas estariam auxiliando cada família com 50 pesos diários. Achado os cadáveres de dois posseiros num rio.

Gazeta do Povo:

- Discurso do senador Gaspar Velloso, onde trata da repercussão do teletipo da United Press e diz que o clima parece ao que motivou a intervenção de Alagoas. As autoridades que receberam relatório do Chefe de Polícia. Íntegra do relatório de Pinheiro Junior ao Governador Lupion. Zona limítrofe a três países, facilidade para criminosos.

- Tocaia de 14 de setembro.

02 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Pedro Santin, o comandante importado. No mesmo dia da batalha (14 de setembro) nasceu a trégua. Dados geográficos. Detalhes de como passaram a fronteira os colonos. A trégua nasceu de um erro fatal porque de um lado fez os colonos pegarem em armas, de outro lado, espantou para mais longe os jagunços.

- Editorial falando da dimensão e complexidade do problema.

- Discurso do trabalhista Jorge de Lima - falando da trégua que teria ocorrido porque o governador mandou as companhias pararem de operar.

- João Simões é chefe da Comercial Agrícola e um dos Diretores de uma das Carteiras do Banco do Estado.

- A parte de Anibelli, falando do mutismo que domina os colonos e que em Beltrão o povo não sai à rua de noite de medo.

03 de outubro:

Tribuna do Paraná:

- Requerida pelo udenista Edwino Tempski, com apoio de 15 parlamentares, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Estado do Paraná:

- Editorial discutindo cronologicamente o envolvimento de Lupion com o grupo da CITLA.

- O Governador Bento Munhoz da Rocha, diante da condição "sub-judice" das terras do Sudoeste, paralizou o recolhimento das sisas relativas a lotes transferidos pela CITLA (há explicações de como isto foi desrespeitado por Lupion).

- A CITLA entrou na região a partir de 1950.

- Há detalhes da organização que precedeu o movimento pro  
priamente dito.

04 de outubro:

Tribuna do Paraná:

- "Carta do Paraná" do deputado Libânio Cardoso ( sessão  
da Assembléia Legislativa de 03/10).

Ultima Hora (R.J.):

- Acrescenta algumas informações, tais como: os colonos  
antes de sublevarem-se buscaram ajuda na polícia que estava com  
prometida com as companhias, foi então que apelaram para o Con  
selho de Segurança Nacional, através da Comissão de Faixa de  
Fronteira. Esta enviou forte contingente do Exército para Bel  
trão, o que forçou as companhias a abrirem novos escritórios  
em Capanema, Pato Branco, Lageado Grande e Santo Antonio, zona  
de difícil acesso.

Folha da Tarde (S.P.):

- Os métodos usados pelas companhias: a proposta de ven  
da da gleba, o prazo para retirada da propriedade e, finalmen  
te, os métodos violentos.

- Fala da presença do Cel. Alcebiades, da trégua por ele  
conseguida, do forte reforço da Polícia Militar e nega que os  
colonos tenham sido desarmados e que tenham voltado ao traba -  
lho.

Correio Paulistano

- Confirma que embora não esteja a zona conflagrada em  
pé de guerra, tampouco foi extinta a conflagração. Dá o estado  
de espírito dos colonos, diz que os colonos sabem de quem é a  
terra e a quem devem pagar por ela: à União. Pergunta, então: mas  
onde está a União?

- A CITLA e Lupion.

Correio da Manhã:

- Transcreve sessão do Senado onde Othon Mader apresentou provas documentais da participação de Lupion nos acontecimentos.

- A CITLA e Lupion: Mario Fontana, "testa de ferro" de Lupion.

Folha da Manhã (S.P.):

- CITLA e do que se diz proprietária.

- Íntegra de um aviso da CITLA aos colonos.

O Estado do Paraná:

- Ainda sobre os antecedentes: atuação do INIC; como surgiu a Apucarana e o malogro desta companhia; desespero pelo dinheiro; última cartada, a violência; como foi brotando desde março o movimento de reação dos colonos (Pedro Santin); recuo dos jagunços em Santo Antonio e solicitação de ajuda da polícia.

- Othon Mader no Senado sugere a reforma agrária como única solução para o caso.

- Editorial - Lupion e a CITLA: como a CITLA desmembrou-se em Comercial e Agrícola Paranaense Ltda e Apucarana: dívidas de Lupion com João Simões e Jorge Amin Maia. Desconto das promissórias no Banco do Estado do Paraná. Ação prejudicada pelo pronunciamento da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados.

- Da Assembléia: Jorge de Lima defende a tese de que a única solução é a desapropriação, sobre o que Anibelle revela que já se encontra no Catete uma solicitação, um expediente, inclusive, já com o próprio decreto de desapropriação pedido pelo INIC. Após a viagem de Lupion ao Rio é demitido o presidente do INIC.

- "O Panorama Político": objetivos e finalidade de comissão parlamentar de inquérito.

Gazeta do Povo:

- Carta de Lupion onde nega participação na CITLA. Como surgiu a CITLA em 47; o histórico da demanda judicial; como surgiu a CANGO e a richa consequente; impasse entre desapropriação e titulação: União x Estado x CITLA.

Diário do Paraná:

- Senado: Gaspar Veloso conclama a Reforma Agrária, cujo projeto estava em tramitação no Palácio Tiradentes.

05 de outubro:

O Estado do Paraná:

- A partir de 6 de setembro; a ação dos "farrapos"; o envolvimento do "pau-de-arara" como jagunço; a viagem que foi cancelada e o erro fatal cometido pelos comandados de Santin (detalhes da emboscada).

- Assembléia Legislativa: Cândido de Oliveira Neto: "as terras em litígio pertencem ao Estado do Paraná", e da as razões.

- Contestação de Anibelli: confronta a escritura da CITLA com a carta de Lupion à imprensa, dizendo que este mente em datas para se livrar das acusações.

- Editorial: - Fraude no Departamento de Terras.

- "Não bastam as decisões judiciais ou parlamentares (no caso o Parlamento age como um juiz de um ato da administração impugnado pelo Tribunal de Contas), resturando direitos violados e tornando insubsistentes os ilegítimos. É preciso um autêntico plano de colonização".

Gazeta do Povo:

- Discurso de Candinho na íntegra. Citação da constituição Estadual, no tocante a cessão de terras e 2.º do artigo 84.

06 de outubro/08 de outubro:

O Estado do Paraná:

- O Deputado Federal Newton Carneiro lidera na Câmara dos Deputados a batalha contra a CITLA.

- Certidão onde um magistrado jura suspeição para atuar no processo da CITLA por ser amigo de Lupion.

Gazeta do Povo:

- Entrevista de Lupion no Rio, onde depois de fazer um discurso de apoio aos posseiros, fulmina: "Mas, é certo, por outro lado, que a posse legal das terras, por enquanto, pode ser do Estado, da União ou das companhias colonizadoras, menos dos camponeses".

09 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Discurso de Lacerda abordando: divisão de cartório para poderem registrar escrituras, manobra judiciária e posição do Conselho de Segurança Nacional a 22/01/57 sobre a transação ilícita.

- "Panorama político" a respeito das ausências de Lupion de Curitiba.

- Editorial falando que é preciso distinguir o aspecto policial do aspecto político.

Gazeta do Povo:

- Entrevista de Lupion e de Gaspar Velloso: "o alvo visado não é o Governador do Estado, mas o Paraná. Há intenção de volta do Território Federal do Iguaçu que sob a ação da bancada do PSD desapareceu na Constituição de 46". Explicações históricas do litígio. Lupion revela intenção clara desfavorável aos posseiros: "é evidente que aos posseiros, aos homens que estão lá agitando, é que não pertencem seja qual for a decisão

do judiciário". Ou ainda, "O Estado não pode desapropriar a terra e pagar o justo preço, porque ele não pode pagar terras que são suas por direito". Sobre os antigos posseiros, diz Lupion: "o direito de "uso-capião" não cabe contra terras devolutas e que estando "sub-judice" não cabe nenhuma ação de uso-capitão".

10 de outubro:

O Estado do Paraná:

Discurso de Anibelli onde fala que Mario Fontana da CITLA sózinho detinha quase 30 milhões de cruzeiros, num capital de 50 milhões. (Baseia-se em discurso de Othon Mader).

- Sobre a CITLA: transação ilícita e inconstitucional , sem concorrência pública conforme decretos e artigos.

- "Panorama": a comissão de inquérito da Câmara Federal atuará em conjunto com a da Assembléia Legislativa do Paraná. Golpe nos posseiros ao pretendê-los transferir para outra área.

- Editorial sobre o envolvimento de Lupion com a CITLA.

Gazeta do Povo:

- Discurso de Candinho sobre como se tornou cotista da CITLA: antes desta ter comprado o crédito de José Rupp. Faz uma defesa da CITLA frente ao litígio, dando o ponto de vista da União e o do CITLA.

11 de outubro:

Diário do Paraná:

- Câmara aprova, no dia 10, a emenda do Senado ao projeto legislativo que torna sem efeito a transação com a Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio da União e a CITLA. Dá o conteúdo da emenda. Ainda não seguiu a C.P.I.

Tribuna do Paraná:



- Pato Branco em regime de Junta Governativa: detalhes dos motivos que levaram a população a tomar tal medida. Tudo começou dia 7, dia 9 o comércio entrou em greve e somente dia 10 tomou-se providências.

- Discurso de Anibelli fala como se deu a criação desses municípios de fronteira após a anexação do Território do Iguaçu, em 46.

O Estado do Paraná:

- Sobre as ocorrências de Pato Branco. Conteúdo da nota oficial que fecha as companhias.

- Editorial dizendo que no mesmo dia da aprovação da emenda chegam a Curitiba as notícias de Pato Branco.

12 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Discurso de Anibelli tirando partido dos pronunciamentos que davam a região como calma. Documento que a comissão de Pato Branco (5 membros) entregou às autoridades.

- O deputado Jorge de Lima solicita da Junta Comercial certidões da Apucarana e da Comercial.

- Nome do morador que preside a junta.

- Só agora segue o 1º contingente de cavalarianos.

- O chefe de polícia viajou para Pato Branco.

- Editorial: Pato Branco começo e fim de um sangrento episódio. A Assembléia solicita a imediata posse das terras pela União. Discorre sobre o quanto seria nocivo aos interes - ses dos posseiros a posse pelo Estado das terras.

- "Panorama": assinado por oposicionistas e membros de partido que oficialmente apoia o governo o telegrama (23 deputados estaduais e 1 federal) pedindo a urgente posse das terras pela União e o envio de tropas do Exército. Juristas falam da legitimidade da ação proibitiva às companhias.

- Lott manda sondar a situação das estradas, de alimentação e de reserva de munição e gasolina para uma eventual situação de emergência.

Diário do Paraná:

- Diz a que autoridades estaduais foi entregue o memorial de Pato Branco e fala da ameaça deste memorial ser levado às autoridades federais.

Gazeta do Povo:

- Frei Policarno (vigário) é o chefe da comitiva que vem de Pato Branco, os demais membros dos partidos têm seus nomes citados. Comissão manda radiograma para Pato Branco. Comissão manda radiograma para autoridades federais contando do fechamento das companhias.

- Editorial: "O outro lado da história".

Tribuna do Paraná:

- Fala da ameaça do chefe de polícia a população revoltosa.

- Radiograma falando da reunião que escolheu em Assembleia Geral comissão composta de 26 pessoas para constituir Junta Deliberativa sobre acontecimentos (v. O Estado dia 13).

- Telegrama do correspondente dando conta da exaltação reinante.

- Região nas mãos do PSD, ou melhor dos grupos econômicos acobertados pelo PSD.

13 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Censura telegráfica aos despachos vindo do sudoeste. No dia 12 mais 100 homens da Polícia Militar do Estado seguiram para Pato Branco.

Gazeta do Povo:

- Críticas à atuação do PTB.

14 de outubro:

Diário da Tarde:

- Brada a existência de um plano conspiratório que visa transformar o Paraná numa nova Alagoas, provocando o choque das facções políticas que culminaria no "impeachment" do governador.

- "Vespas políticas" confronta telegrama da oposição com outro da situação.

Tribuna do Paraná:

- Comunicado oficial da UDN-Pr. frente às ocorrências do sudoeste: apanhado geral da situação econômico-social do Paraná. Considerando insuficientes as medidas tomadas pela Chefatura de Polícia, propõe outras seis medidas. Explicação do que é uma Sisa.

O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná:

- Edição extra sobre Pato Branco e Francisco Beltrão.

15 de outubro:

Diário da Tarde:

- Editorial, condenando o acordo entre UDN e PTB.

O Estado do Paraná:

- A C.P.I. da Câmara Federal não sai por falta de verba. Newton Carneiro pede a renúncia de Lupion.

- Juiz de Pato Branco vem a Curitiba falar com o Corregedor da Justiça. Revoltosos invadiram as dependências do Fórum levando armas do Cartório. (v. Rev. O Cruzeiro de 02/11).

- Juiz de Pato Branco, no dia 10, mandou telegrama relatando a situação ao Corregedor, onde fala que os empregados da Comercial postaram-se nos arredores da cidade com metralhadoras.

- Corregedor verificará situação "in loco".

- "Panorama": contra-ordem de Juscelino ao envio de tropas para o Sudoeste.

- Assembléia- discurso de Anibelli: importante notar o caráter progmatíco da junta governativa popular que "resolveu fazer um governo popular, porém, para respeito da ordem pública e das autoridades, solicitando a todas as autoridades maiores da Nação o envio imediato de tropas do Exército Nacional, única forma capaz, conforme via aquela população de Pato Branco".

Tribuna do Paraná:

- Delegado do DOPS - Licínio Barbosa - foi recebido com 3 tiros em Santo Antonio (v. Gazeta de 16/10 e Diário do Paraná de 19/10).

- Concentram-se tropas federais na cidade de Porto União.

O Estado do Paraná:

- Mais detalhes da tomada de posição em Pato Branco.

- "Os acontecimentos do Sudoeste paranaense vem estarrecendo a opinião pública de todo o Brasil. Episódios que marcaram, na história de nossa evolução cultural, política e econômica, o retorno degradante de um regime de caciquismo...".

- "Dizer quando e como tiveram início as conflagrações 'motivadas pela posse de terra ...', bem como esclarecer os princípios que culminaram com a reação do povo de determinada região, contra os desmandos de um grupo de situacionistas privilegiados que buscavam assenhorar-se, totalmente, das glebas devolutas do Paraná".

- Telegramas importantes sobre Pato Branco.

- Retido o Chefe de Polícia em Beltrão: exigiam os colonos o cumprimento de promessas anteriores.

Diário do Paraná:

- General Mario Perdigão nega que o envio de forças militares de Joinville para Porto União tenha qualquer relação com os acontecimentos do sudoeste do Paraná, tratando-se de mera rotina.

- Aventada a infiltração comunista.

- Entrevista do Chefe de Polícia que viajou para a região no dia 11 de outubro, acompanhado do Coronel Rubens Barra, observador do Comando da 5ª Região Militar. Estiveram primeiro em Pato Branco e depois em Beltrão. Dá a situação em Beltrão.

Gazeta do Povo:

- Entrevista do Chefe de Polícia, maiores detalhes sobre Beltrão.

- Assembléia: discurso do líder pessedista e aparte de Anibelli sobre Ofício do Presidente da República dizendo ao Senado da República que é contra a transação da CITLA com as Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (ofício nº 100).

- Aparte de Amauri Silva sobre a indústria da posse.

- Carta dos advogados da CITLA:

16 de outubro:

Tribuna do Paraná:

- Somente agora é que o Corregedor Geral da Justiça viajará para a região.

- Accioly Filho (deputado) teme a ocorrência de conflito armado na Assembléia e pede o desarmamento dos deputados e impede a presença de estranhos nos corredores que circundam o plenário.

- Jornais de todo o país comentam a gravidade da situação.

- Entrevista de Fernando Ramos de Alencar, presidente do INIC: detalhes da transação da CITLA.

- "Lupion é gov. do PSD e temos que sustentá-lo" diz o Sr. Vieira de Mello, líder da maioria na Câmara.

Gazeta do Povo:

- A oposição no Senado é liderada por Othon Mader e na Câmara Federal por Newton Carneiro.

- Em entrevista coletiva no Palácio do Catete, no dia 15, o Presidente da República declarou que desconhece a criação de Junta Governativa no interior do Paraná, acrescentando que até agora o Governo do Estado tem garantido a ordem na zona de litígio entre posseiros e as companhias de colonização.

- Detalhes sobre o tiroteio de Santo Antonio, onde ficaram feridos o delegado do DOPS, três praças da Polícia Militar e dois colonos.

- Detalhes da situação de volta à normalidade em Santo Antonio.

- Santo Antonio fica a apenas 35 quilômetros de Barracão entretanto as condições da estrada são péssimas. Transferência de forças de Barracão para Santo Antonio.

O Estado do Paraná:

- Licença de Lupion condicionada à renúncia de Accioly Filho da Presidência da Assembléia (fazia certa oposição ao governo dentro PSD).

- Câmara Federal: deputado Divonsir Côrtes após fazer apreciação sobre o projeto que tramitou no Congresso durante seis anos e só agora viu-se aprovado, estranhou que a proposição continuasse na Câmara, solicitando que a mesma fosse remetida ao Senado, visto ter sido aprovada já há dez dias.

- "Tapando o sol com a peneira": enquanto o Sr. Pinheiro Junior, dia 14, ocupava estações de rádio afirmando que a situação havia voltado à plena normalidade no Sudoeste - após sua intervenção - as agências telegráficas do país davam notícia do atentado que sofriam o delegado do DOPS e outras pessoas que o acompanhavam na região.

- O governo, a imprensa e rádios situacionistas batiam diariamente na mesma tecla, asseverando que atrás de toda agitação o que há é insuflação de políticos da oposição visando obter vantagens eleitoreiras.

- Por falta de verba não se procede a discriminação das fronteiras.

O Estado de São Paulo:

- Detalhes do movimento em Francisco Beltrão.

Tribuna do Paraná:

- Entrevista do Chefe de Polícia sobre sua ida a Pato Branco e Francisco Beltrão. Acusou os posseiros de não quere-rem pagar suas terras nem para as companhias nem para o Governo do Estado ou para o Governo da União.

- "Futuro sombrio": a evolução do conflito sob o enfoque do componês, das companhias e do Governo do Estado. Fala também sobre a inexistência de clima favorável a recriação do Território Federal do Iguçu.

O Estado do Paraná:

- "Amigos do grupo": sobre a tentativa de deputados do PSD tirarem da ordem do dia a votação da emenda do Senado.

- Juscelino recuou para não desvalorizar Lupion ainda mais.

- Sustada em meio a movimentação de tropas e Nereu Ramos (Ministro da Justiça) suspendeu o envio de emissários.

- Organizada C.P.I. na Câmara Federal.

18 de outubro:

Diário do Paraná:

- No Senado discurso de Gaspar Velloso: "transigindo com todos aqueles que estão contra o direito de propriedade, que não o admitem e procuram a subversão da ordem, no sentido da divisão total de toda a propriedade privada".

O Estado do Paraná:

- Entrevista do Prof. Sylvano Alves da Rocha Loures, ex-chefe do Serviço de Colonização do Ministério da Agricultura ' no Paraná, desde 1921: localização de colonos no Sudoeste; criação da Cango ; nada tinham que pagar pelos lotes; ata da reunião realizada em 1950 na sede da Cango, falando das entraves à execução do plano de colonização.

- "Único recurso": situação do governador e do PSD: único recurso é o afastamento do governador.

Tribuna do Paraná:

- Não há prefeito em Francisco Beltrão.

- Confirmada a detenção de Pinheiro Junior em Francisco Beltrão, só foi liberado porque consentiu com a nomeação de Walter Pecoits.

- Situação econômica regional delicada, diz coletor estadual.

- Assembléia- discurso de Chafic Cury: região Sudoeste tem mais de 120 mil habitantes, composta em sua esmagadora maioria por agricultores pobres. As companhias estavam fundamentadas num ato do Governo do Estado, que julga Chafic Cury ser o causador de tudo: a revogação da Portaria expedida no Governo Munhoz da Rocha, proibitiva da expedição de guias para a transmissão da propriedade. Ela impedia que as Coletorias Estaduais



fornecessem sisas de transferência de propriedades às companhias colonizadoras.

- "Bola de Neve": fala que as medidas são tardias; dá subsídios para acusar a ação e omissão do governo e toca na questão social do posseiro.

19 de outubro:

Diário do Paraná:

- Tinham os posseiros de Santo Antonio ordem para matar o delegado do DOPS. Detalhes do incidente e acusação frontal ao advogado Edu Potiguara Publitz.

- Assembléia: Anibelli levanta a questão do forjamento das assinaturas no telegrama ao presidente.

20 de outubro:

O Estado do Paraná - "Panorama":

- Somente no dia 19 foi entregue à Mesa da Câmara dos Deputados o requerimento de constituição da C.P.I.

- "Crise de desespero": a diferença entre Porecatu e o Sudoeste. Toca novamente na questão do magistrado que se diz impedido para apreciar a questão, tal o envolvimento do governador.

- Lupion botou a corda no pescoço dos prefeitos: deputado petebista Heitor Pereira Filho sugere quatro quesitos para por fim a contenda no Sudoeste.

- Entrevista de Flavio Cini sobre Santo Antonio.

22 de outubro:

Gazeta do Povo:

- Sobre a participação de Othon Maeder na venda da fazenda São Francisco de Salles à CITLA.

- Xerox da certidão da Junta Comercial (contrato social da CITLA).

23 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Entrevista de Othon Mader: "17 de novembro de 1950 a CITLA pratica a fraude que lhe dá posse de cerca de 500 mil hectares de glebas da União".

Tribuna do Paraná:

- Entrevista do Juiz de Direito de Francisco Beltrão: falou das violências da Comercial e da CITLA, afirmando que violências houve contra os colonos. Tanto assim que existem inquéritos e processos contra tais elementos. Quem duvidar que verifique no Cartório do Crime da Comarca. Os chefes do levante não são posseiros. Quanto a segurança "quase nenhuma, saques, roubos e furtos foram praticados na cidade. E o interessante é que não foram propriamente, os caboclos ou os humildes posseiros que tais delitos cometeram: foram elementos de posição social da cidade".

24 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Assembléia: Discurso de Anibelli lembrando que o acordo que o Chefe de Polícia fêz em Francisco Beltrão não está sendo seguido. No Paraná, a própria autoridade está desmoralizada.

- Sobre a mudança de tática da imprensa situacionista.

Tribuna do Paraná:

- Encontro frustado de colonos dos vários municípios com deputados, em Francisco Beltrão.

- Sobre a volta do prefeito de Capanema.

- "Time" dá notícias da situação até a época da publicação; dados da economia dos colonos e dados históricos do litígio.

25 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Sobre as armas encontradas dia 21/10 no escritório da Cia.Comercial e Agrícola do Paraná em Francisco Beltrão (armas privativas da polícia).

- Lupion assina decreto nomeando novo delegado para Francisco Beltrão.

- Prisão do advogado Edu Potyguara Bublitz.

- "Panorama": pronunciamento de ministro do Tribunal Federal de Recursos negando recurso da CITLA e favorecendo o Estado do Paraná.

Tribuna do Paraná:

- Sobre arsenal encontrado no escritório da Comercial em Francisco Beltrão.

26 de outubro:

Tribuna do Paraná:

- Tensão em Francisco Beltrão motivada pelo aparato policial: demissão de Pecoits; grupo escolar transformado em alojamento. O Chefe de Polícia não cumpriu com a palavra. Nomeação em massa na Polícia Militar do Estado.

O Estado do Paraná:

- Sobre a inconstitucionalidade da prisão do advogado Edu Potyguara Bublitz.

- Perigo da concentração de tropas.

- Assembléia: discurso de Anibelli sobre a prisão do advogado e o não cumprimento das promessas do Chefe de Polícia.

- Editorial: o papel da oposição segundo o ponto de vis-

ta situacionista: "conspirações" de intervenção e restauração do Território do Iguaçu.

Gazeta do Povo:

- Posição jurídica do Estado frente ao litígio: fala do registro e data da cessão de terras da gleba Missões à São Paulo - Rio Grande.

Diário do Paraná:

- Fala da participação de elementos estranhos nas agitações do Sudoeste.

- Acusação a Edu Potyguara Bublitz como comandante em Santo Antonio.

- Encarou-se o problema unicamente do lado policial, quando é um problema de fundo social.

27 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Senado: Othon Mader fala que a calma é um mero armistício. O que ficou combinado e o que vem sendo feito pela chefatura de Polícia.

- "Francisco Beltrão alarmada..." dia 22 de outubro, chegada de grande contingente de soldados, comandados pelo coronel Paredes.

- Demissão de Walter Pecoits.

- Entrevista Edu P. Bublitz: "Moisés Lupion na sua campanha para eleger os prefeitos daquela região afirmou, categoricamente, que as terras eram dos colonos. Entretanto, uma vez eleitos os prefeitos foram para lá e as companhias intitularam-se proprietárias absolutas das terras".

29 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Sobre o "decreto nº 300".

- Sobre as desgraças da CITLA que perdeu no Congresso Nacional, com a anulação definitiva do ato que lhe transferiu as terras do Sudoeste, perdeu no Tribunal Federal de Recursos que entendeu pertencerem as terras ao Estado do Paraná.

30 de outubro:

Gazeta do Povo:

- Dá o testemunho da imprensa carioca e paulista.

- Mentiras dos jornais estariam a serviço da politicagem undeno-petebista.

31 de outubro:

O Estado do Paraná:

- Sobre a possibilidade relutante do "impeachment".

ANEXO 3 - BOLETIM DA VIOLÊNCIA: ACONTECIMENTOS  
PRINCIPAIS QUE CARACTERIZARAM O FATO

Fonte: Imprensa periódica, documentos  
oficiais e História Oral

Período: de agosto a outubro de 1957

06 de agosto:

- Assassinato do vereador petebista pelo Verê, Pedrinho "Barbeiro".

27 de agosto:

- O Governador e o Chefe de Polícia são convocados a prestar esclarecimentos sobre a situação do Sudoeste às autoridades federais.

06 de setembro:

- Tocaia próxima a Lageado Grande: morreu Arlindo Silva, gerente da Companhia Apucarana em Capanema, e ficou gravemente ferido o jagunço Vilmar Pereira.
- Recuo dos jagunços que debandam de Capanema, indo se concentrar em Santo Antonio.
- Tensão na região, pois ficou se sabendo não só da firme disposição dos colonos em correr com as companhias da zona como a identidade dos homens que os chefiavam.

14 de setembro:

- Tocaia no km 17 da estrada entre Sto. Antonio e Capanema: morreram 7 pessoas, sendo que apenas duas eram funcionárias da Companhia Apucarana, os demais eram colonos que pegaram carona.

16 de setembro:

- Iminência de ataque a Sto. Antonio pelos colonos de Capanema: revide ao fato de terem sido ludibriados com a notícia de que na caminhoneta viajariam agentes da Companhia Apucarana.
- Providências imediatas da Chefatura de Polícia: envio de mais de cem homens para reforçar os destacamentos da região e de dois delegados com missão especial de desarmar os colonos.
- Iminência de ataque a Capanema pelos jagunços da Companhia Apucarana.

- Colonos interditam a estrada Sto. Antonio - Capanema, o aerporto e controlam o posto de rádio-telógrafo da Polícia.

18 de setembro:

- Chefe de Polícia reúne-se com comissão de colonos de Capanema em Fôz do Iguaçu.
- Mediação policial faz com que surja na região uma trêgua, caracterizada como paz armada, que em vez de acabar com a ação das companhias, apenas afasta-as para a região de Pato Branco e Francisco Beltrão.

05 de outubro:

- Saque e incêndio da casa de José Rodrigues, em Dois Vizinhos.

07 de outubro:

- Invadida, em Verê, outro Distrito de Pato Branco, a residência da família Zwicker. Espancados um colono e três filhos. Eles desenvolviam uma ação possessória contra a Companhia Comercial.

09 de outubro:

- O comércio de Pato Branco entra em greve geral, em sinal de protesto.
- Reunem-se os partidos políticos de Pato Branco para pedir providências contra os crimes praticados pelos capangas das companhias de terras.
- Guarnecidas as entradas da cidade por colonos armados. Controlam o rádio-telógrafo e a emissora de rádio local, além de apossarem-se das armas do Fórum.

10 de outubro:

- Câmara Federal aprova a emenda do Senado ao projeto legislativo que torna sem efeito a transação com a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a CITLA.



- Uma comissão de Pato Branco (Prefeito Harry Graeff e representantes do PSD, PTB, PSP, UDN e PRP) chega a Curitiba.
- Depois de entendimento da comissão com o governador, uma nota oficial informa: " Esgotados que foram todos os meios pacíficos de persuasão, o Sr. Chefe de Polícia determinou, hoje, o fechamento de todas as companhias de terra da zona sudoeste".
- Em Pato Branco, na ausência do Prefeito (em Curitiba) e do Delegado (nos distritos, fechando as companhias), realizou-se uma Assembléia, sob a presidência do Juiz de Direito, que constituiu uma Comissão Deliberativa composta por 26 pessoas. Esta Comissão elege uma Junta Deliberativa composta de três advogados e dois médicos.
- A Rádio Colméia de Pato Branco pede para o levante dos colonos a solidariedade dos municípios vizinhos.
- Francisco Beltrão adere ao movimento de Pato Branco convocando greve geral. O Exército garante a tomada da cidade pelos colonos revoltosos. O Juiz de Direito é preso em prisão domiciliar. Fogem as demais autoridades.
- Envio de reforço policial para a região.

#### 11 de outubro

- Começo da depredação dos escritórios das companhias em Francisco Beltrão. Viaturas do Exército garantem a evacuação dos funcionários das companhias.
- Assinado em Curitiba por opositoristas e membro de partido que oficialmente apoia o governo (PSP), telegrama pedindo ao Presidente da República a posse urgente das terras pela União e o envio de tropas do exército.
- O Ministro da Guerra, Teixeira Lott, manda sondar a situação das estradas, de alimentação e de reserva de munição e com-

- bustível, no caso de uma eventual situação de emergência.
- O Chefe de Polícia chega a Pato Branco, acompanhado do Tenente-coronel Rubens Barra, do Estado-Maior da 5ª Região Militar.
  - Em Curitiba a comissão interpartidária manda radiograma para Pato Branco noticiando a ordem de fechamento das companhias e pedindo o fim da greve geral.
  - O Sr. Pinheiro Junior entra em contato com os líderes do movimento e a Junta Deliberativa se dissolve, em face do fechamento das companhias. O Prefeito de Pato Branco reassume.
  - O Chefe de Polícia dirige-se, então, para Francisco Beltrão para parlamentar com os revoltosos. A solução para resolver o impasse é a nomeação de novo Delegado de Polícia, por exigência o chefe do levante na cidade: Walter Pecoits.
  - O Prefeito de Barração comunica ao Governador que sua cidade está na iminência de ser invadida. Os colonos de lá também aderiram ao movimento de Pato Branco.
  - Ordens ao Delegado de Santo Antonio para deslocar o destacamento para Barracão. Mas as estradas estão bloqueadas e há ameaça também em Sto. Antonio.
  - Idêntica ordem para o Delegado de Capanema. O Prefeito pede que não tirem as tropas "por amor de Deus".
  - O Delegado do DOPS, Licínio Barbosa, chega a Sto. Antonio para dar início ao inquérito referente a emboscada de 14 de setembro.
  - O Estado-Maior da 5ª R.M. passa a noite reunido com o Governador e o Presidente do Tribunal de Justiça.

#### 12 de Outubro

- "O Estado do Paraná" comprova a existência de censura telegráfica nos despachos vindos do Sudoeste.

- Mais 100 homens da Polícia Militar seguiram para Pato Branco.
- O Chefe de Polícia dá posse ao novo Delegado de Francisco Beltrão e retorna a Curitiba.
- Santo Antonio cai em poder dos colonos que marcham contra a Delegacia e ferem o Delegado Licínio Barbosa, do DOPS e mais três soldados. O resto do destacamento foi detido e as autoridades fugiram para a Argentina.
- Controlada a situação em Pato Branco, Francisco Beltrão, Barão e Capanema, o governo envia destacamentos da Polícia Militar (infantaria e cavalaria) para retomar Santo Antonio.

#### 13 de Outubro

- Iniciam-se os entendimentos entre o Chefe de Polícia, em Curitiba, e os revoltosos, em Santo Antonio, através do rádio-telegrafo da Polícia Militar.
- Os posseiros exigem:
  1. oficialização do delegado "nomeado" por eles;
  2. anistia geral;
  3. não remessa de tropas; e
  4. não desarmamento dos colonos.
- O governo promete anistia para os que não cometeram crimes e concorda com as exigências. Os colonos se dispersam.
- A UDN do Paraná em comunicado oficial à Assembléia Legislativa considera insuficientes as medidas tomadas pela Chefatura de Polícia e propõe outras 6 medidas para pôr fim a situação.

#### 14 de Outubro

- Contra-ordem de Juscelino suspendendo a intervenção de tropas do exército que se encontravam em União da Vitória, deslocadas de Joinville e Blumenau.

- Organizada Comissão Parlamentar Inquérito na Camara Federal.

#### 15 de Outubro:

- Presidente da Assembléia Legislativa, Accioly Filho, teme a ocorrência de conflito armado no recinto da Assembléia. Pede o desarmamento dos deputados e impede a presença de estranhos nos corredores que circundam o plenário.
- Jornais de todo país comentam a gravidade da situação.
- "Lupion é Governador do PSD e temos que sustentá-lo" - Vieira de Mello, líder da maioria na Câmara.
- Em entrevista coletiva no Catete, o Presidente da República declara que desconhece a criação de Junta Deliberativa no interior do Paraná.
- Em entrevista o Chefe de Polícia acusou os posseiros de não quererem pagar suas terras nem para as companhias, nem para o Estado, nem para a União.
- Ainda não há prefeito em Francisco Beltrão.

#### 21 de Outubro:

- Encontrado escondido no escritório da Cia.Comercial em Francisco Beltrão verdadeiro arsenal de armas.

#### 22 de Outubro:

- O Chefe de Polícia traíndo a promessa feita aos revoltosos manda para Francisco Beltrão enorme contingente policial-300 homens.
- Ocupação do Grupo Escolar como alojamento da tropa e instalação de duas metralhadoras em frente ao mesmo.

#### 23 de Outubro:

- É demitido o Delegado Walter Pecoits.
- Cerca de 100 famílias buscam proteção nas dependências da Cango.

- Comércio de Francisco Beltrão cerra as portas, em sinal de protesto.

24 de Outubro:

- Reune-se novamente a comissão instituída pelo povo durante os acontecimentos de semanas atrás em Francisco Beltrão e fica decidido o fim da greve de protesto e a volta ao trabalho.
- Governo assina decreto nomeando novo delegado para Francisco Beltrão: é da Polícia Militar.
- Nomeações em massa na Polícia Militar do Estado.
- Pronunciamento de ministro do Tribunal Federal de Recursos negando recurso da CITLA e favorecendo o Estado do Paraná.

## ANEXO 4 - HISTÓRIA ORAL

#### IDENTIFICAÇÃO:

- . Entrevistado : Dr. Rubens da Silva Martins
- . Entrevistadora : Maria Cristina Colnaghi
- . Transcrição : Maria Cristina Colnaghi
- . Duração : 2 horas
- . Local : Curitiba
- . Data : 12 de junho de 1983
- . Assunto : Levante de colonos do Sudoeste do Paraná,  
em 1957.

#### CONVENÇÃO:

- +++ = defeito na fita
- (-) = não dá para entender
- = tom baixo
- (---)= fugiu do assunto
- (...)= retomada após pausa com gravador desligado.

Entrevista gravada em 12 de junho de 1983, com Dr. Rubens da Silva Martins, ex-Prefeito e Delegado Especial de Polícia da cidade de Francisco Beltrão, na ocasião do levante dos colonos, em outubro de 1957.

**M.C.C.** - Dr. Rubens que tal o Sr. começar nos dando uma idéia do conflito de interesses em jogo nos acontecimentos do Sudoeste do Paraná.

**R.M.** - O bloco da U.D.N. - deputado Ostojá Roguski, Othon Mader e uma série de udenistas - faziam uma pressão tremenda e tinha o apoio no Paraná do deputado Zacarias Celemi.

Esse grupo era terrível em defender o patrimônio para os colonos. Eles achavam que a dação em pagamento com a qual o governo tinha cedido as terras em pagamento de uma dívida ... Não sei se você está lembrada da desapropriação da Estrada de Ferro?

**M.C.C.** - É claro, é a origem ...

**R.M.** - Eles achavam que o processo pelo qual o Governo Federal entregou aquilo em pagamento da dívida tinha sido uma fraude porque valia muito mais. Mas a verdade é que o governo cedeu a terra, elas foram tituladas, havia uma escritura em cartório e os donos da companhia - Rupp mais tarde se ligou à CITLA - eram os legítimos donos. Então, o que caberia política<sub>mente</sub> fazer era promover a anulação, em primeiro lugar, não procurar jogar o povo contra uma coisa que legalmente existia, tinha uma existência legal. Quando começou aquela notícia, aquela confusão eles mandavam emissários, gente do Governo Federal, observadores do Ministério da Guerra, da 5ª Região Militar, mas enviavam elementos interessados, ligados a facções políticas, não eram pessoas neutras. Eu acredito que estavam imbuídos da melhor das boas vontades, trabalhavam de boa fé, mas a verdade



é que eles eram manipulados pela facção contrária ao governo do Estado que visava com aquilo tumultuar a situação no Paraná e provocar uma intervenção federal. Havia uma tentativa neste sentido. Nós tivemos aqui o coronel Breno Pernetá, ele esteve em Beltrão e reuniu vários colonos lá no CANGO, dizendo que as terras realmente pertenciam aos colonos e que os colonos deviam defendê-la nem que fosse com o próprio sangue. Este é um recado importante, não é? E foi quando o Azevedo disse se não havia risco de se transformar o Sudoeste em um novo Contestado. Ele disse não; desta vez não. Nós estamos aqui (-) das armas e que eles estavam lá para assegurar e defender os colonos. Várias pessoas que foram lá agiram assim, como que encorajando o pessoal a pegar em armas e lutar contra as companhias de terras; quer dizer havia um objetivo e nós lutamos por isto também, no sentido de haver uma desapropriação.

Nós estivemos no Conselho de Segurança Nacional com o deputado Candinho, com o médico Flávio Cini, com o Angelo Camiloti, com todos os prefeitos do Sudoeste do Paraná - eu já não era mais prefeito -, em agosto. Em agosto nós propunhamos que houvesse gestões da Comissão de Faixa de Fronteira, do Conselho de Segurança no sentido de se obter a desapropriação das terras do Sudoeste e que elas fossem tituladas aos colonos que as ocupavam. Depois nós estivemos com o Juscelino, levamos um memorial (-)

**M.C.C.** - O que o Juscelino disse?

**R.M.** - O Juscelino, até foi muito interessante porque ele pegou e ficou em silêncio com o memorial e eu tive a má impressão que ele estava nos tapeando, né? Porque ele disse: "não, deixe que eu leio". E pegou aquilo e foi virando, foi virando, assim rápido. Hoje é que eu sei que ele fazia leitura dinâmica.

Depois ele fechou, largou o papel em cima da mesa e discorreu sobre o assunto, dizendo que estava a par e prometeu providências, né? Isto aconteceu em agosto e nós fomos ter o movimento em outubro.

**M.C.C.** - Um depoimento que eu tenho aqui do Dr. Flávio Cini publicado na revista "O Cruzeiro" diz o seguinte:

"Em fins de agosto uma comissão de prefeitos do Sudoeste do Paraná foi ao Rio de Janeiro expor ao Presidente da República, Ministro da Guerra, Conselho de Segurança Nacional e Comissão Especial de Faixa de Fronteira a situação. A situação nesta parte do Estado (-) o Dr. Flávio Cini, vereador do PSD em Santo Antonio, juntou-se a essa comissão e assim relatou: "O Presidente desconhecia por completo o assunto, ouviu-nos com interesse e prometeu solucionar o problema. Disse que iria falar com o Presidente do INIC, pessoa que deveria encarregar-se da questão". É verdade isso?

**R.M.** - O Juscelino não nos deu uma definição. Eu digo o seguinte: eu pensei que ele estava pró-forma, fazendo de conta que lia e ele quando largou o memorial em cima da mesa, discorreu de ponta a ponta sobre o assunto.

**M.C.C.** - Mas ele disse que desconhecia o assunto?

**R.M.** - Eu não tenho certeza assim no momento porque eu não tomei nota e essas coisas ... Eu sei que ele se mostrou interessado em estudar o problema.

**M.C.C.** - E ele não citou um ofício de n.100, uma mensagem que ele havia enviado ao Senado, onde fala sobre a questão e pede ao Senado que acelere a decisão; que ele achava inconstitucional e tal a transação. Ele não cita esse ofício?

**R.M.** - Não.

**M.C.C.** - Porque existe esse ofício, inclusive eu o achei em Brasília e é bem anterior à visita de vocês. Quer dizer, anterior a isso ele tanto já tinha conhecimento do assunto que já mandara mensagem ao Congresso.

**R.M.** - Ele pretendia o que na mensagem?

**M.C.C.** - Ele pretendia que se acelerasse a decisão do Senado. Eu tenho depois em outra parte do trabalho alguma coisa sobre a mensagem, onde ele pede que se decida e fazendo com que o Senado acelere a decisão. A impressão que se tem, e ele deixa claro é que achava ilegal a posse da CITLA sobre as terras.

**R.M.** - É a tal coisa era ilegal mas o processo era justo ...

**M.C.C.** - Havia uma escritura ...

**R.M.** - Havia uma escritura legalmente feita. Agora, se foi imoral é outro problema. Eu também acho que foi imoral. Existe muita coisa legal que é imoral (---)

**M.C.C.** - Depois desta observação do Dr. Flávio Cini eu fiz uma observação achando que ficava bastante difícil de compreender como é que um Presidente da República pudesse desconhecer um assunto que ele próprio anteriormente, em mensagem ao Senado, através desse ofício +++

**R.M.** - O aspecto político no Paraná é sui generis...

**M.C.C.** - É aí que eu quero saber.

**R.M.** - Nós, por exemplo, no Sudoeste fizemos uma campanha pró-Juscelino; tanto é que nosso slogan era: O Brasil tem um destino: redenção com Juscelino. Eu me lembro que eu tinha um Aero-Willys, o primeiro que saiu, e eu entrei com o meu carro por aqueles lugares que nem jeeptinha entrado, fazendo uma

campanha pela industrialização de São Paulo, pela emancipação do Brasil através da industrialização promovida por Juscelino, et. Pois bem, quando nós ganhamos as eleições e o Juscelino foi eleito, a situação na região ficou completamente contrária a nós, porque todos os cargos federais, todos os problemas da órbita federal eram resolvidos pelo PTB. O PTB mandava no Sudoeste...

**M.C.C.** - Isto por acordo do Juscelino?

**R.M.** - Por acordo; porque havia um acordo entre o PTB e o PSD.

**M.C.C.** - Na esfera federal?

**R.M.** - Na esfera federal. Então, o comando político na região na esfera federal era do PTB. Então você veja, nós que fomos vitoriosos em todas as linhas em Francisco Beltrão, nós tínhamos feito o Prefeito, nós tínhamos o nosso candidato a Presidente da República eleito, o nosso governador ... E, no entanto, o PTB continuou mandando na região. E aí é que a Colônia, era o INIC naquele tempo, o Núcleo General Osório ...

**M.C.C.** - A CANGO ...

**R.M.** - Não, depois da Colônia Agrícola General Osório e la passou a ser um núcleo do INIC, não é? Mas ainda era a CANGO naquele tempo; no começo era CANGO. Então, quem resolvia os problemas era o Governo Federal, no ministério que estava nas mãos do PTB.

**M.C.C.** - Certo, porque o vice-presidente era do PTB, né?

**R.M.** - Também o vice-presidente era do PTB. Este era um problema político sério na região, tanto é que houve choque. Mais tarde(-) começou a surgir a UDN que não existia; porque durante muito tempo o poder político foi dividido entre dois grupos aparentemente antagônicos que na realidade não eram...

M.C.C. - Foram criados pelo Getúlio ...

R.M. - Não, lá na região. No município, por exemplo, nós tínhamos a política do PTB e do PSD, mas estavam nas mãos de uma família só que eram os Martins.

M.C.C. - Isto é interessante.

R.M. - É interessante? Você veja que era o Cândido Machado de Oliveira Neto, por um lado, e o Anibelli, por outro. Eram verdadeiras batalhas.

M.C.C. - Batalhas verbais ...

R.M. - Eram verdadeiras batalhas e havia até mortes de ambos os lados. A paixão política envolvia a todos, mas na realidade eles estavam dividindo o bolo pelo meio. Eles eram parentes, eram amigos ...

M.C.C. - Então o Sr. acha que a UDN entrou para esquentar mais ainda os ânimos?

R.M. - É, e quando a UDN entrou, ela entrou se liberando desses dois grupos. O PTB tinha as facilidades junto ao Governo Federal, em decorrência do acordo político, a UDN então se aliou ao PTB. Foi naquela ocasião que surgiu a UDN. Foi quando surgiu aquele líder de Pato Branco que foi depois deputado federal, o Tomazoni. Era um batalhador ...

M.C.C. - Era da rádio, né?

R.M. - Ele se projetou através da revolução agrária, como se projetaram o Pecoits, o Olívio Reinaldi, o Francisco Cristófan, etc., etc. Eu sempre disse que os movimentos dessa natureza nunca foram feitos... Os seus promotores não visam o bem comum e a felicidade do povo. Isto é conversa. Quem fêz o movimento — e eu acredito que em toda a nossa história foi assim, até a história dos bandeirantes, etc. — fêz visando o seu progresso. Você veja, depois da revolução os líderes passaram a

ser proprietários de serrarias. Eu tenho os alvarás da Prefeitura que mostram que depois eles passaram a serrar pinheiros, etc. e tal. Então, eles estavam lutando para liberar os colonos ou estavam lutando para pegar um pedaço para eles? Esta é a verdade. Você veja por exemplo os bandeirantes, eles não iam para fazer a grandeza do Brasil eles iam em busca de enriquecimento próprio. Sempre foi assim e no Sudoeste a mesma coisa. Os idealistas geralmente nunca tomam posição.

**M.C.C.** - Na sua opinião qual o papel dos colonos neste jogo de interesses?

**R.M.** - Bem, os colonos tinham razão. Os colonos passaram a viver um momento de angústia. Em Pato Branco, por exemplo, havia uma onda de boatos. Em Pato Branco chegavam notícias de que em Beltrão famílias estavam sendo dizimadas, mulheres estupradas...

**M.C.C.** - Nesta época o Sr. era delegado?

**R.M.** Não, não. Eu fui delegado numa emergência, quando houve uma chacina lá em Santo Antonio. Depois da chacina eu já tinha um documento para numa emergência assumir.

**M.C.C.** - Então um mês ou dois antes da revolução é que o Sr. assumiu?

**R.M.** - É mais ou menos.

**M.C.C.** - Ah, inclusive o Chefe de Polícia ocita isto quando faz a sua defesa, por ocasião daquele episódio de troca de delegado, quando o Pecoits assumiu, ele lhe defende e fala desse compromisso, fala de Santo Antonio... Mas o Sr. teve jurisdição sobre Santo Antonio?

**R.M.** - Sobre Santo Antonio não. Eu assumi... eu acho até que eu participei dos acontecimentos para evitar derramamento' de sangue. Você veja, por exemplo, no dia, na véspera da toma

da de Beltrão eu tinha em minha casa o coronel Kandrik que estava em casa nos visitando. Era mais ou menos meia noite, quando eu recebi um papel de telegrama manuscrito, deste major Machado de Pato Branco, pedindo para mandar armas e soldados para lá. Eu então estranhei: um caminhão que não tinha soldados, civis estavam na cabine, o portador também não era da polícia. Então mostrei para Kandrik e disse: não vou mandar. O coronel então disse: "pode mandar, eu reconheço a assinatura do major Machado". Eu ainda ponderei. se a situação está tensa em Pato Branco e ele precisa de reforço, nós vamos desguarnecer a cidade. E ele disse: mas não, nós temos o exército aqui, eu acredito que com o exército aqui não haverá isto. "Eu disse": tudo bem. Também o que nós vamos fazer com meia dúzia de metralhadoras e oito ou dez soldados se houver um tumulto generalizado". Então, nós mandamos, ficamos com seis praças só.

M.C.C. - Tinha quantos?

R.M. - Eu mandei acho que uns oito, por aí. E você veja, na manhã seguinte o exército tomou a cidade. Não foi o Pecoits que tomou a cidade.

M.C.C. - Foi o exército?

R.M. - O exército tomou a cidade.

M.C.C. - Isto na manhã seguinte... Sábado foi o dia de maior movimento, quando o Chefe de Polícia chegou a Beltrão, no dia 12...

R.M. - Não, isto foi muito tempo depois; foi três dias depois do movimento. Deixa eu historiar o fato de como eu assumi a delegacia.

M.C.C. - Pois não.

R.M. - Eu já tinha estado no Rio, já tinha estado com Juscelino, já tinha pedido a intervenção, eu já tinha substituído a polícia de Beltrão que era considerada comprometida com as companhias de terras. Então eu achava que nós deveríamos levar gente nova para lá e que qualquer pessoa que tivesse vínculo com as companhias de terras devia ser substituída. A nossa preocupação era de que a polícia não fosse envolvida com jagunço de companhia de terra. Então nós já tínhamos promovido a substituição; tinha ido até um sub-tenente para lá, aliás um tenente, eu não me lembro agora o nome dele. As coisas estavam tão tensas que eu instalei uma sirene no meu jeep, tirei a capota de lona e eu chegava desarmado com a sirene ligada para anunciar para todo o mundo que era eu que estava chegando. Levava este tenente comigo para conhecerem. Aí, o povo aparecia e eu dizia que realmente a situação estava tensa, mas que eu tinha adotado tais e tais providências, que ele estava recebendo ordens para não mais revistar os colonos, que deveriam continuar portanto com suas armas - tal era o desespero e a angústia de todo o mundo -, que a polícia estava lá não para causar dano aos colonos e sim para protegê-los, que eles ficassem tranquilos e só lhes pedia que não fossem armados nas bodégas, mas que continuassem com suas armas para defender suas famílias. Esta é uma grande verdade, pois em Pato Branco diziam que estavam trucidando gente em Beltrão e em Beltrão diziam que estavam trucidando gente em Pato Branco. A coisa não era bem assim, havia movimento de bandidos foragidos lá que com aquela desordem começaram a se aproveitar, cometendo crimes, etc. Houve alguns atritos também entre colonos e jagunços (-) Então eu fiz este trabalho preliminar no sentido de levar aos colonos a certeza



de que a polícia não estava ligada às companhias de terras. Eu tinha de fazer isto, também, no sentido de deixar bem claro que o PSD e companhia de terra eram coisas bem distintas. A única falha política que nós fizemos foi de ter permitido que o nosso presidente do Diretório fosse gerente da CITLA; esse foi um grande erro, um grande erro. Porque o Julio era um elemento intocável, ele foi usado, ele era um camarada intocável, ninguém podia dizer nada - boníssimo, honesto, humanitário (-) tirava o dinheiro do bolso, emprestava para a pessoa resolver seus problemas. Então eles usaram o Julio e com isso houve um envolvimento político. Agora, se nós tivéssemos afastado o Julio do Diretório, o PSD não teria sido envolvido, mas nós não podíamos fazer isto, considerando a pessoa dele que era um elemento inatacável. Bom...

**M.C.C.** - O Sr. parou na noite anterior...

**R.M.** - As coisas estavam tensas e eu tomando estas medidas. Andava de jeep, com a sirene aberta, entrava por aquele mato conversando, tranquilizando, dizendo que a polícia tinha sido substituída, ninguém era ligado às companhias de terra...

**M.C.C.** - O Sr. estava prevendo ou já estava sabendo que o movimento ...

**R.M.** - Mas desde agosto nós já tínhamos ido ao Rio, eu já tinha feito um ofício ao Chefe de Polícia dizendo da situação e que a polícia tinha que mandar um reforço para a região.

**M.C.C.** - Não mandaram?

**R.M.** - Não mandaram.

**M.C.C.** - O Sr. esteve com o Lupion?

**R.M.** - Eu estive com o Lupion, também. Estive com o Chefe de Polícia, mandei ofício dizendo que havia necessidade ur

gente da Polícia mandar viaturas, porque as autoridades quando precisavam de um jeep o que iam fazer? Iam pedir os jeeps dos comerciantes locais. Quem tinha condução na região? As companhias de terras. Então, isto dava uma ligação que era interpretada como se a polícia estivesse trabalhando para as companhias de terra. O Penso foi acusado disto, o Angélico Penso, mas não foi. Eu tive ocasião de fazer a defesa dele. Morria o cidadão no mato, havia um acidente, a polícia não tinha recursos de a lugar um carro para ir, eram os comerciantes que cediam as suas viaturas. Quem tinha maior número de viaturas lá? As companhias de terras.

Mas como eu estava lhe dizendo na noite que precedeu (-) eu estava com o Kandrik em casa — não este coronel de agora, o velho Kandrik — quando chegou o caminhão com o pedido do major Machado.

**M.C.C. - De Pato Branco.**

**R.M. -** Quando foi na manhã seguinte o exército ocupou a cidade. O exército sitiou a Prefeitura, sitiou a Delegacia, a casa do Juiz, quer dizer com as metralhadoras voltadas para a porta da casa do Juiz e protegeu a estação de rádio que proclamava um estado de revolução no Sudoeste. Você veja bem, os militares de costas para a estação de rádio, como que a intimi - dar a ação de qualquer autoridade. Mas na casa do Juiz eles estavam de frente. Quando eu vi o movimento — e eu já sabia o que estava acontecendo em Pato Branco — eu fui à casa do Juiz Miguel Pecuch. Três ou quatro vezes o exército me bloqueou, com as metralhadoras quase encostadas no meu peito, mas não dizia nada, foi ação de presença, ação catalizadora, como mais tarde disse o General Perdigão, comandante da Região Militar. Não diziam nada, eu fazia um aceno de mão, acelerava um pouquinho, o

círculo abria e mais adiante me fechavam outra vez. Me fecharam umas três ou quatro vezes. Chego na casa do Juiz e ele me diz: "Dr. eu não sei se estou protegido ou se estou preso". Responde: "para que lado está a boca da metralhadora? Não está para sua porta? Pois o Sr. se considere preso". Daí o Juiz me mostrou um ultimato que recebera do Dr. Walter para que ele pedisse a intervenção federal na região, devido a falência das autoridades; assim em termos dramáticos. Eu disse não, o Sr. não pode mandar isto e redigimos um outro: recebemos um ultimato assim, assim (-) e ao Governador do Estado: Dissemos que Pato Branco já tinha sido tomada e que o ultimato ameaçava, inclusive, a segurança das famílias de Beltrão, pois dizia que não poderiam se responsabilizar se o Juiz não tomasse aquela providência. Então, nós redigimos um outro e fomos ao quartel do exército. Fomos recebidos pelo comandante: "Capitão o meritíssimo está interessado em saber qual a razão do aparato bélico?" Ele disse: "não, em absoluto, isto é apenas um exercício de rotina um pouco mais intensificado. "Veja bem. Então, eu disse: "olha capitão se o Sr. não sabe ainda eu quero lhe relatar que Pato Branco caiu nas mãos de agitadores e estão prometendo igual sorte para Beltrão, então o Dr. Juiz gostaria que o Sr. enviasse esse telex; telex não...

**M.C.C. - Radiograma.**

**R.M. - Radiograma,** para o Presidente do Tribunal, para o governo do Estado, em face dos acontecimentos. Eu queria aproveitar a oportunidade para lhe avisar que desarme a polícia, guardei as armas, recolhi os soldados e a cidade não tem mais policiamento. Fechei os escritórios das companhias de terras. Foram medidas que eu tomei para evitar derramamento de sangue e quero lhe cumprimentar pela feliz iniciativa que o Sr.

teve de pôr a tropa na rua, e lhe comunicar também que oficieei ao Presidente do Tribunal, mandei um enviado, dizendo que entreguei em suas mãos a segurança da cidade". Ele disse": mas eu não posso tomar isto. "Eu respondi: "eu sei que o Sr. não pode, mas o Sr. tomou. Meus parabéns. "Realmente eu tinha mandado um cidadão a Curitiba, num aviãozinho que estava lá...

M.C.C. - A essa altura já havia saído a ordem de fechamento das companhias?

R.M. - Não, não. O fechamento das companhias, o fechamento de portas foi eu que oficializei.

M.C.C. - Sim, mas o Sr. já tinha conhecimento que aqui em Curitiba já tinha sido decretado esse fechamento?

R.M. - Não. (-) estava uma confusão. As estradas estavam bloqueadas. Agora...

M.C.C. - Bloqueadas de colonos?

R.M. - Era. Tinha barricadas de colonos. Agora, na cidade quem assegurou todos os atos foi o exército. Foi o exército que colocou as metralhadoras em cima das capotas dos caminhões e dava proteção à rádio e proteção ao quebra-quebra nos escritórios das companhias.

M.C.C. - Isto que o Sr. me fala é tão inédito que inclusive a imprensa de oposição não cita esta atitude do exército; ela diz que o exército retirou-se para seu acantonamento.

R.M. - O exército garantiu a tomada da cidade pelas armas, imobilizou as autoridades, não fez nenhuma proclamação e não disse nada.

M.C.C. - Mas agiu...

R.M. - Agiu, como disse o comandante, como um elefante de catálise, pela presença; tanto que na hora que arrebutaram as portas para pegar aqueles papéis, jogar, destruir e saque-

ar, eles estavam com as metralhadoras protegendo. Quando o pessoal tomou conta da cidade, eles transferiram o controle aos civis e se retiraram.

M.C.C. - Depois de terem garantido...

R.M. - Depois de terem garantido; quer dizer eles imobilizaram as ações das autoridades.

M.C.C. - Ah, certo. E parece que serviram também para retirar os funcionários das companhias da cidade. É verdade isto?

R.M. - Mas isto foi depois.

M.C.C. - Foi depois.

R.M. - Bom, eles deram...

M.C.C. - Mas quando os colonos entraram nos escritórios das companhias já não tinham sido retirados os funcionários?

R.M. - Ah, já; já estavam fechados.

M.C.C. - E o exército tinha ajudado?

R.M. - Não, não, eu é que tinha mandado fechar. Agora, onde os empregados das companhias estavam — eles parece que tinham ficado na antiga Comercial que tinha sido o bar do Penso-(-) porque eu não dei abrigo aos funcionários das companhias, eu só recolhi crianças e mulheres no hospital. Eu não deixei porque eu iria atrair, depois de tanta confusão e tanta coisa, uma verdadeira chacina lá para dentro, se houvesse confronto. Mas houve uma situação dramática, então, na hora em que as coisas estavam acontecendo eu reuni os amigos Julio Assis, o Azevedo, o Otaviano dos Santos e rapidamente troquei idéias com eles. Eu disse: "eu sou a autoridade, existe uma proclamação de subversão..."

M.C.C. - E o prefeito Camilotti onde estava?

R.M. - O Camilotti eu não vi; nem sei se estava lá nesse dia. O Jair não estava; estava viajando. Foi uma situação dramática e eu disse assim": (-) eu posso nomear inspetores e fazer com que fechem as companhias de terras, mas vocês já viram o exército como é que está, está impedindo que se faça isto. Nós não temos armas e para nós fazermos frente a essa situação nós teremos que nos servir daqueles bandidos, daqueles pisto - leiros que dão cobertura à Companhia Comercial e eu não quero nada com essa gente. Então, entre uma coisa e outra, a opção melhor é vocês debandarem e eu desafio a polícia e com isso jogamos toda a responsabilidade nas mãos do capitão do exército." Claro que o capitão depois que garantiu a tomada da cidade deve ter conferenciado com os líderes civis para que eles assumissem e respondessem pela garantia, porque eles procuraram levar a coisa, mais ou menos, dentro da ordem. Houve efetivamente alguma coisa, derrubaram o mastro comemorativo da fundação do município - aquele mastro que tinha na praça da igreja -, prenderam alguns cidadãos, andavam com eles com uma corda amarrada no pescoço, aquela coisa toda. Mas eu não presenciei essas violências...

M.C.C. - O Sr. estava no hospital?

R.M. - Eu fiquei no hospital dialogando com o pessoal, porque depois de tudo aquilo eu me recolhi. Lá eu permiti que entrassem várias pessoas e depois não deixei sair. Eram pessoas que iam lá para ver o que nós tínhamos, se tínhamos armas; portanto eu deixei entrar e depois segurei. E ficou aquilo, aquela multidão por ali e eu conversava com muitos, o Grando por exemplo, que era um dos membros do comitê revolucionário. A dona Alvina, a sogra dele, estava lá dentro. Então eu disse: "olha você cuida daí, que não nos aconteça nada, o teu pessoal

está aí, a tua mulher está aqui". Ela até ganhou um filho naquele dia; e fui conversando a ponto de muitos elementos que eram membros da revolução, o Cristóvão por exemplo, quis falar comigo e foi se justificar: "olha Dr. o Sr. desculpe, eu não tenho nada com isso". Começou a haver receio. Eu dizia: "eu também estou do lado dos colonos, eu sou contra as companhias de terras, só que o caminho que vocês seguiram não é o caminho legal. O erro está no caminho que vocês tomaram, mas vocês já pensaram no dia que isso terminar, porque isso não é uma revolução, é um movimento circunscrito aqui. Se houver mortes, se houver qualquer dano maior, alguém vai ser responsabilizado". Então, quando o movimento estava já se extinguindo, o pessoal já não tinha mais o que comer, pois eram milhares de pessoas para alimentar — já tinham comido os boizinhos do Julio Assis. Então não tinha mais o que dar, o pessoal já estava descontente, foi que aconteceu a visita do Pinheiro Junior e estragou tudo. Daí, eu estava no hospital quando foi tirada aquela fotografia que eles puderam no "O Cruzeiro" — eu tenho anotado hora por hora o que ocorria —, foi quando o Pinheiro Jr. tentou se justificar de ter nomeado o Walter Delegado de Polícia. Eu disse-lhe: "o Sr. já pensou no que fez? O Sr. entregou nossa gente, o Sr. entregou as autoridades nas mãos dos subversivos, porque o movimento foi um movimento subversivo, não interessa se os colonos tinham razão em se revoltar contra a situação, este é um outro problema. Mas houve um movimento subversivo e aqueles que estavam defendendo a lei estavam cumprindo a Constituição, estavam defendendo o governador que era acusado de ser sócio das companhias de terras. Esses elementos hoje estão sendo caçados pelos que fizeram o movimento; isto é que eu não me conformo." (---) Eu até fui muito violento na ocasião, isto não

convém estar mencionando. Tinha um coronel do exército, observador da Região Militar, o coronel Ruben Barra.

M.C.C. - Ah, Ruben Barra.

R.M. - Eu fui malcriado com o coronel quando ele quis dizer que o exército não poderia ter tomado posição: "olha o Sr. não me chame de mentiroso (-)". Ficou quieto.

(...) Eu não posso precisar exatamente quantos dias nós ficamos aqui depois daquilo, o que eu sei é que o Lupion morava no palácio, não ia para casa.

M.C.C. - E o Sr. ficou aqui em Curitiba?

R.M. - Eu vim para cá naquele período, depois que o Peçoits assumiu a delegacia e trabalhamos no sentido de programar a retomada da situação. Nós anotamos num mapa os locais de balisa e os pontos que deveriam ser interditados para evitar uma nova afluência e foi programada uma excursão que ia para lá. Mas era um contingente grande. A dona Hermínia Lupion, sabendo que eu ia, chegou para mim e disse: "Dr. o Sr. é muito conhecido na região, o Sr. tem que colocar uma barba para não ser reconhecido". Isto proque a gente simulava uma ida à fronteira, pegando aquela estrada (...) — não sei se é perto de Marmeleiro — que nos levava à fronteira. Eu respondi-lhe: "nada disso". E nós fomos. Foi uma viagem terrível, muita chuva, muita lama, os ônibus acorrentados. Nós fomos de avião, eu, o coronel Mota e o delegado do DOPS. Fez mal tempo, o avião teve que voltar. Foi bem acidentada a viagem. Enfim seguimos por terra. Houve um episódio interessante porque o comandante da tropa não contou pro pessoal que estavam levando metralhadoras mas não tinham munição.

M.C.C. - Não tinha munição?

R.M. - Eles levaram metralhadoras mas não levaram muni-



ção, era só para efeito moral, efeito psicológico, com medo que houvesse um choque entre polícia e exército; esse era o receio. Então, quando nós estávamos perto de Clevelândia, o capi tão que comandava percebeu e se rebelou; ele disse que aquilo era um absurdo, não confiavam, então, nos oficiais? Como é que o coronel Mota sabia e eles não. Houve uma troca de rádios com o Palácio do Governo e o pessoal não queria baixar para Bel - trão. Aparece lá então o coronel Paredes e deu uma de Caxias. Foi até interessante, na hora foi dramático, mas depois eu até achei graça, ele disse assim: "os covardes voltem para Curiti - ba". Claro que ninguém voltou, né?

Daí nós chegamos, entramos na cidade, a polícia se localizou no Grupo Escolar. O exército saiu e se pôs em posição de combate no lado de lá da CANGO. Eu não sei se alguém já lhe relatou este fato.

M.C.C. - Não.

R.M. - O exército do lado de lá do rio, se pôs em posi - ção de combate, metralhadoras instaladas e tudo o mais. Não relataram isso?

M.C.C. - Não.

R.M. - Na retomada foi assim, foi dramático. O exército mandou uma viatura evacuar a cidade. Então, um cidadão, correndo de casa em casa, mandava as famílias abandonarem a cidade. Daí, eu me coloquei entre os dois, cheguei no bar do Zanata e disse: "seu Zanata o Sr. abra o seu bar, não há problema". Ele respondeu: "mas vai haver prisão, vai haver massacre". Então a firmei: "não vai haver nada". E fui de casa em casa, dizendo que eles tivessem calma porque não havia nada. Foi então que a turma da revolução estava preocupada e eu propus uma reunião com eles, excluindo o Walter. Eu fiz uma reunião onde estive

presente o Cristófan, o Luis Prollo e aquela turma toda de lá, o Zanata, o Grando ... mas o Walter não; nós excluimos ele. Eu fiz uma proposta: "vocês debandam o pessoal..." A cidade tinha ficado novamente logo cheia porque o Paredes não quis adotar as medidas que tinham sido programadas. O Paredes disse assim: "não podemos tomar atitude nenhuma, nem tirar a estação de rádio do ar porque o Brasil todo está voltado para Beltrão". Eu disse: "mas se o Sr. não isolar os meios de comunicação daqui a pouco isto aqui está em polvorosa outra vez". E ficou um verdadeiro formigueiro. O exército do lado de lá com as metralhadoras acionadas em posição de combate. Voltando à reunião, eu reuni o pessoal e disse: "eu vou propor a vocês o seguinte: 1º) o Dr. Walter está destituído como delegado; 2º) eu não reassumo; 3º) vem um oficial de alta patente como delegado especial (foi o Cel. Lobo); 4º) não haverá prisões e 5º) o governo promete anistia. Foram os cinco itens que eu propus. Daí, diz o Prollo assim: "Dr. nós acreditamos no Sr., quem nos garante que o governo vai cumprir isto". Eu respondi: "bom, se vocês tiverem dúvidas eu passo para o lado de lá como refém". Daí, ele disse: "não, isto também não é necessário. Então, o Sr. peça que venha um oficial confirmar a proposta que o Sr. nos fez". O Cel. Mota mandou um oficial e ele confirmou, tudo certinho. Aí, o exército desmobilizou seu pessoal, os colonos começaram a voltar e acabou a revolução.

M.C.C. -- Então o Walter Pecoits não se demitiu, ele foi demitido?

R.M. - Ele foi demitido, eu levei a demissão dele.

M.C.C. - E sobre o papel do exército, continue Dr. Rubens.

R.M. - O exército efetivamente fez a revolução do Sudoeste.

M.C.C. - Sempre do lado dos colonos.

R.M. - Sempre do lado dos colonos. Foram as tropas do exército que ocuparam a cidade, imobilizaram as autoridades, imobilizaram o Juiz de Direito — praticamente ele foi preso a título de proteção, foi protegido entre aspas e levado ao quartel — e a estação de rádio foi guarnecida pelo exército. A estação de rádio convocava os colonos para pegarem em armas, para atender ao chamamento do capitão — mas não diziam que capitão, só havia um capitão em Beltrão, o do exército. A estação de rádio que proclamava o estado de revolução era protegida pelas forças do exército.

M.C.C. - Quer dizer que houve uma intervenção direta do exército?

R.M. - Houve uma intervenção direta, impedindo que uma autoridade fosse...

M.C.C. - Então esta foi a forma do Juscelino ter tomado conta da situação sem ter prejudicado, afinal de contas, um governador que era do PSD. Existe uma frase do Líder do PSD na Câmara, Vieira de Mello, que diz: "Lupion é governador do PSD, temos que sustentá-lo".

R.M. - Quem fêz a defesa do Lupion realmente foi Ademar de Barros. Só depois de muito tempo é que o partido deve ter feito pressão e que as coisas tomaram um rumo diferente. Aquela reportagem do "O Cruzeiro" não é real, aquela história, aquela conversa de comadre, aquela coisa toda na realidade não existiu. A chegada do Chefe de Polícia em Beltrão foi drâmática, não foi uma coisa amena como publicaram. Mas houve uma participação direta do exército...

M.C.C. - Quer dizer que o Lupion comprou a reportagem?

R.M. - É, dizem inclusive que o preço foi duzentos e cin

coenta mil na época; duzentos e cinquenta milhões, se falava milhões naquela época. Custou isto ao governo para dar uma aprência amena aos acontecimentos (-)

**M.C.C.** - E a relação entre o Juscelino e o Lupion não e  
ra das melhores, não é?

**R.M.** - Não era, tanto que Ademar de Barros teve maior vo  
tação no Paraná que o Juscelino, eu tenho aí o resultado, na  
quele ano a votação do Ademar foi superior no Estado.

**M.C.C.** - Mas por quê? O que teria sido a causa?

**R.M.** - Ah, porque Lupion liberou o Diretório para votar  
tanto no Juscelino como no Ademar.

**M.C.C.** - E o Juscelino sentiu-se traído?

**R.M.** - É, mas o Juscelino nunca foi um homem vingativo ,  
veja aquela revolta do Aragarças e aquela outra, ele não puniu  
ninguém. Mas essa ocasião ele cruzou os braços, não prejudicou  
mas também não ajudou.

**M.C.C.** - Ficou indiferente?

**R.M.** - Sim ficou.

**M.C.C.** - Como é que foi o recado que o Juscelino deu quan  
do foi eleito?

**R.M.** - As urnas estavam sendo apuradas, não se sabia ain  
da o resultado, ele telefonou para o Paraná e disse para o Lu  
pion: "eu já estou eleito, depois nós conversamos". Dando co  
nhecimento de que ele já sabia do comportamento do PSD no Para  
ná; pelo menos foi interpretado assim na época.

**M.C.C.** - Inclusive tem um episódio interessante, quando  
o Juscelino mandou ao Senado essa mensagem contrária aos inte  
resses das companhias de terras no Paraná, pedindo que decidis  
sem de uma vez a questão, o Lupion ameaçou romper com o PSD na  
acional. O Sr. não sabe desse episódio?

R.M. - Não.

M.C.C. - Esse episódio está documentado em...

R.M. - Havia a crença de que realmente aquele processo de dação em pagamento tinha sido imoral. Havia um processo legal, mas imoral. Eu também acho que isto seja certo. Outra coisa, você sabe que eu praticamente chantagei as companhias de terras. Eu exigi que a companhia doasse o loteamento urbano à Prefeitura, sob a ameaça de combatê-la violentamente; porque eu não admitia que o povo tinha chegado lá, derrubado o mato, aberta as ruas, tinha feito a valorização tivesse que pagar para preten-sos donos que chegassem lá pelo valor (-) Tanto que ameacei como Prefeito e a CITLA doou ao município de Francisco Beltrão as terras da zona urbana (-) Veja que coisa interessante, foi escriturada em nome da Prefeitura, as terras passaram a ser da Prefeitura, eu transferi(-) para defender aqueles que valorizaram a região. Eu não admitia que uma companhia chegasse lá e fosse se aboletar daquilo cuja valorização ela não tinha fei-to.

M.C.C. - Não tinha contribuído.

R.M. - Não tinha contribuído. Você sabe que mais tarde o prefeito da época disse que deixava de receber essa escritura porque não sabia da autenticidade dela, porque havia dúvidas... Como se a gente quando recebe um cavalo vai olhar os dentes.